

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**PUC – SP**

**Rachele da Silva Ferrari**

**Voluntariado: uma dimensão ética**

**MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA**

**SÃO PAULO**

**2008**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**PUC – SP**

**Rachele da Silva Ferrari**

**Voluntariado: uma dimensão ética**

**MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Psicologia Clínica, Núcleo de Método Psicanalítico e Formações da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do Professor Doutor Luis Cláudio Mendonça Figueiredo.

**SÃO PAULO**

**2008**

BANCA EXAMINADORA

---

---

---

Dissertação defendida e aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

*A todos aqueles que me inspiram com seu jeito particular de estar junto ao outro, num  
compromisso ético admirável...*

*A todos aqueles que têm confiado em minha escuta e com isso me permitiram  
prosseguir...*

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho trata de uma ética que se reporta ao outro, no reconhecimento da diferença que acrescenta, que compõe, que dialoga, criando novas possibilidades de existência.

Também foi assim o percurso desta escrita, onde diversos **outros** participaram, dialogaram, contribuíram, ora diretamente na produção do texto, ora por sua presença amiga, por sua cumplicidade, ora com uma escuta valiosa, enfim, das mais variadas maneiras de estar junto.

Sou especialmente grata ao meu orientador, Luis Cláudio Figueiredo, que, com sua precisão, rigor e interesse, incentivou-me, mostrou-me caminhos, apontou falhas e reconheceu possibilidades e competências, ao longo da construção deste texto.

Ao Mauro Meiches, por todo o incentivo desde o tempo do COGEAE, e por sua grande contribuição no exame de qualificação; mais uma vez, sua leitura rigorosa e crítica, sem deixar de revelar as potencialidades do texto, foi fundamental.

À Miriam Debieux Rosa, por ter trazido discussões de grande valor, no exame de qualificação, que mostraram pontos que valeria a pena investir. Além de toda sua disponibilidade nas aulas e interesse pelo meu tema.

Aos colegas do grupo de orientação, com suas leituras cuidadosas e críticas sempre muito úteis, que foram ajudando a dar foco ao tema e forma ao meu texto.

Um agradecimento muito especial aos amigos conhecidos ao longo do Mestrado, pela alegria que me proporcionaram nos nossos almoços e em diversos outros momentos, pelo incentivo constante, pelas trocas intelectuais e, mais que tudo, pela felicidade de essa amizade continuar.

À minha analista, Maria Lúcia, por me acompanhar nesse processo árduo e fascinante de descobertas, de reconhecimentos, de escolhas e de tantas conquistas. Pela referência ética que tem sido para mim. Minha gratidão.

Aos mentores e jovens do Programa Mentoring Social, pela confiança no meu trabalho e por tudo que tem sido possível realizarmos juntos.

Ao comitê gestor do Programa Mentoring Social, pela parceria nessa empreitada, com tantas trocas e aprendizados e, por seguirem confiando na minha contribuição.

Ao amigo Luis Novaes pelo interesse em ler esse trabalho e compartilhar suas impressões, com o olhar de alguém que participou do Mentoring.

Ao meu marido, Alcione, pela intensidade que é viver ao seu lado e pela generosidade com que me escutou, acolheu e ainda contribuiu, durante a elaboração desta dissertação.

Ao Pedro, meu filho, meu mais desafiador e apaixonante exercício de cuidar.

À Gaya querida, pelo carinho e torcida constante.

À minha mãe, Neyda, presença sempre viva, que aposta e apóia, uma grande entusiasta do saber, por fazer de sua própria vida um grande ensinamento para todos nós.

À amiga Mônica, que gentilmente revisou o texto em inglês.

Finalmente, agradeço à Capes e ao CNPq, que financiaram, em momentos distintos, esta pesquisa.

## RESUMO

FERRARI, Rachele. *Voluntariado: uma dimensão ética*. São Paulo, 2008. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

As ações voluntárias têm sido largamente defendidas como importantes para as mais diversas áreas em desenvolvimento. De fato, é crescente o engajamento de pessoas nessas ações. No entanto, tem sido evidenciado que a fidelização do voluntário à ação a que ele se engaja normalmente é muito baixa. Há uma tendência ao abandono da ação, após um período de envolvimento.

O presente trabalho procurou analisar os pontos identificados como de grande relevância nas questões do voluntariado, como as motivações inconscientes que levam o sujeito às ações voluntárias, a baixa fidelização do voluntário, as conseqüências que podem advir dos extravios de uma direção verdadeiramente altruísta e, finalmente, problematizar a idealização cultural do “fazer o bem”.

A pesquisa parte de minha experiência num Programa de Voluntariado no ambiente corporativo e se referencia no texto freudiano e de outros autores contemporâneos da psicanálise para o desenvolvimento da argumentação.

O texto em si se propõe a ser um dispositivo de elaboração do que minha escuta psicanalítica tem produzido, em quatro anos como supervisora de mais de oitenta voluntários no programa de voluntariado Mentoring Social, destacando como foi se delineando o trabalho daquelas pessoas, a partir da inserção de uma supervisão psicanalítica. Dessa forma, a dissertação sustenta a possibilidade da contribuição do saber da psicanálise para as ações de Voluntariado.

**Palavras-chave:** Voluntariado – Altruísmo – Psicanálise - Mentoring

## ABSTRACT

FERRARI, Rachele. *Volunteering, an ethical dimension*. São Paulo, 2008. Master's dissertation. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Volunteer actions have been widely defended as important for many areas in development. In fact, the involvement of people in such actions is increasing. Nevertheless, it has been shown that the volunteer's commitment to the action that he engages in is usually very low. There is a tendency to abandon the action after a period of involvement.

The present work seeks to examine the points identified as being of great relevance in volunteering issues, such as unconscious motivations that lead the subject to volunteer actions, the volunteer's low level of commitment, the consequences that can arrive from deviations from a truly altruistic direction and, finally, to discuss the cultural idealization of "doing good".

This research stems from my experience in a Volunteering Program in a corporate environment, and is based on Freudian texts and others by contemporary authors of psychoanalysis.

The text itself is intended as a tool for the elaboration of what my psychoanalytic listening has produced in four years as supervisor of more than eighty volunteers in the program called Social Mentoring, emphasizing how their work evolved, from the point of view of the psychoanalytic supervision taking place there. Thus, this dissertation supports the possibility of the contribution of psychoanalytic knowledge to Volunteering actions.

**Key Words:** Volunteering, Altruism, Psychoanalysis, Mentoring.



# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1.UM BREVE PERCURSO NA HISTÓRIA DO VOLUNTARIADO E NA HISTÓRIA DE MINHAS QUESTÕES ACERCA DO VOLUNTARIADO.....	12
2. O PONTO DE PARTIDA: O PROGRAMA <i>MENTORING SOCIAL</i> .....	17
2.1 Origem e Funcionamento do Programa.....	17
2.2. O Meu trabalho com os Voluntários e com os Jovens .....	22
3. A CONSTRUÇÃO DE UM TRABALHO À LUZ DA PSICANÁLISE.....	26
3.1 Partindo da Psicanálise.....	26
3.2 A Construção de um Lugar de Psicanalista em um Contexto de Voluntariado.....	42
4. SOBRE ESSE INQUESTIONÁVEL “FAZER O BEM”.....	53
5. VOLUNTARIADO: MOTIVAÇÕES, RISCOS E GANHOS.....	61
6. IMPASSES E POSSIBILIDADES NAS HISTÓRIAS DE VOLUNTARIADO.....	66
6.1 Joana e Renata.....	66
6.2 Marco e Leonardo.....	80
6.3 Um Fragmento de Supervisão em Grupo.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100

## INTRODUÇÃO

O que pensar acerca de ações que sujeitos se põem a fazer voluntariamente a outros humanos, que são referidas socialmente como fazer o bem, ajudar o próximo etc.? Quais motivações inconscientes podem estar em jogo, em tais ações? Serão elas sempre úteis e adequadas àqueles que as recebem? E esses outros a quem nos referimos nessas situações como carentes, desfavorecidos, excluídos, marginalizados, desamparados, que posição ocupam nessa relação, o que esperam dessa ação – se é que a desejam –, o que pode vir a produzir nesses sujeitos uma possível experiência como essa?

Estas são inquietações que foram me surgindo, ao acompanhar um Programa de Voluntariado, iniciativa de um grupo de funcionários de uma empresa, destinado a jovens de condições sócio-econômicas desfavorecidas. Um espectro de questionamentos que vão desde buscar um entendimento a respeito das motivações inconscientes dessas pessoas, sobre a idealização cultural dessas ações, até o meu próprio lugar nesse Programa. Esta última questão particularmente atravessará todo este texto, pois é a partir desse lugar, ou melhor, da tentativa de construção de um possível lugar de uma psicanalista, nesse campo, que as idéias serão articuladas e a psicanálise será convocada a nortear a análise, apostando na contribuição desse saber para as ações de Voluntariado.

As questões aqui apresentadas e discutidas referem-se aos modelos de ações voluntárias em que se coloca uma relação direta entre seres humanos, tais como são realizadas em hospitais, creches, trabalhos com jovens etc., onde uma pessoa se vê em condições de auxiliar outra, através de apoio, orientação, cuidados, etc., considerando que estarão em contato com certa regularidade para esse propósito.

Partindo de minhas vivências nesse Programa de Voluntariado, irei propor algumas reflexões a partir dos fenômenos observados, tendo como referência o texto freudiano e de outros psicanalistas mais recentes, que pensam o contexto social à luz daquela teoria. Assim, conceitos fundamentais da psicanálise, como narcisismo, ideal do ego, formações reativas, transferência e identificação, serão referências imprescindíveis para o desenvolvimento da

argumentação. Recorrer à idéia kleiniana de reparação maníaca<sup>1</sup> pareceu-me particularmente útil para pensar as motivações inconscientes que se revelam em alguns casos de ações chamadas solidárias. Além disso, Luis Cláudio Figueiredo (2000) é um autor que inspira muito as idéias aqui apresentadas, com sua discussão sobre ética e técnica em psicanálise, de que lanço mão para refletir sobre a dimensão ética das relações de voluntariado; também sua discussão sobre os cuidados, em seu texto *A metapsicologia do cuidado* (2007), será trazida aqui por sua pertinência ao que focaliza a presente dissertação.

Acompanharemos também o que diz Joel Birman (2007) sobre o mal-estar na atualidade, Mezan (1995) e Menezes (1988), sobre a supervisão em psicanálise. Ainda outros autores serão convocados como interlocutores, em momentos importantes da dissertação, tais como Miriam Debieux Rosa (2002) e Eugene Enriquez (1990 e 1991).

As ações voluntárias têm sido largamente defendidas como importantes para as mais diversas áreas em desenvolvimento, em diferentes partes do mundo. De fato, é crescente o engajamento de pessoas nessas ações. No entanto, os profissionais que atuam no terceiro setor têm evidenciado – circunstância que também tenho notado, no âmbito do meu trabalho e em minha rede de relacionamentos nesse campo – que a fidelização do voluntário à ação a que ele se engaja normalmente é muito baixa. Há uma tendência ao abandono da ação, após um período de envolvimento.

Considerando que a pessoa, em geral, se envolve nessas ações com um discurso de promover mudanças que favoreçam a vida do sujeito de seus cuidados, a baixa fidelização, a sua não continuidade nos trabalhos com os quais se comprometeu – e com a pessoa em quem gerou expectativas – deve nos dar uma pista de que algo dessa relação mobiliza especialmente o voluntário, que o leva a romper com seu propósito<sup>2</sup>.

Mesmo nos casos em que não há rompimento, freqüentemente verificamos, o que certamente é mais grave, ações “cuidadoras” que levam à alienação do sujeito, à dependência e à incapacitação, aspecto no qual me deterei particularmente, em vários pontos deste trabalho e mais especificamente no capítulo quatro.

---

<sup>1</sup> Referida via texto de Luis Cláudio Figueiredo (2007).

<sup>2</sup> Evidentemente, há razões de ordem prática e decorrentes de fatores externos, alheios à vontade do sujeito, que concorrem para a desistência. Certamente, aqui estamos considerando situações em que não há essas variáveis ou em que elas não são tão relevantes.

Por outro lado, há belas histórias de ações voluntárias que oferecem, a todos os implicados, experiências de descobertas, experiências organizadoras e estruturantes, que produziram sentidos diante das desproporções da vida.

Poderia a psicanálise auxiliar na compreensão do que motiva essas pessoas a se engajarem em favor dos outros, estranhos a seu meio, normalmente carregados de sofrimentos e situações de vida bastante tumultuadas? Poderia ela esclarecer a dita baixa fidelização dos voluntários? A psicanálise pode ser oferecida como um saber de referência para orientar programas como esses? E mais, os recursos de que um psicanalista dispõe para sua prática clínica podem contribuir, num contexto institucional, assessorando a ação desses voluntários?

O que este texto se propõe é ser, por si só, um dispositivo de elaboração do que minha escuta psicanalítica tem produzido, nesses quatro anos vividos junto a mais de oitenta voluntários e seus pares (nesse caso, os jovens), no programa a que aludí. A escrita me convoca a nomear ações, a localizar meu lugar de analista, que escuta os derivados inconscientes e se abre para a irrupção do imprevisto e do inesperado.

Seguiremos nesse caminho de resgate de história, de problematização, articulação teórica e de elaboração de uma experiência singular e viva, que oferece muitas indagações.

# **1. UM BREVE PERCURSO NA HISTÓRIA DO VOLUNTARIADO E NA HISTÓRIA DE MINHAS QUESTÕES ACERCA DO VOLUNTARIADO**

A história do Voluntariado, no Brasil, surge no século XVI, por iniciativa de organizações religiosas que fundaram as chamadas Santas Casas. No século XIX, foi criada a Cruz Vermelha, que chega ao Brasil em 1908. Já no início do século XX, surge o Escotismo. Na década de 30, o Estado passou a desenvolver políticas públicas voltadas à assistência social. Muitas entidades voluntárias foram sendo criadas, como a Legião Brasileira de Assistência, o Projeto Rondon e outras. A partir dos anos 90, o trabalho voluntário cresceu e passou a se tornar um forte movimento na sociedade, com a criação de organizações voltadas especificamente para mobilizar pessoas para essas ações, divulgar e gerenciar programas de voluntariado. No final dessa década, foi sancionada uma lei que estabelecia limites legais entre o voluntário e a relação de trabalho, oficializando então esse tipo de atividade nos mais diversos contextos sociais. O trabalho voluntário ganha um status legal, que o insere numa certa ordem social.

O voluntariado empresarial surgiu na década de 70, nos Estados Unidos e é hoje um dos que mais cresce no Brasil. São iniciativas que ora partem dos funcionários, ora da própria organização e referem uma preocupação com o bem-estar das comunidades em seu entorno. Em matéria da revista Exame, edição de abril de 1998, já era referido que fazer o bem contribuía para conquistar a preferência do consumidor, o respeito dos clientes e a admiração dos funcionários. Segundo o artigo, tal ação fazia as pessoas gostarem da empresa, se identificar com sua marca e terem satisfação e orgulho em trabalhar no negócio. Os especialistas consultados pela revista diziam que pessoas que atuam em causas como voluntários desenvolvem muitas competências e que, freqüentemente, viam surgir líderes nessa área, “ativos mais procurados pelas corporações”, diz o texto. E concluem que o terceiro setor, no futuro, seria “o celeiro de lideranças para as empresas”, “o local de treinamento empresarial e talvez político” (VASSALO, 1998).

O que tem sido visto é que os programas de voluntariado têm assimilado características e competências próprias do mundo corporativo, tais como avaliação de resultados, trabalho em equipe, planejamento etc. Por outro lado, tem sido considerado pelas

empresas um fator de desenvolvimento de recursos humanos, pois a prática do voluntariado desenvolve, segundo eles, capacidades que serão importantes no mundo corporativo, como habilidade no relacionamento interpessoal e liderança.

Todos esses aspectos nos dão conta do lugar que o voluntariado tem ocupado em nosso país, desde sua origem, entre os religiosos, até tornar-se um valor de formação pessoal no mundo corporativo. Se, por um lado, ele surge como um ideal religioso, o que nos leva a crer que as pessoas se põem a servir ao outro seguindo um mandamento divino, ele vai lentamente sendo tomado como uma estratégia de desenvolvimento de pessoas no ambiente empresarial. As ações se revelam preferencialmente autocentradas; no primeiro caso, os louros serão o reino dos céus, no modelo mais recente, se ganha vantagem competitiva no mercado. Não esquecendo que esses voluntários vão, num crescente, ocupando posições negligenciadas pelo poder público.

O fato é que as ações de voluntariado conquistaram um espaço bastante importante na organização da sociedade, seja no desenvolvimento de grupos menos favorecidos pelas regras de funcionamento social, seja na mobilização para causas de interesse de todos. É comumente reconhecido também como um dispositivo capaz de construção de laços de solidariedade e confiança mútua, que nos protegem em tempos de crise, como é referido no portal do voluntariado<sup>3</sup>. Não podemos esquecer que Freud (1921/1990 p.153), a esse respeito, nos diz que “o que, posteriormente, aparece na sociedade sob a forma de espírito de grupo tem sua derivação do que foi originalmente inveja. A justiça social significa que nos negamos muitas coisas a fim de que os outros tenham de passar sem elas também”.

Na esteira desse movimento, tem sido evidenciada, nos últimos dez anos, uma mobilização da sociedade civil com o objetivo de buscar alternativas de ações, nos mais diversos contextos, no intuito de reduzir as desigualdades sociais<sup>4</sup>. É essa causa que move o Programa de Voluntariado, chamado Mentoring<sup>5</sup> Social, que inspira essa dissertação.

---

<sup>3</sup> [www.portaldovoluntariado.org.br](http://www.portaldovoluntariado.org.br)

<sup>4</sup> Freud, em *Reflexões para os tempos de guerra e morte* (1915a/1990, p. 316 e 317), afirma que o cidadão do mundo civilizado pode permanecer desamparado num mundo que se lhe tornou estranho, com suas pátrias comuns devastadas e seus cidadãos divididos e vilipendiados. Isso nos ajuda no entendimento desse movimento de solidariedade atual.

O sujeito se sente desamparado num mundo de desigualdades, reconhecendo risco para si próprio nesse estado de coisas. Por esse caminho argumentativo, tais ações bem podem ser entendidas, num certo sentido, como cuidar de si mesmo.

<sup>5</sup> Não há, na língua portuguesa, tradução para esse termo, que pode ser entendido como a ação de ser mentor de alguém (*mentorear* alguém).

Tal Programa surgiu da motivação de um grupo de funcionários, de uma grande empresa, que estavam habituados, em suas vidas privadas, a se engajarem isoladamente em ações sociais. Certos de que suas formações e experiências de vida seriam úteis aos jovens – em especial de um contexto sócio-econômico desfavorecido, que finalizam o ensino médio e devem tomar decisões em suas vidas acerca de formação, projeto profissional etc. -, eles decidiram desenvolver um Programa de Mentoring para tais jovens.

O objetivo desse programa é a orientação personalizada (um mentor para um jovem), durante um ano, com a sistemática de um encontro presencial quinzenal, focada no encaminhamento profissional do jovem, ressaltando que se trata apenas de orientação e, nesse caso, não é permitido auxílio financeiro a eles; o espírito do trabalho é ajudá-los a reconhecer suas possibilidades e a buscar alternativas para sua vida, através de programas governamentais, bolsas de estudo, oportunidades na iniciativa privada etc.

Para estruturar o projeto, o grupo de voluntários levou a idéia ao instituto<sup>6</sup> ligado a tal empresa de onde eram funcionários, pedindo apoio financeiro e institucional. O instituto não só apoiou a idéia como incorporou o projeto aos demais já existentes ali, sendo que a coordenação ficou a cargo do grupo idealizador.

Esse ponto foi fundamental para o rápido início das ações e para a mobilização de toda rede necessária para seu funcionamento. Identificaram-se duas ONGs, sediadas em regiões de alta vulnerabilidade social, onde seriam recrutados os jovens que, como pré-requisito, já tivessem participado de algum outro projeto social ali existente, que, dentre seus eixos de trabalho, estivesse contemplado o desenvolvimento da autonomia. Os municípios escolhidos foram definidos pela localização das filiais da empresa, uma vez que os voluntários participantes seriam selecionados dentre os seus funcionários (as pessoas do grupo idealizador trabalham como gestores do programa e também como mentores, sempre voluntariamente).

Como a idéia central do trabalho envolvia o relacionamento entre um adulto e um jovem, desconhecidos e de condições sócio-econômicas e culturais muito distantes, que se

---

<sup>6</sup>As empresas, para desenvolverem ações sociais, culturais e ambientais de maior complexidade e envergadura, fundam uma sociedade civil sem fins lucrativos, chamada instituto ou fundação, geralmente vinculada ao nome da própria empresa.

relacionariam por um período de um ano, num trabalho bastante individualizado, a coordenação do Programa reconheceu a necessidade da assessoria de um profissional especializado que os auxiliasse nessas relações, orientando, supervisionando e os apoiando no Programa como um todo.

Esse foi o momento em que se deu minha aproximação com tal grupo. Apresentei-lhes minhas idéias e reflexões e, após algumas conversas, convidaram-me formalmente para assessorar o Programa.

O envolvimento com esse trabalho, que é por natureza inquietante, porque me chama como analista a um lugar incomum, pouco habitual, que me questiona sobre a possibilidade de poder intervir num campo com tão poucas referências, foi me impondo a tarefa de fazer falar uma história tão rica de vivências, levando-me, anteriormente, a produzir um texto acerca dos fenômenos psíquicos que se apresentavam naquelas vidas entrelaçadas, que se encontravam nas ações do Mentoring. Naquele momento, dei ênfase ao fenômeno da transferência na relação mentor-jovem<sup>7</sup>.

Foi um texto que surgiu da necessidade de produzir sentido às minhas vivências, à minha prática, questionar minhas falas e, finalmente, identificar um lugar de onde eu, como psicanalista, poderia contribuir com aquele projeto. Disso resultaram novas inquietações acerca do voluntariado, que agora me proponho pesquisar.

O que pode ser verificado é que, na experiência do Mentoring, está em jogo o desejo de pessoas bem sucedidas profissional e economicamente, de ajudar jovens das camadas menos favorecidas (muitas vezes em situação de vulnerabilidade social), a se diferenciar de seu contexto de origem, a poder construir um novo caminho de mais desenvolvimento e maiores realizações. É fundamental entender esse desejo e discriminar o porquê dessa escolha, pois numa ação voluntária no campo social, em especial com jovens e crianças, muitos conteúdos primitivos são mobilizados e determinarão a direção que tomará o trabalho de cada uma dessas pessoas. Lembremos do que Freud (1912/1990, p.156) alertava e recomendava aos psicanalistas, no exercício de seu ofício, de que “é fácil cair na tentação de projetar no sujeito algumas peculiaridades de sua própria personalidade, como sendo de

---

<sup>7</sup> FERRARI, R. *Transferências: Tecendo histórias em um Programa de Voluntariado*. Monografia de conclusão do Curso de Especialização em Teoria Psicanalítica. COGEAE-PUC/SP, 2005.



validade universal”. Parece-me coerente estender esse alerta também ao trabalho do voluntário.

Considerando que há no Mentoring também uma multinacional apoiando e patrocinando o projeto, não é difícil supor que essa empresa rapidamente ocupe, no imaginário de todos os participantes, um lugar de salvadora, ainda que procure ter as regras de funcionamento muito claras, delimitando o real alcance do trabalho.

Por outro lado, há um grupo de jovens das periferias de grandes cidades do estado de São Paulo com histórias de muitas carências materiais, e, muitas vezes, também privações afetivas, e os importantes prejuízos que isso acarreta. Nessa trama, há ainda as ONGs parceiras e a esperança que depositam nessa empresa e nesses voluntários, de que possam contribuir para mudanças nas vidas desses jovens. E há uma psicanalista, com uma escuta particular diante da emergência de tantos conteúdos profundos e carregados das histórias pessoais, que ao mesmo tempo em que os faz se sentirem acolhidos, provoca a emergência de fantasias sobre loucura, sobre suas próprias questões afetivas e conflitos psíquicos.

Notamos, portanto, um entrecruzamento de transferências que se manifestam, ora dos mentores em relação à empresa, ora deles e dos jovens na relação comigo, do jovem com o mentor reciprocamente, de cada ator deste projeto para com as ONGs parceiras, dessas ONGs com a empresa, e as minhas próprias transferências em relação a cada personagem dessa trama, seja ele um indivíduo, ou uma instituição.

Essas foram análises trabalhadas no meu texto anterior, que serão também úteis ao longo das elaborações que aqui desenvolverei, cuja ênfase é examinar a relação do sujeito voluntário com a pessoa que recebe seus cuidados, identificando as motivações inconscientes que podem estar em jogo no voluntário, e questionar esse lugar inabalável de benfeitor que ele normalmente ocupa no imaginário social.

Tais questões que se apresentam no contexto do Mentoring – e que analisarei ao longo deste trabalho - podem ser consideradas paradigmáticas para outras ações de voluntariado, que, evidentemente, guardem semelhanças em seus propósitos.

## **2. O PONTO DE PARTIDA: O PROGRAMA MENTORING SOCIAL**

### ***2.1. Origem e Funcionamento do Programa***

O Programa de Mentoring Social, que deu origem às diversas reflexões que me acompanham desde a escrita do trabalho anterior, tem origem entre um grupo de funcionários de uma multinacional, que se sentiam inclinados a se engajarem em alguma ação social que acreditassem efetiva. Ocorreu que uma dessas pessoas conheceu, nos Estados Unidos, a idéia do Mentoring Social e se entusiasmou com o modelo, o que o fez querer trazê-lo para o Brasil.

O primeiro passo foi buscar apoio da empresa em que trabalhava. Como já havia uma área da empresa com ações sociais em andamento e tal projeto se afinava com a linha que vinham desenvolvendo seus trabalhos nesse campo, o Programa foi logo aceito. Organizou-se, assim, um comitê, com funcionários de diversas áreas da companhia (advogados, recursos humanos, responsabilidade social etc.), para definir o desenho do Programa. Desse documento saíram algumas diretrizes do que seria o trabalho, sendo o objetivo principal:

[...] propiciar a jovens de condições sócio-econômicas desfavorecidas melhores condições na conquista de seus objetivos profissionais, tornando-os mais seguros, autoconfiantes, ampliando oportunidades de desenvolvimento e rede de relacionamento, através de orientação personalizada. (MANUAL DE PROCEDIMENTOS E POLÍTICA DO MENTORING, 2003, p.11).

Todos esses funcionários se engajaram voluntariamente nessa tarefa preliminar de preparar a estrutura do Programa, estabelecendo missão, visão e valores do programa, metodologia, critérios de seleção de mentores, de jovens, políticas de procedimentos e avaliação. Após alguns meses desse trabalho iniciado, eu passo a integrar a equipe, como assessora técnica (prestando serviço ao programa), com o propósito de auxiliar a pensar o processo de formação dos pares (chamado “matching”), acompanhamento (assessoria psicológica do processo e da relação entre a dupla) e avaliação dos trabalhos.

O programa, pioneiro no Brasil, foi inaugurado em 2004 e, desde então, há anualmente edições com 27 duplas (em média) de mentores e jovens. Os mentores sempre são funcionários da empresa que se engajam voluntariamente nessa ação e os jovens sempre são egressos de um projeto social, de duas ONGs parceiras do Programa, que desenvolvem projetos de inclusão digital, formação profissional com projetos pedagógicos, que enfocam

temas como cidadania e incentivo à autonomia; elas são radicadas nas periferias de São Paulo e de outra cidade, no interior.

Na primeira edição, participei contribuindo para a definição de como formar as duplas, sem participar ainda dessa ação. Como estratégia de acompanhamento dos trabalhos e avaliação do programa, desenvolvi uma proposta de atuação junto a mentores e jovens, ao longo do ano, em grupos operativos, com encontros regulares (mensais, com os mentores, e quinzenais com os jovens), com o objetivo de ser um espaço de acolhimento e reflexão de questões relativas ao processo do mentoring e à relação mentor-jovem, que detalharei mais adiante.

O modelo de seleção utilizado, no primeiro ano, para jovens e mentores, foi o preenchimento de questionários pelos interessados, a partir do qual se procurava identificar o real interesse na participação e o perfil do candidato (um questionário específico para cada grupo). Após essa etapa, foram feitas entrevistas abertas e individuais que, além de oferecer oportunidade de conhecer melhor o candidato, era também um momento de esclarecimento sobre os objetivos e funcionamento do programa (os selecionadores foram, no primeiro ano, funcionários do comitê e, no segundo ano – 2005, as seleções foram feitas também por mim, juntamente com o comitê).

O mentor deve ter claro, obviamente, os objetivos e alcances do programa, para que conduza seu trabalho junto ao jovem alinhado com a missão, visão e valores estabelecidos. Esses objetivos são, conforme definido no Manual de Procedimentos e Política do Mentoring (2003, p. 11):

Ampliar as perspectivas de futuro profissional do jovem, esclarecê-lo quanto ao dinamismo do mercado de trabalho e das condições de empregabilidade presentes, elevar sua motivação, auto-estima e autoconfiança, ampliar sua rede de relacionamentos, ampliar seu acesso a oportunidades, subsidiá-los com informações e procedimentos objetivos que os auxiliem a conseguir o primeiro emprego, ampliar seu universo cultural.

Para candidatar-se ao mentoring, o funcionário deve, conforme definido no mesmo manual:

Ser funcionário efetivo da empresa há pelo menos um ano, ter formação universitária, ter pelo menos cinco anos de experiência profissional, estar disposto a uma ação voluntária em prol do desenvolvimento pessoal e profissional de jovens, ter disponibilidade de tempo para encontro com os jovens nos locais determinados, participar de todas as etapas do processo de seleção do Programa de Mentoring Social da área de responsabilidade corporativa, não ter condenação criminal anterior. (MANUAL DE PROCEDIMENTOS E POLÍTICAS DO MENTORING, 2003, p. 15).

O perfil ideal do mentor, definido pelo comitê e constante do Manual de Procedimentos, arrola características, a serem verificadas através de questionários e das entrevistas individuais. São elas:

Responsabilidade, ética, persistência, discrição, comunicação (saber ouvir), ser flexível e paciente, equilíbrio emocional, saber trabalhar em equipe, focado em resultados, aberto à pesquisa, integridade, relacionamento, respeito à diversidade, continuísmo (estar disposto a dar continuidade ao trabalho por 12 meses). (MANUAL DE PROCEDIMENTOS E POLÍTICAS DO MENTORING, 2003, p. 15).

Definiu-se que também seria necessário selecionar adequadamente os jovens, para que se garantisse o maior aproveitamento do trabalho. Para isso, estabeleceram-se as condições de participação no programa e o perfil desejado de tais jovens. Para participar do processo seletivo, os jovens deveriam ter participado em um dos projetos desenvolvidos nas ONGs parceiras, ter entre 16 e 24 anos, estar cursando o Ensino Médio a partir do 2º ano ou tê-lo concluído.

Como perfil, definiu-se que o jovem que melhor se beneficiaria do programa seria aquele que apresentasse:

Comprometimento com a tarefa, aprendizado contínuo/ iniciativa, integridade, relacionamento, visão / empreendedorismo, autonomia, maturidade/atitude (que o jovem tenha maturidade suficiente para entender o programa e engajar-se nele a despeito dos obstáculos que necessariamente ocorrerão ao longo do processo). (MANUAL DE PROCEDIMENTOS E POLÍTICAS DO MENTORING, 2003, p. 17).

Como parte do processo seletivo, há o encontro do coordenador do programa com os pais dos participantes, para uma apresentação formal do programa e para obter deles o aval da participação de seus filhos, bem como convidá-los a apoiar os trabalhos, conversando com eles e incentivando-os.

Ao se inscrever no processo seletivo, os jovens respondem a um questionário, informando seus dados pessoais, escolaridade, interesses pessoais e de futuro profissional, traço marcante da personalidade etc. Com base nesses questionários, são feitos resumos de todos os jovens selecionados e disponibilizados para os mentores, também já selecionados. Os mentores escolhem três jovens com quem, pelo perfil em resumo, supõem que estariam mais afinados.

O comitê de seleção, do qual desde dezembro de 2004 faço parte, dá um parecer final sobre essas escolhas, considerando o que foi observado durante as entrevistas de seleção, tanto de jovens quanto de mentores, e define a configuração final das duplas, o “matching”, como é chamado.

A partir de 2006, as seleções tanto de jovens quanto de mentores passaram a ser conduzidas por mim. São realizadas em grupo e o principal objetivo é o esclarecimento sobre os propósitos do Programa e questioná-los sobre a real possibilidade de eles assumirem tal compromisso, naquele momento de suas vidas (tanto os jovens quanto os mentores).

Para preparar melhor os mentores para o desenvolvimento dos trabalhos, foi implementado, desde o primeiro ano, um treinamento inicial de 16 horas, cujo conteúdo contempla a apresentação do programa, manual de política e procedimentos, responsabilidade corporativa na empresa, concepção de juventude e estatuto da criança e do adolescente (esses dois sob a condução da Fundação Abrinq). A eles, são apresentadas, por mim, a metodologia de trabalho, o sistema de avaliação do programa e a assessoria psicológica, que estará presente em grupos operativos (de jovens e de mentores), realizados, sistematicamente, ao longo de todo o ano e em encontros individuais, com eles e com os jovens.

Além desses conteúdos, uma instituição que atua na preparação dos jovens para o mercado de trabalho e também é gerenciadora de estágios junto às empresas, ministrou, nos dois primeiros anos, uma seqüência de palestras que ia desde o relacionamento interpessoal, sistema de ensino vigente, bolsas de estudo, preparo para entrevistas, elaboração de currículos, mercado de trabalho atual etc.

A partir da terceira edição do Programa, em 2006, o treinamento passou a ser totalmente desenvolvido e conduzido pelo comitê gestor do Programa e por mim. Buscamos referências na experiência dos anos anteriores para definir os tópicos do treinamento e, também, convidamos representantes das ONGs parceiras para falarem sobre o contexto em que os jovens vivem.

Passamos, então, a fazer um encontro com os jovens selecionados, antes de eles conhecerem os mentores, para passar alguns esclarecimentos de como eles podem se organizar no dia-a-dia para aproveitar melhor o Programa, reforçando o compromisso e a importância de participarem de todas as atividades propostas.

Depois de selecionados e passado o treinamento, chega finalmente o momento do encontro, da descoberta das duplas. Até então, nem jovens nem mentores sabem quem será seu par. Para descontrair esse primeiro encontro e facilitar o entrosamento mentor-jovem,

instituiu-se um evento chamado “quebra-gelo”. Nesse dia, geralmente um sábado, mentores e jovens se encontram numa área de lazer da empresa, onde participam de uma série de dinâmicas recreativas e divertidas, que terão por objetivo a descoberta do respectivo par. Dessa forma, o primeiro momento da dupla ocorre num contexto de grupo, onde todos estão vivendo situações semelhantes, e também num ambiente descontraído, o que facilita a aproximação. O dia é comemorado com um almoço de confraternização.

Daí em diante, o trabalho das duplas se inicia; cada par combina a forma de comunicação mais adequada e agenda o próximo encontro entre os dois, que deverá ser na instituição parceira, para que o mentor comece a conhecer a realidade socioeconômica do jovem e o contexto em que ele vive. Eles deverão se encontrar, presencialmente, no mínimo duas vezes por mês, sempre em um lugar público e, semanalmente, devem se falar por telefone, e-mail ou carta.

A orientação é que o mentor utilize os primeiros contatos para conhecer melhor o jovem, entender seu modo de vida, seus interesses, suas dúvidas etc. Assim que o relacionamento já estiver mais aquecido, mentor e jovem deverão elaborar um “Plano de Desenvolvimento”, que é um formulário cujo preenchimento irá nortear as suas ações. Esse plano não poderá aprisionar e sim estimular o jovem a pensar em seu projeto de vida, identificar as ações necessárias para atingi-lo e os obstáculos que irá enfrentar.

No terceiro ano do programa, foi desenvolvido um roteiro inicial de trabalho, para dar algumas pistas aos mentores iniciantes sobre o que fazer, aonde ir, o que propor ao jovem, além do que é fundamental saber a respeito do jovem para que possa conduzir o trabalho.

Eles seguem ao longo do ano, buscando atingir os objetivos traçados, que poderão ser desde conseguir um emprego – com a finalidade de custear cursinho pré-vestibular e depois a faculdade –, ingressar numa escola técnica, identificar um curso superior para o qual se sinta vocacionado, montar uma estratégia para geração de renda etc. Para isso, o mentor oferece material de leitura – artigos de jornais selecionados, livros, revistas – articula-se para conseguir entrevistas com profissionais da área de interesse do jovem ou visitas a empresas da sua área, ajuda-o a identificar possíveis bolsas de estudo, orienta-o quanto à elaboração de currículo e do preparo para entrevista de seleção, conversa com ele sobre o mercado de trabalho na atualidade. Enfim, as ações serão as mais variadas, tanto quanto a criatividade da dupla permitir e o engajamento dos dois mais se estabelecer.

Não é consentida nenhuma contribuição financeira do mentor para o jovem, por menor que seja. Espera-se, daquele, que ele doe seu tempo e seu interesse a este, favorecendo-lhe a

ampliação do autoconhecimento, que seu capital informacional e sua rede de relacionamentos contribuam para que ele possa fazer suas escolhas e, como consequência, tenha fortalecido sua auto-estima e seja capaz de conduzir seus projetos futuros com mais autonomia, informação e segurança.

A empresa assume os custos com deslocamentos dos jovens para as atividades previstas (encontros com mentores e grupos operativos), bem como custos com os passeios culturais (transportes, alimentação e ingressos) e o que mais constar da estrutura do Programa.

As atividades culturais são bimestrais, para todos os participantes, como visita a museus, ida a teatros, visitas a ambientes culturais etc., com o objetivo de ampliar o repertório cultural e visão de mundo do grupo.

## ***2.2. O Meu Trabalho com os Voluntários e com os Jovens***

Meu primeiro contato com os mentores e com os jovens é no processo seletivo de cada grupo, descrito acima. Depois nos encontramos novamente no treinamento e, a partir daí, eles têm liberdade para me procurar (por telefone ou e-mail) sempre que julgarem necessário. No entanto, fica estabelecido, de antemão, que teremos uma reunião individual (eu e o mentor), após 45 dias do início dos trabalhos, com o objetivo de auxiliá-los a pensar na direção que estão dando às suas ações. No segundo mês, iniciam-se as reuniões de grupo com mentores, que descreverei adiante.

As reuniões em grupo de jovens ocorrem após o primeiro mês de iniciado o Programa e, em algum momento ao longo do ano, agendo também uma entrevista individual com cada um deles.

Embora seja um trabalho individualizado, de orientação personalizada, o comitê gestor entende que é, antes de tudo, um trabalho de equipe, onde todos devem caminhar afinados com os princípios do programa e procurar se ajudar mutuamente.

Para dar conta da intensidade das vivências experimentadas tanto por mentores quanto por jovens, ocorrem regularmente (mensalmente com os mentores e quinzenalmente com os jovens) os grupos operativos por mim coordenados, com o objetivo de promover um espaço de reflexão sobre o processo e sobre a relação mentor-jovem. Nesses encontros, os participantes trocam experiências, compartilham dúvidas, ansiedade, idéias e conquistas. É um momento também de avaliação do programa, de identificar os impactos das ações na vida do jovem e do mentor, na empresa e na comunidade, além de orientar os mentores sobre

determinadas ações, ajudá-los a pensar sobre as situações e emoções que têm sido despertadas pela relação com o jovem. Para os jovens, o grupo permite aproximar o ideal do real, a entender o verdadeiro alcance do programa, a pensar sobre seu processo de vida, seus desejos, seus medos e suas angústias.

São nesses encontros em grupo que posso verificar, tanto nos mentores quanto nos jovens, as fantasias que estão presentes ao desejarem engajar-se nesse trabalho, entender um pouco da subjetividade da relação, os desejos inconscientes, as resistências que surgem e as transferências que se manifestam. A partir do que emerge nas falas dos participantes, procuro explicitar o conteúdo latente no grupo, estimulando-os a pensar para além dos paradigmas onde as resistências os amarram, evidentemente dentro de um enquadre estabelecido com o grupo, que será descrito e argumentado no capítulo 3.2. Se um jovem não responde aos seus recados ou não realiza as tarefas pela dupla acordadas, desperta no mentor muitas vezes um sentimento de fracasso, que se manifesta como uma rejeição àquele jovem, chegando a propor uma “troca”, uma substituição por um jovem mais engajado. Nesse momento, no trabalho de grupo ou nos encontros individuais, proponho que ele pense o que para ele está significando essa atitude do jovem e, também, procurando quebrar preconceitos, o que pode estar em jogo nesse comportamento do jovem. Ou seja, entender que as questões humanas são carregadas de determinações e elas não podem ser entendidas como uma equação matemática – não realizou a tarefa = jovem desinteressado, sem possibilidade de ser ajudado. É preciso entender essa pessoa e o que subjaz a esse comportamento, assim como é preciso olhar para si mesmo e entender por que o mobiliza tanto esse tipo de resposta do jovem.

Mesmo tendo em conta que se trata de um programa social e que, por natureza, visa resultados, não só por sua razão de ser, mas também pelo contexto corporativo onde ele se origina e se desenvolve, mesmo assim, por se tratar de um tipo de trabalho bastante subjetivo, a ponto de serem pouco claros os resultados, uma vez que nem sempre são objetivos ou verificáveis ao longo do percurso, insisto na importância de se pensar e falar acerca da relação e do processo, na direção de produzir um maior entendimento sobre o que se passa com cada um dos participantes e apostando que, dessa forma, há mais chances de um trabalho enraizado no real, menos à mercê do que em cada um é mobilizado inconscientemente pela relação e pelo tipo de trabalho.

No Programa do Mentoring, particularmente, temos ainda o fato de mentores e jovens serem pessoas de contextos socioeconômicos e culturais muito diversos, a configuração dos relacionamentos lembra a relação pai/mãe-filho/filha ou irmã-irmão, dependendo da diferença



de idades (os mentores têm em torno de 25-62 anos e os jovens 16-24 anos). Isso por si só é uma característica que merece atenção especial nas supervisões em grupo, e é freqüente nas falas dos participantes (mentores ou jovens) a associação do seu par (mentor para o jovem e vice-versa) com as figuras parentais ou filiais, além das fantasias a respeito do universo cultural que vive esse outro. Fartura, sucesso, cultura, poder são imagens que surgem a respeito do mentor pelo jovem. Em oposição, o mentor vê no jovem alguém que vive privações, baixa escolaridade, problemas sociais diversos etc.. Questões que merecem e devem ser faladas e significadas no contexto do trabalho.

Veremos, adiante, que a estratégia que elegi para o trabalho nesse programa, o das supervisões em grupo, oferece um campo dinâmico, no qual se entrecruzam desejos, defesas, identificações, projeções e transferências, processos psíquicos que gravitam o campo grupal e que, interpretados e pontuados, podem favorecer o maior entendimento dos participantes acerca de processos inconscientes mobilizados com aquele trabalho.

E, como afirma Pichon-Riviere (1998, p.217),

[...] a estrutura interacional do grupo não só permite, como também estimula, a emergência de fantasias inconscientes [...]. As fantasias expressam-se por meio de um ou vários porta-vozes que dão indícios que permitem ao coordenador a decodificação da adjudicação de papéis, a confrontação do grupo com a realidade concreta. A explicitação do implícito é a explicitação do 'como se', já que o implícito se relaciona com o passado.

A última reunião tanto dos mentores quanto dos jovens é uma reunião de avaliação, um balanço de como foi a experiência para cada um; procuramos documentar essas avaliações (elas são escritas e orais), para ajudar o comitê a repensar suas ações. Muitas mudanças que ocorreram no programa, ao longo desses anos, vieram de sugestões e críticas apresentadas nas avaliações.

Para finalizar, ocorre um evento de encerramento nas dependências da empresa, que tem um caráter de formalizar o final de uma edição. Participam todos os mentores e jovens e também os integrantes do comitê. A cada ano, o comitê pensa um roteiro para esse evento, que sempre acaba num almoço de confraternização.

A partir de então, o Programa está encerrado para aqueles jovens; caso o mentor se interesse em continuar em contato e auxiliando-o é entendido como uma iniciativa pessoal desvinculada do Programa. Muitos mentores se vinculam muito ao jovem e acabam dando continuidade ao relacionamento, ainda que mais esporadicamente, e isso tem ocorrido de forma muito satisfatória, segundo relatos tanto dos jovens quanto dos mentores participantes

de edições passadas. Os mentores continuam orientando, passando informações e incentivando os passos que os jovens vão dando em suas vidas.

Tive oportunidade de conversar com jovens que participaram da primeira edição, um ano após terem finalizado o seu período no Programa. Aqueles que continuaram a ter contato com o mentor referiam que a relação ficou como uma amizade, alguém a quem sabiam que podiam recorrer, para uma orientação ou para esclarecer uma dúvida, ou mesmo para ter um apoio emocional.

Considerando que passaram pelo Programa, ao longo de seus quatro anos, 137 duplas mentor-jovem, já dispomos de um razoável repertório de estilos de ser mentor, diversos casos de relacionamento que fluíram de forma bastante satisfatória para cada um, e também casos que não tiveram a mesma sorte. É este o ponto de minha inquietação: entender o porquê, o que está em jogo nessas relações que se extraviam do propósito em que se engajam, mas, acima de tudo, fazer ver que elas existem e, nesse caso, parece não fazer tão bem.

Para iniciarmos a contextualizar essa problematização, veremos quais conceitos psicanalíticos se mostraram úteis no decorrer do meu trabalho com os mentores e no processo de elaboração a que me proponho nesta escrita e como eles operam. Em seguida, apresento o meu percurso no Mentoring, destacando como o enquadre institucional foi se transformando, a partir do lugar que fui gradualmente ocupando no Programa.

### 3. A CONSTRUÇÃO DE UM TRABALHO À LUZ DA PSICANÁLISE

#### 3.1 Partindo da Psicanálise

*Os homens, em sua maioria, estão ocupados demais consigo mesmos para serem malvados.*  
Nietzsche

Circunscrever o que da psicanálise seria especialmente útil para nossa análise e argumentação trata-se de um desafio de difícil superação. Todo o conjunto da obra freudiana nos fala de temas que abrangem a temática que, em síntese, é o que move essa pesquisa: a constituição do sujeito, a relação com o outro, a ambigüidade que se revela nessas inter-relações e o que isso produz na vida psíquica das pessoas e conseqüentemente para a vida mental dos grupos humanos. A dificuldade em eleger os conceitos mais operativos para a tarefa argumentativa deste texto deixa claro o quanto a psicanálise tem a oferecer, e os diversos caminhos que permite percorrer.

A teoria das pulsões e o postulado da ambivalência de sentimentos são nosso ponto de partida e eixo central para nossa discussão e argumentação das questões levantadas nesse trabalho. Para o entendimento da constituição subjetiva, será fundamental percorrer os conceitos de narcisismo, ideais, identificação e formação reativa. Finalmente, a importante discussão apresentada por Freud, no texto *Reflexões para os tempos de guerra e morte* (1915a), será agora revisitada, por trazer idéias importantes acerca da natureza humana, no que se refere a bem e mal, egoísmo e altruísmo, assim como o *Mal-estar na civilização* (1930) comparecerá por ser uma obra fundamental para se pensar a relação do sujeito e civilização, trazendo a discussão valiosa sobre a gênese do sentimento de culpa.

“A psicanálise ainda é o saber mais consistente, construído pelo Ocidente, para indagar as relações turbulentas do sujeito com seu desejo” (BIRMAN, 2007, p.26), e é com esse saber que me proponho um diálogo, a partir de minhas experiências no Mentoring, buscando referências para decifrar os fenômenos que vão se pondo em cena, ao longo dessa história, na busca de elucidar as questões que me levaram a esta pesquisa.

Sabemos com a psicanálise da ambivalência de sentimentos, presente no mundo psíquico, na luta eterna entre pulsões eróticas e agressivas, além dos conflitos inconscientes que povoam o sujeito, impondo-lhe renúncias de satisfações em favor das exigências da realidade. Compreender essa ambivalência, esses conflitos e a constituição subjetiva do

humano, com suas marcas identificatórias, as defesas que se erguem, seguindo os caminhos abertos pela psicanálise, nos ajudará adiante, na análise dos fenômenos ocorrentes no voluntariado.

É na gênese do amor e do ódio, descrita em *Pulsões e Destinos das Pulsões*<sup>8</sup> (Freud, 1915b, p.160-161.), na relação complexa entre esses dois sentimentos, suas origens diversas e diferentes cursos de funcionamento, que se evidencia a ambivalência de sentimentos no mundo psíquico, que muito nos interessa, no âmbito deste trabalho.

Entendemos, nesse texto (Freud, 1915b, p.161), que o amor é originalmente narcísico, uma vez que nasce da capacidade do Eu em satisfazer suas moções pulsionais. Depois, o amor dirige-se aos objetos fontes de prazer e que foram incorporados ao Eu. No futuro, quando as pulsões sexuais tiverem completado sua síntese, o amor será equivalente ao todo da vertente sexual. Antes disso, durante o processo de desenvolvimento psicosexual, algumas etapas preliminares do amar já emergirão como metas sexuais provisórias. Incorporar ou devorar, por exemplo, é a primeira dessas metas e independe da continuidade de existência do objeto. Freud (1915c, p.161) caracteriza isso como uma forma de amor ambivalente: o sujeito ama o objeto, mas, na verdade, o objeto é ele mesmo, uma vez que já incorporado no Eu. Numa etapa seguinte, anal-sádica, “o interesse pelo objeto surge num ímpeto de apoderamento indiferente ao dano ou à aniquilação que possa causar ao objeto”, quase não havendo distinção entre essa forma de amor e o ódio na sua relação com o objeto. É quando da organização genital que o amor se tornará oposto ao ódio.

É, portanto numa condição ambivalente desde o início que surgem os sentimentos de amor e de ódio, ligados às experiências de satisfação. Primeiro é o próprio Eu a se satisfazer; em seguida, esse Eu é ampliado pela introjeção dos objetos que o satisfazem (ainda não há reconhecimento do outro como independente e autônomo), depois uma experiência de se apoderar do objeto sem consideração por ele, até finalmente se tornarem sentimentos independentes e opostos.

O ódio, segundo Freud (1915c, p. 161), é mais antigo que o amor, constituindo uma resposta do Eu aos estímulos do mundo externo que lhe provocam desprazer.

Fica claro, então, que os sentimentos em relação ao objeto se apresentam sempre de forma ambivalente. São oriundos de etapas preliminares do amor não totalmente superadas, e

---

<sup>8</sup> Serão usados indistintamente os termos *pulsão*, *instinto* e *impulso* como traduções para *Trieb*, procurando-se ser fiel às obras consultadas. Quando fizer parte de minha argumentação, privilegiarei o termo *pulsão*. Vale o mesmo para as traduções de *Ich*, *Es*, *Über-Ich*, para as quais usaremos ora *ego*, *id* e *superego*, ora *eu*, *isso* e *supereu*.

o conceito de narcisismo é decisivo na estruturação do amor e do ódio, como veremos adiante.

Na modificação efetuada por Freud na segunda teoria das pulsões, surge o dualismo pulsões de vida e pulsões de morte, cujas características de fusão e defusão serão fundamentais para o entendimento da dialética presente no movimento pulsional. Mais uma vez, estamos diante de uma ambivalência: duas forças opostas agindo de comum acordo e partilhando um traço comum, que é restabelecer um estado anterior no tempo (NASIO, 1999, p. 70). A primeira visando à ligação, ao atamento dos laços, enquanto a segunda tem por objetivo o desligamento e o retorno ao estado inorgânico.

O ódio ao objeto, nessa nova perspectiva, passa a ser visto como oriundo das tendências mortíferas, embora não se confunda com elas.

Numa analogia às funções biológicas, Freud (1938, p. 174) propõe a ação concorrente e mutuamente oposta das duas pulsões, erótica e agressiva. O ato de comer, por exemplo, envolve a destruição do objeto para atingir o fim de alimentar-se, e o ato sexual, onde o que está em jogo é a mais íntima ligação, é também um ato agressivo.

Dependendo das proporções da fusão entre as pulsões, será possível, no exemplo citado no texto, um amante transformar-se num criminoso sexual, se houver um excesso de agressividade. Por outro lado, esse mesmo amante pode tornar-se acanhado ou impotente, se o conteúdo agressivo se vir reduzido.

As pulsões eróticas e agressivas encontram-se presentes, desde o início, no inconsciente, e coexistem no mesmo campo pulsional. As primeiras, com suas tendências a ligações, e a última, à separação, à destruição.

Aqui está o conceito central da doutrina da pulsão de morte: o da fusão pulsional. Como exemplo para explicitar essa idéia da fusão pulsional, Freud escolhe o sadismo, que possui componentes tanto agressivos quanto libidinais. “O sadismo [é] a pulsão de morte afastada do ego graças à ação da libido narcísica, de forma a se tornar manifesta somente em relação ao objeto” (FREUD, 1920, p. 74). O sadismo funcionaria como um guia para os componentes libidinais da pulsão sexual que seriam dirigidos ao objeto. A ambivalência para Freud é o exemplo de uma fusão que não se realizou completamente.

A idéia de que sempre estão presentes sentimentos ambivalentes em relação a um mesmo objeto me parece um importante início de percurso ao lado da doutrina psicanalítica, uma vez que o que está em questão, neste trabalho, é a natureza dos propósitos que se manifestam como altruístas, nas ações de voluntariado.

A psicanálise nos indica, portanto, que as motivações inconscientes serão sempre ambivalentes, não importando qual dos pólos se evidencia na relação com o outro. Ambivalência que lembra movimento, inquietação e, por conseguinte uma impossibilidade de asseguramento sobre o que pode advir de uma relação humana.

Reconhecer esse modo de funcionamento do inconsciente nos permite uma aproximação com tais conflitos e ambigüidades, numa posição menos onipotente diante de nosso mundo mental, inclusive na aceitação da impossibilidade do controle total das investidas pulsionais.

E é nessa vertente que me proponho ressaltar os impasses envolvidos nas ações de voluntariado. Há que se ter em conta que tais ações, por sua natureza humana, são ações movidas por paixões ambíguas, que visam antes de tudo a atender ao desejo de reeditar a experiência de plenitude inicial do sujeito, diante do olhar materno; são interesses por excelência narcísicos e que podem se mesclar a interesses sociais, no destino pulsional sublimado, que passa a reconhecer o outro em sua alteridade.

Pretendo, assim, acentuar a natureza do inconsciente, onde há uma batalha sem tréguas das pulsões, a luta constante entre as instâncias psíquicas e a difícil interação entre o mundo interno e externo. Ter em conta esse estado de coisas, no mundo psíquico, me parece essencial para analisar as relações que se estabelecem entre pessoas cuja proposta é cuidar de outras, pois esse cuidar pode estar tanto num campo onde a alteridade é reconhecida e o outro, com sua singularidade, é respeitado, como pode circular num campo narcísico, onde as ações aparentemente voltadas para cuidar do outro são, na verdade, focadas num exclusivo cuidar de si mesmo.

Entendo que a psicanálise serve de referencial ético e teórico para pensar e intervir nessas ações, porque, ao trazer à tona “universos do inconsciente e da fragmentação pulsional, pressupõe a ruptura do sujeito com o eixo narcísico do eu” (BIRMAN, 2007, p. 170), via privilegiada dos relacionamentos na atualidade e muito presente nas ações de voluntariado.

São impasses, a meu ver, intimamente ligados à condição do psiquismo humano, ambivalente em seus sentimentos e autocentrado por garantir a própria sobrevivência. Trata-se de um psiquismo inicialmente auto-erótico, associado às funções de autopreservação, que, uma vez investido pelo olhar totalizador da mãe, o Eu que está sendo constituído se torna seu próprio ideal – o eu ideal. O retorno a essa condição onipotente será a meta por toda a vida, nas relações com os objetos externos.

Analisar como esse sujeito se insere na cultura, suas possibilidades de renúncias e de tipos de ligações, poderá nos dar pistas de como a psicanálise pode contribuir com sua ética, nas ações cuidadoras dos voluntários. Na verdade, não são impasses específicos dessas relações, mas são os próprios impasses da relação do sujeito com o seu desejo e com o mundo, conforme veremos mais à frente.

Para avançarmos na questão da constituição subjetiva e de como, simultaneamente, se dão as trocas intersubjetivas com o outro, os investimentos objetais e a inter-relação mundo interno e mundo externo, é importante nos atermos ao conceito de narcisismo, tal como foi cunhado por Freud.

Ao mesmo tempo em que é essencial, para o entendimento da constituição do sujeito, trata-se de um termo de conceituação complexa, na psicanálise, articulando-se com vários outros, como pulsão, identificação, eu, auto-erotismo etc.

No texto *Puntualizaciones psicoanalíticas sobre un caso de paranoia (Dementia Paranoides) descrito autobiograficamente (Schreber)*, Freud (1910-11, apud MIGUELEZ, 2007, p. 77-78) assim o conceitua:

[...] um estágio da história evolutiva da libido, entre o auto-erotismo e o amor objetal. [...]. O que acontece é o seguinte: chega uma ocasião, no desenvolvimento do indivíduo, em que ele reúne suas pulsões sexuais (que até aqui haviam estado empenhadas em atividades auto-eróticas), a fim de conseguir um objeto amoroso; e começa por tomar a si próprio, seu próprio corpo, como objeto amoroso, sendo apenas subsequentemente que passa daí para a escolha de alguma outra pessoa que não ele mesmo, como objeto. Essa fase equidistante entre o auto-erotismo e o amor objetal pode, talvez, ser indispensável normalmente; mas parece que muitas pessoas se demoram por tempo inusitadamente longo nesse estado e que muitas de suas características são por elas transportadas para os estádios posteriores de seu desenvolvimento.

Freud, nesse texto, está analisando um caso e apresenta o conceito para sustentar a relação da patologia em questão com o narcisismo; no entanto, é uma observação muito útil tanto para o entendimento de como surge o narcisismo, quanto para termos em conta o que ele refere no final desse trecho, ou seja, que encontraremos pessoas que, mesmo adultas, se revelam com características do estágio narcísico.

Vemos, pois, que entre o estado inicial, de uma pulsionalidade desorganizada, e o momento em que a criança já reconhece um outro a quem direcionar sua libido, surge o narcisismo, primeira organização psíquica e início da construção da idéia de si mesmo. Tal idéia é sempre dada de fora, a partir do que o outro reconhece na criança. Essa dependência

do mundo externo é inerente ao estado de prematuridade com que o bebê humano vem ao mundo e inaugura a constituição subjetiva, com base nessa dialética eu e o outro, como resume Miguelez (2007, p. 44, grifo do autor):

Uma das particularidades do conceito de narcisismo freudiano é que ele é concebido dentro de uma dialética intersubjetiva (eu/outro). É do encontro do olhar totalizador da mãe que um “eu” pode ser estruturado. A alteridade possibilita a subjetividade. Exterioridade e interioridade circulam em margens opostas, mas inseparáveis, impossível pensar uma sem a outra.

Nessa relação intersubjetiva, a criança tentará desvendar o desejo do outro sobre ela, abrindo mão de seus próprios desejos, numa investida sem frutos, uma vez que o enigma do desejo do outro é impossível de ser apreendido. Tal desejo está sempre remetido ao estágio em que seu eu era onipotente e absoluto – eu-ideal, um ideal impossível de ser atingido.

É o narcisismo que está na base não somente da constituição do Eu, mas também da criação de laços com o outro.

O desamparo infantil encontra no amor e na ternura dos pais o abrigo indispensável para a sobrevivência. Essa ternura e esse amor, de natureza também narcisista, são produto, por sua vez, de uma renúncia ao narcisismo próprio, o que revela um dos rostos “bons” do narcisismo. (MIGUELEZ, 2007, p. 36, grifo do autor).

Os laços com o outro surgem de uma necessidade de autopreservação, de sobrevivência: relaciono-me com o outro, invisto libidinalmente no outro por amor a mim mesmo, portanto. E é a partir dessa perspectiva que o Eu continuará se defendendo do mundo externo, no sentido de preservar-se. O embate narcisismo e alteridade estará presente no curso da história do sujeito. A diferença sempre ameaçará a integridade do Eu, de sorte que, para aceitar o outro, ele precisa ser reconhecido como alguém igual ao que ele é, ao que ele foi ou gostaria de ser (seu ideal do Eu).

Do narcisismo original e suas derivações subseqüentes chega-se ao reconhecimento de uma nova instância do Eu, que serve de modelo para suas ações, instância a que Freud (1914) chamou de ideal do Eu. O ideal do Eu irá interiorizar a crítica, vinda primeiro dos pais, depois das pessoas que educam o sujeito e, finalmente, do grupo social a que pertence.

Esse ideal de Eu será o novo foco do narcisismo infantil. Ele agora será o modelo idealizado e amado que na infância era o Eu real. As censuras dos pais mostraram que ele (o Eu real) não era perfeito, isso e seu próprio rigor consigo mesmo faz com que interiorize esse



novo Eu (o Ideal de Eu) como modelo a ser amado e seguido, um substituto do narcisismo infantil. Freud (1914/1990 p.111) ressalta que “[...] mais uma vez aqui o homem se mostra incapaz de abrir mão de uma satisfação de que outrora desfrutou”, o deleite da completude e onipotência infantil.

Com isso, vai ficando nítido que o outro, além de ser o objeto de amor e de ódio, é também modelo de identificação. Freud dirá que somos constituídos por muitos Eus, com os quais nos identificamos ao longo de nossa vida. A identificação é, portanto, um dos caminhos da transformação da libido objetal em libido narcisista.

No texto *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*, Freud (1921/1990, p. 131) afirma que o investimento libidinal, tal como é conhecido na vida sexual das pessoas, não representa a única maneira de laço emocional entre humanos, pois “existem realmente outros mecanismos para os laços emocionais, as chamadas *identificações*.”

Embora Freud tenha discorrido acerca desse conceito, desde o início de sua obra, com nuances diversas, é no cap. VII, do texto de 1921, que há uma tentativa de sistematização de suas idéias, propondo três vias de identificação: a) a identificação primária, o primeiro laço afetivo com um objeto; b) como substituto de um objeto libidinal abandonado ou perdido, o que é descrito por Freud no processo do luto; e, finalmente,

[c] pode surgir com qualquer nova percepção de uma qualidade comum partilhada com alguma outra pessoa que não é objeto do instinto sexual. Quanto mais importante essa qualidade comum é, mais bem sucedida pode tornar-se essa identificação parcial, podendo representar assim o início de um novo laço. (FREUD, 1921/1990, p. 136).

O processo de identificação nos constitui e nos liga, cria laços com outros humanos. Ao mesmo tempo em que ele é “a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa”, também “desempenha um papel na história primitiva do complexo de Édipo” (FREUD, 1921/1990, p.133). Segundo Freud, é através das identificações que vai se definindo o caráter do eu, de traços e inscrições que serão registrados ao longo da vida, moldando o “ego de uma pessoa segundo o aspecto daquele que foi tomado como modelo” (FREUD, 1921/ 1990, p.134).

Interessante a observação feita por Miguez (2007, p.131), destacando do texto freudiano a existência de uma aproximação entre identificação e narcisismo, deixando evidente que a identificação é um dos caminhos para que a libido objetal se transmute em libido narcisista. Assim, afirma ser “difícil pensar que ‘o eu tome sobre si as propriedades do

objeto' ou que 'tome emprestado um único traço dele' para outra coisa que não seja atrair sobre si os investimentos que antes estavam alocados nos objetos". Mais adiante, ele evidencia outro aspecto importante da identificação, aquele que ocorre no processo de luto, em que o eu assume as características do objeto, se fazendo ao id com objeto de amor. São possibilidades de transformações da libido objetual em libido narcísica, em que ocorre, portanto, uma dessexualização, uma espécie de sublimação, diz Freud (1923, apud MIGUELEZ, 2007, p.132).

No processo de constituição subjetiva, entram em cena a transmissão de afetos e as representações entre inconscientes, a introjeção de imagos parentais, ou seja, como o sujeito apreende o outro a partir das relações intersubjetivas reais e fantasísticas com o meio familiar, como constrói essas imagens no seu próprio inconsciente, além do processo permanente de identificação com outras pessoas significativas ou traços dessas outras pessoas, que se dá ao longo da vida.

É a partir dessa concepção de sujeito, de como a psicanálise entende a constituição subjetiva, que me proponho questionar o fazer do voluntário, tal como circunscrevo nesta pesquisa, e entender o que pode advir quando dois sujeitos se aproximam numa proposta de um deles cuidar do outro, tendo em vista uma assimetria de potência nessa relação, pelo menos no imaginário de ambos e do social que sustenta esses projetos de voluntariado. Em síntese, problematizar se sempre é fazer o bem e o que seria o bem.

Veremos, em nossa análise da experiência no Mentoring, que esse mundo pulsional e esses embates inconscientes se revelam nas ações dos voluntários (também presentes em quem recebe os cuidados) e abrir um campo para pensar acerca desses processos, possibilita certo domínio sobre essas forças impetuosas, que lutam para irromperem do recalque. Como diz Freud (1915b, p. 186), ao analisar a neurose obsessiva, "o recalque, inicialmente bem sucedido, não se mantém. No decorrer do processo, seu fracasso fica cada vez mais evidente. A ambivalência, que permitiu que ocorresse o recalque pela formação reativa, é também o ponto por onde o recalque logra retornar".

Quando um voluntário então se põe a acompanhar outra pessoa com fins de cuidar, estarão em jogo todas essas questões da ambivalência pulsional, das identificações e da dialética narcisismo / alteridade, que tanto podem entrar em cena num sentido de contribuir para que a relação seja proveitosa (quando – por exemplo – os dois se identificam com um elemento comum e isso os liga, havendo tolerância, respeito às diferenças de cada um, interesse no outro etc.), quanto, numa outra possibilidade, o sujeito a quem se destina os

supostos cuidados pode apresentar um ou mais traços que leve o voluntário a um transbordamento do ódio, que – como vimos – coexiste com o amor, e levar a desenlaces desastrosos para ambos.

No texto *Reflexões para os tempos de guerra e morte*, Freud (1915a/1990) faz uma brilhante e surpreendente análise acerca de nossa ilusão diante da humanidade, mais especificamente acerca da desilusão que a guerra provocou. Num momento particularmente dramático da história, meses após ser deflagrada a Primeira Guerra Mundial, e diante da barbárie que se espalhou pelo mundo de forma incontrolável, Freud se pergunta como em culturas civilizadas, com normas de conduta moral fortemente estabelecidas, seria possível um arroubo de destruição tão primitivo como o que se apresentava naquele momento. Por conta disso, pondera:

Os Estados civilizados consideravam esses padrões morais como sendo a base de sua existência. Adotavam medidas sérias se qualquer um se aventurasse a violá-lo. Devia-se supor, portanto, que o próprio Estado os respeitaria e não pensaria em empreender contra eles qualquer coisa que viesse a contradizer a base de sua própria existência. (FREUD, 1915a/1990, p.312).

Um padrão moral que impunha aos homens um rigor, uma elevada dose de autodomínio, de renúncia à satisfação pulsional, um esforço psíquico, portanto, que precisaria ser considerado: abster-se de uma conduta brutal e arbitrária que não oferece uma contrapartida compensatória. Como se sabe, os efeitos do custo psíquico do processo civilizatório foram tema de diversos estudos freudianos, em diferentes épocas, focando tanto as neuroses quanto a vida em sociedade.

Nesse sentido, até hoje se indaga: por que nossa ilusão, nossa crença numa humanidade fraterna, sem crueldade, sem traições, sem barbárie? Freud responde, dizendo que as ilusões nos poupam sentimentos desagradáveis e, em troca, gozamos de satisfações. No entanto, diz ele, essas ilusões freqüentemente entram em choque com alguma parcela da realidade e se despedaçam contra ela. (FREUD, 1915a/1990, p. 317). O próprio autor se surpreende com o quanto a guerra é cruel e implacável, e sobre ela se manifesta:

Despreza todas as restrições conhecidas como direito internacional, que na época de paz os Estados se comprometeram a observar; ignora as prerrogativas dos feridos e do serviço médico, a distinção entre os setores civil e militar da população, os direitos da propriedade privada. Esmaga com fúria cega tudo que surge em seu caminho, como se, após seu término, não mais fosse haver nem futuro nem paz entre os homens. Corta todos os laços

comuns entre os povos contendores, e ameaça deixar um legado de exacerbação que tornará impossível, durante muito tempo, qualquer renovação desses laços. Além disso, trouxe à luz um fenômeno quase incrível: as nações civilizadas se conhecem tão pouco, que uma pode voltar-se contra a outra com ódio e asco. (FREUD, 1915/1990, p. 315).

O texto analisa o papel desempenhado pelo Estado de controlar o lado pulsional da humanidade, exigindo renúncias e ameaçando a integridade dos seus indivíduos, no caso de violação de tais regras. Alerta que a moralidade dos indivíduos é, em sua origem, ansiedade social, e conclui:

Quando a comunidade não levanta mais objeções, verifica-se também um fim à supressão das paixões más, e os homens perpetram atos de crueldade, fraude, traição e barbárie tão incompatíveis com seu nível de civilização, que qualquer um os julgaria impossíveis. (FREUD, 1915a, p. 316).

Freud (1915a/1990, p. 317), ao analisar a construção da moralidade no indivíduo, afirma que, num processo de desenvolvimento, as tendências humanas más vão sendo erradicadas, que a educação consistiria em substituí-las por boas. Ele diz: “Caso isso seja assim, é, não obstante, surpreendente que o mal ressurgja com tamanha força em qualquer um que tenha sido educado dessa forma”. Ele mesmo segue na sua argumentação afirmando que, de fato, não há a erradicação do mal, isso porque a natureza humana consiste em pulsões que visam à satisfação de certas necessidades primitivas, que em si mesmas não são boas ou más, é a cultura que qualificará tais pulsões, segundo os padrões morais ali estabelecidos. O que se verifica é que o que é chamado de tendências más, como o egoísmo e a crueldade, são na verdade tendências primitivas, presentes em todos os seres humanos em sua origem.

Segundo o autor (FREUD, 1915a/1990, p. 318), tais pulsões primitivas passam por um longo processo de desenvolvimento, onde são inibidas, dirigidas para outras finalidades, mesclam-se, alteram seus objetos e revertem até certo ponto sobre o próprio sujeito. Um destino especialmente importante para nossa análise das ações dos voluntários é o da formação reativa, um mecanismo defensivo onde supostamente há uma mudança de conteúdo. Nesse caso, o sujeito se apresenta como altruísta defendendo-se de sua forte tendência egoísta, ou expressa piedade, mas inconscientemente estaria disfarçando, inibindo seu arroubo de crueldade. Tudo isso é possível graças ao fenômeno da ambivalência de sentimentos, desenvolvido no início deste capítulo, ao fato de, originalmente, determinadas pulsões surgirem em pares de opostos.

O caráter de uma pessoa estaria formado após esses destinos pulsionais serem superados. A qualificação de boa ou má dificilmente pode ser atribuída a uma pessoa, pois ninguém é totalmente bom ou mau, isso é relativizado dependendo a que se refere.

O que a psicanálise observa é que há uma transformação das pulsões, desde sua origem até a formação do caráter, e observa que, para isso, concorrem fatores internos e externos. Os fatores internos seriam a necessidade humana de amor, pois, por conta desta, as pulsões egoístas aceitam renunciar sua satisfação, transformando-se em pulsões com fins sociais. Na balança de negociações, reconhece um ganho em ser amado e por isso aceita abrir mão do egoísmo.

Por outro lado, temos a força exercida pelo ambiente cultural, pela civilização, que só foi alcançada à custa da renúncia da satisfação pulsional imediata. Como afirma Freud (1915a/1990, p. 319),

no decorrer da vida de um indivíduo há uma substituição constante da compulsão externa pela interna. As influências da civilização, provocam por uma mescla de elementos eróticos, uma sempre crescente transformação das tendências egoístas em tendências altruísticas e sociais.

Finalmente, o autor sublinha que toda compulsão interna foi originalmente compulsão externa. Propõe a idéia de uma herança de geração para geração de certa tendência a transformar pulsões egoístas em sociais, além do que, também, haver algo a ser realizado pelo próprio indivíduo, no curso de sua vida. Segundo Freud, há uma multideterminação na constituição do caráter das pessoas, que abrange o ambiente cultural próximo ao sujeito, a história cultural de seus ancestrais e o seu próprio trabalho psíquico no decorrer de sua existência.

Suscetibilidade à cultura é o termo que Freud (1915a/1990, p. 319) propõe chamar à capacidade pessoal de um homem para transformar suas pulsões egoístas, sob efeito do erotismo, afirmando que parte disso é inato e parte é adquirida ao longo da vida.

E o ponto impactante desse texto é quando ele afirma que tendemos a crer demasiadamente no fator inato de transformação de pulsões egoístas em sociais, além de superestimar a suscetibilidade à cultura em comparação à porção pulsional que permaneceu primitiva. Assim, diz ele: “somos levados enganosamente a considerar os homens como “melhores” do que de fato são, de uma vez que existe ainda outro elemento que obscurece nosso julgamento e falseia o problema num sentido favorável” (FREUD, 1915a/1990, p. 320, grifo do autor).

O fato é que as pulsões não se revelam à observação, é possível apenas inferir e, ainda sob o risco de engano, a sua qualidade, a partir das ações e dos comportamentos das pessoas. E, ainda, as ações aparentemente “boas” tanto podem estar relacionadas a um motivo inconsciente altivo, onde houve uma transformação pulsional no sentido social, quanto podem ser uma resposta ao efeito de recompensas e punições, próprios do ambiente regulador externo. Nesse sentido, pode ser que

uma pessoa escolha comportar-se bem, no sentido cultural dessa expressão, embora nenhum enobrecimento da pulsão, nenhuma transformação de inclinações egoístas em altruístas se tenham operado nela. O resultado será, *grosso modo*, o mesmo; só uma específica concatenação de circunstâncias revelará que um homem sempre age bem porque suas inclinações pulsionais o compelem a isso, e que outro só é bom na medida em que, e enquanto, esse comportamento cultural for vantajoso para seus propósitos egoístas. Contudo, o conhecimento superficial de um indivíduo não nos permitirá distinguir entre esses dois casos, e decerto somos enganosamente levados por nosso otimismo a exagerar grosseiramente o número de seres humanos que têm sido transformados num sentido cultural. (FREUD, 1915a/1990, p. 320, grifo do autor).

Aqui temos o eixo de nossa discussão: em função de tais reflexões, será possível confiar sempre nas ações referidas como “fazer o bem” como, de fato, impulsionada por uma motivação inconsciente altruísta? Pela análise que nos apresenta Freud, isso se trata de uma ilusão. Dado o rigor a que é imposta a vida pulsional dos seres humano, a probabilidade de uma verdadeira transformação pulsional no sentido social parece frágil. O que parece mais freqüente são pessoas que se comportam bem, atendendo a exigências sociais, mas que estão sujeitas à irrupção das tendências primitivas, nos conhecidos fenômenos de reação e compensação, em busca de satisfação.

Mas o autor também oferece uma visão otimista, em que a própria civilização, “mesmo numa base tão dúbia, fornece a perspectiva de, a cada nova geração, preparar o caminho para uma transformação de maior alcance da pulsão, a qual será o veículo de uma civilização melhor” (FREUD, 1915a/1990, p. 321).

Entendemos então, a partir da psicanálise, que sobre uma base pulsional ambígua e que força uma pressão constante para romper a repressão, a previsão do que pode advir de uma relação entre duas pessoas fica bastante dificultada. E se essa relação pressupõe um cuidar do outro (o que significa que há uma parte em condições de precisar de auxílio), é preciso ter em mente que a oferta de um campo de reflexão para que possam circular cadeias associativas acerca dessa vivência muito pode contribuir nesse processo e, quem sabe, na

direção otimista aventada por Freud (uma ocorrência momentânea em sua obra, eu diria), favorecer um caminho para transformação da pulsão egoísta em altruísta, verdadeiramente.

Em falando dos conflitos entre os interesses individuais do homem e a civilização, não poderíamos deixar de examinar o que diz Freud em *O Mal-estar na Civilização* (1930[1929]/1990), destacando o modo como a civilização tratou de inibir a agressividade, fundando um sentimento de culpa universal. Freud (1930[1929]/1990, p.84 e 85) destaca três fontes para o nosso sofrimento: a fragilidade de nosso corpo, condenado a perecer, as ameaças das forças da natureza e, finalmente, do relacionamento com outros homens. E é a essa última que ele atribui a razão mais intensa dentre as origens do sofrimento humano, ou seja, o relacionamento humano está entre as experiências mais difíceis para uma pessoa.

Em sendo tão doloroso conviver, por que uma pessoa buscaria voluntariamente compartilhar um período de sua vida ao lado de outra, com quem não tem vínculos de nenhuma ordem e que vive uma situação de carência, desamparo, doença etc.?

Dentre as realizações da civilização – sua estima e seu incentivo em relação às mais elevadas atividades mentais do homem, suas realizações intelectuais, científicas e artísticas, e o papel fundamental que atribui às idéias na vida humana (sistemas religiosos, filosofia, ideais do homem) – devemos nos ater à maneira pela qual os relacionamentos mútuos dos homens, seus relacionamentos sociais são regulados, cuja primeira tentativa se dá com os próprios elementos de cultura.

A civilização é construída sobre uma renúncia ao instinto, ela pressupõe exatamente a não satisfação de instintos poderosos. Essa frustração cultural domina o grande campo dos relacionamentos sociais entre os seres humanos e não se sai impune de uma experiência como essa. Sobre isso, diz Freud (1930[1929]/1990, p.104): “Se a perda não for economicamente compensada, pode-se ficar certo de que sérios distúrbios decorrerão disso”.

Pouco antes, Freud (1930[1929]/1990, p.102) adverte que

grande parte das lutas da humanidade centralizam-se em torno da tarefa única de encontrar uma acomodação conveniente – isto é, uma acomodação que traga felicidade – entre [as reivindicações do indivíduo à sua liberdade individual] e as reivindicações culturais do grupo.

No entanto, ele mesmo aparenta desesperança, quando se pergunta se isso seria possível ou trata-se de um conflito irreconciliável.

O que está no cerne da eterna luta entre civilização e sexualidade decorre do fato de o amor sexual constituir um relacionamento entre dois indivíduos, e que um terceiro elemento

seria rejeitado como perturbador. Por outro lado, a civilização prevê relacionamentos entre várias pessoas, o que restringe a vida sexual.

Não só restringir a sexualidade, mas o sujeito deve amar a todos como a si mesmo, diz um dos mais importantes mandamentos da vida civilizada. Entretanto, Freud opõe-se a ele, alegando que o amor é algo valioso e que deve ser destinado a quem o mereça. Diz ele:

Merecerá meu amor se [a pessoa] for de tal modo semelhante a mim em aspectos importantes, que eu me possa amar nela, se for de tal modo mais perfeita do que eu, que nela eu possa amar meu ideal de meu próprio eu (self). [...]. Mas, se essa pessoa for um estranho para mim e não conseguir atrair-me por um de seus próprios valores, ou por qualquer significação que já possa ter adquirido para a minha vida emocional, me será muito difícil amá-la. (FREUD, 1930[1929]/1990, p.114, grifo do autor).

Relacionar-se com o outro, portanto, é algo que produz muito sofrimento ao ser humano, pois ele tem que abrir mão de sua felicidade individual, direção para a qual é guiado pelo princípio do prazer, em prol de uma ligação com a comunidade maior. É preciso termos em conta, ainda, que quando um voluntário se oferece a cuidar de outra pessoa é amor que ele está ofertando, está se dispondo a um investimento libidinal, que muito exigirá dele. A primeira questão é por que ele faria isso, tendo em vista o esforço que demandaria dele?

Seguindo o raciocínio de Freud acerca de quem mereceria meu amor, acima citado, temos a segunda questão, que seria: se o voluntário pode se amar nessa pessoa que receberá seus cuidados, ou amar seu ideal de eu, poderemos pensar num destino favorável para ambos desse relacionamento. Por outro lado, se essa pessoa for percebida como uma estranha, sem qualquer possibilidade de atrair o voluntário, será muito difícil esse relacionamento seguir em frente em seus propósitos, o que poderia nos dar uma pista dos casos em que há o abandono da relação por parte do voluntário.<sup>9</sup>

Da mesma forma como o texto analisado acima, onde Freud assinala a desilusão com a humanidade que a guerra produziu, neste ensaio, mais uma vez, ele segue numa análise implacável, alertando que “os homens não são criaturas gentis que desejem ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade”. (FREUD, 1930[1929]/1990, p.116). Aí reside o que tanto perturba nossos relacionamentos com o nosso próximo e ameaça constantemente a sociedade civilizada da desintegração.

---

<sup>9</sup> O mesmo se aplica para a outra parte, para o sujeito que recebe os cuidados; no entanto, foco minha análise no voluntário, porque é dele que trata esta pesquisa.



Para garantir o seu propósito, de unir os humanos em comunidades cada vez maiores, promovendo ligações, a civilização deve inibir a agressividade inerente ao ser humano, de forma a torná-la inócua. Ela conseguirá alcançar esse objetivo através do fortalecimento do sentimento de culpa, que tem sua origem no narcisismo primário num primeiro momento e depois no Complexo de Édipo.

A agressividade do sujeito é introjetada, internalizada e enviada de volta para o lugar de onde veio, o próprio ego. Aí é assumida por uma parte do ego que se coloca contra o resto do ego, como superego, assumindo a forma de consciência para o sujeito. A tensão entre as exigências do superego de um lado e o ego de outro dá origem ao que a Psicanálise chamou de sentimento de culpa, que se expressa como necessidade de punição.

A civilização, portanto, consegue dominar o perigoso desejo de agressão do indivíduo, enfraquecendo-o, desarmando-o e estabelecendo no seu interior um agente para cuidar dele, como uma guarnição numa cidade conquistada. (FREUD, 1930[1929]/1990, p.127).

É na dependência do indivíduo em relação a outras pessoas, na sua condição de desamparo, que reside a origem do sentimento de culpa. Diante do risco de perda do amor, que o colocará vulnerável a uma série de perigos, o sujeito se submete a uma força estranha que decide o que é bom ou mau, que emana do superego. Mesmo quando algo é desejável ou prazeroso para ele, pode não o ser para essa instância, que é formada pela crítica e censuras parentais e culturais. Desejar tal coisa, tanto quanto realizar tal desejo, leva ao sentimento de culpa. Freud (1930[1929]/1990, p.128) dirá que, no início, “o sentimento de culpa é, claramente, apenas um medo da perda de amor”.

São duas as origens do sentimento de culpa, a que surge do medo de uma autoridade, que leva o sujeito a renunciar para não perder o amor, e outra, que surge do medo do superego. Na primeira, uma vez consumada a renúncia, fica-se “em paz” com a autoridade e desaparece o sentimento de culpa. No segundo caso, a renúncia não será suficiente, pois o desejo persiste e não poderá ser escondido do superego, fazendo-se ruidosamente presente o sentimento de culpa e a necessidade de punição.

O autor conclui que a consciência severa surge tanto da frustração do instinto, que desencadeia a agressividade, quanto da experiência de ser amado, que faz a agressividade voltar-se para dentro e a transfere para o superego. (FREUD, 1930[1929]/1990, p.133 e 134).

Novamente, encontramos aqui o importante conceito de ambivalência de sentimentos, agora no entendimento da gênese do sentimento de culpa. O sujeito, em princípio, ama e

odeia seus pais ou representantes parentais. Uma vez satisfeito o ódio por um ato de agressão, o amor se evidencia e surge o remorso. O superego é criado pela identificação com as figuras parentais, tornando-se o agente interno do poder paterno e da civilização, o qual zelará para que os atos agressivos não se repitam, e a força do sentimento de culpa será fundamental nesse processo.

Nas palavras de Freud (1930[1929]/1990, p.116),

o sentimento de culpa é expressão tanto do conflito devido à ambivalência, quanto da eterna luta entre Eros e o instinto de destruição ou morte. Esse conflito é posto em ação tão logo os homens se defrontem com a tarefa de viverem juntos. Enquanto a comunidade não assume outra forma que não seja a da família, o conflito está fadado a se expressar no complexo edipiano, a estabelecer a consciência e a criar o primeiro sentimento de culpa.

O que ele conclui é que o propósito da civilização, de ligar os homens em grupos cada vez maiores, leva fatalmente ao fortalecimento do sentimento de culpa, o preço que pagamos pelo avanço da civilização, um mal-estar, uma perda de felicidade.

Fazendo uma analogia entre o desenvolvimento individual e o processo civilizatório, Freud dirá que também a comunidade desenvolve um superego e sob sua influência se produz a evolução cultural. Nesse caso, são os grandes líderes da história que vão deixando suas marcas e, dessa forma, estabelecem-se para a sociedade exigências ideais estritas, cuja desobediência é punida pelo “medo da consciência”.

Nessa perspectiva, como tentativa de regular as relações entre os seres humanos, a civilização produziu o que chamamos de ética, que, para Freud (1930[1929]/1990, p.145), é “uma tentativa terapêutica, um esforço por alcançar, através de uma ordem do superego, algo até agora não conseguido por meio de quaisquer outras atividades culturais”. Toda a análise do autor nos apresenta os esforços da civilização em conter a impetuosa inclinação constitutiva dos seres humanos para a agressividade mútua.

O autor nos faz ver, nesse texto, que os relacionamentos entre humanos é uma razão importante de nosso sofrimento e que, portanto, serão alvo de nossa agressividade primitiva, que deverá ser controlada de alguma forma. O jeito imposto pelo processo civilizatório foi a renúncia ao instinto, o que traz conseqüências importantes para o sujeito, pois, além da não satisfação daquele, ergue-se um violento sentimento de culpa, que mina a possibilidade de felicidade humana, mas que garante a união dos homens em comunidade.

São estas idéias fundamentais para se examinar os fenômenos do voluntariado, em especial a proposição de um sentimento de culpa inconsciente ruidoso, que perturba a vida do

sujeito e o incita a buscar saídas. O “supereu”, diz Kaufmann (1996, p.107), “pode tanto estimular o eu em sua busca de realização como pode esmagá-lo sob o peso de usas proibições”, ainda com a mobilização das pulsões agressivas do “isso”.

O enfrentamento desse sentimento de culpa está presente nas relações entre as pessoas, ora manifestando a busca de expiação, ora de punição. Nas relações de voluntariado, é possível pensar nessa ação como um caminho para expiação, através de ações compensatórias, que podem mesmo rumar para um exagero, numa busca maníaca pelo sucesso<sup>10</sup>

Dado o vigor da culpa presente no mundo psíquico, há que se estar atento às variadas saídas buscadas pelo sujeito, que se manifestarão nas relações de voluntariado, como se sabe, perseguindo a expiação ou mesmo a punição. O fracasso de um relacionamento, por exemplo, bem pode estar a serviço de castigar-se pela lembrança de uma espécie de transgressão imaginária ou realmente realizada.

Aplacar a culpa, busca de satisfação, de felicidade individual, é o que se evidencia nas inter-relações humanas e, assim como a ética surge como um meio regulador do convívio entre os homens, também é preciso haver um espaço mediador para se pensar as relações do voluntário com o sujeito atendido por ele e, por isso, proponho chamar a discussão que empreendo neste trabalho de dimensão ética do voluntariado, considerando tanto a posição que o sujeito se coloca diante do outro que recebe seus cuidados quanto a regulação dessa relação, aspectos que estão obviamente intrincados.

### ***3.2 A Construção de um Lugar de Psicanalista em um Contexto de Voluntariado***

Fazendo um passeio, em retrospectiva, desde o primeiro encontro com o Programa de Mentoring, vejo uma história que foi sendo construída, desenhada, definida em meio a muitas incertezas, mas num forte propósito dos seus idealizadores em se emprestarem ao outro para ajudá-lo a fazer uma passagem, a passagem da adolescência à fase adulta, a passagem para uma outra condição de vida (sócio-econômica). Refazer essa história, agora, é imprescindível para que esta escrita se constitua o dispositivo de elaboração a que havia me referido na introdução deste texto. A escrita fazendo ver as tramas, os impasses, o que escapou no momento em que ocorreu, uma reconstrução da experiência que, a bem da verdade, é uma

---

<sup>10</sup> No caso do Mentoring, uma hipótese seria o mentor impor ao jovem que atinja objetivos muito estritos e grandiosos, para que ele (o mentor) venha a sentir-se compensado e seu sentimento de culpa temporariamente aplacado.

construção, “uma apreensão circunstancial e momentânea de uma construção”, nas palavras de Sousa (2002, p.15).

E é também Edson de Sousa (2002), em seu texto (*A Vida entre Parênteses*) - o caso clínico como ficção, que nos auxilia a pensar sobre o uso do material clínico e, no âmbito desta dissertação, o uso do material originário de uma escuta psicanalítica num outro contexto, não clínico. Ele refere-se ao material como algo que interpela a teoria, que faz ver também o psicanalista e seus caminhos na condução de seu ofício, e conclui que não se trata então de uma história, mas de uma ficção produzida pelo psicanalista e pelo outro, a quem ele se refere. Alerta que o autor se revela no caso que descreve e, além disso, o caso comparece como um esforço de transmissão, que problematiza e confronta o teórico, como foram os casos publicados por Freud (Sousa, 2002, p.16).

O esforço de fazer virem as palavras que representem essa memória, a minha memória sobre essa experiência, descrevendo eventos, idéias e pensamentos que foram se desenrolando desde aquele início, em 2003, não é sem razão, trata-se de certa maneira de um desnudamento tanto do “caso” quanto da autora. Mas um ato que se oferece como um jeito privilegiado de busca de sentido e elaboração, tal como um reencontro naquilo que se produz, como propõe Sousa (2002, p.13, grifo do autor):

[o discurso psicanalítico] indaga esta busca incessante de reencontrar-se naquilo que se produz, exatamente como descreve Pirandello de um personagem que sai em busca de seu autor. Perceber que o efeito que provocamos no outro (transferência) diz de nosso lugar e de nossa responsabilidade, não deixa de ser uma das conquistas de um percurso de análise.

É a partir dessa mesma perspectiva, portanto, que passamos à apreensão dessa história.

No início do Programa, a influência do pragmatismo próprio do mundo corporativo (em especial americano) era patente. Pensava-se em delimitar as regras, definir métricas e assegurar-se de amparo legal; esse último pelo fato de que se iria trabalhar com jovens ainda em minoridade e, por outro lado, estaria em jogo também a imagem de uma empresa com importante expressão mundial.

O jovem, naquele momento, ainda era uma virtualidade. Partia-se, apenas, da premissa da enorme demanda por ações sociais, no Brasil. Portanto, se surgisse uma oferta de serviços na direção de auxiliar a melhorar as condições de vida de jovens de baixa renda, imediatamente, se evidenciaria o grupo que receberia tais serviços. Esse ponto de partida é bastante relevante, pois o que se apresenta é um trabalho que não nasce de uma investigação,

de uma identificação das necessidades de um público específico, mas de uma hipótese de uma necessidade, construída a partir de um imaginário coletivo a respeito do jovem pobre<sup>11</sup>. E o que estava em primeiro plano, naquele momento, era um projeto pessoal de um grupo de pessoas motivadas a intervir, ainda que pontualmente, nesse contexto social com tantas desproporções.

De fato, a desigualdade social é um drama avassalador, somos confrontados com ela a todo o momento, circulando nas ruas, lendo jornais, diante da TV etc.; por essa razão, a premissa da enorme demanda parece coerente. No entanto, a que sujeito singular, com desejos, história e demandas próprias, se destinaria aquele serviço? E, precisamente, que serviço seria ofertado?

O que pretendo ressaltar é que, no início do trabalho, não foi um grupo de jovens especificamente que suscitou o interesse nos futuros mentores, mas sim uma realidade social, tal como construída no imaginário de cada um dos iniciadores daquele projeto, além das próprias motivações pessoais de cada um acerca de fazer o bem.

São pistas que uma atenção flutuante permite perseguir. Um psicanalista se intriga com o que aparentemente parece óbvio ou sem importância, tenta buscar o sentido verdadeiro da cena que se apresenta, reconhecendo a impossibilidade de uma resposta que dê conta da totalidade de seus questionamentos. Nesse primeiro momento, já me parecia curioso essa dissociação entre a oferta do serviço e o real conhecimento a respeito das necessidades do público beneficiado com o serviço.

Quando chega o momento de compor os pares mentor-jovem (o *matching*), esse jovem começa a ser pensado como um sujeito singular, que seria preciso se conhecer para se imaginar uma estratégia de encontrar um mentor, com quem tivesse chances de ter uma boa afinção, nos propósitos do trabalho. É nesse momento que eu me aproximo da coordenação do Programa, é especificamente essa a demanda que se endereça a mim, uma ajuda para pensar como formar os pares.

Os integrantes do grupo haviam visitado, nos Estados Unidos, várias experiências de Mentoring Social e o material que trouxeram de lá estava sendo utilizado como parâmetro para estruturar o Programa no Brasil. No entanto, no que se referia ao *matching*, estava claro

---

<sup>11</sup> A posteriori, decidiu-se que o público-alvo seriam os egressos do Programa de inclusão digital concebido pela empresa, mas, ainda assim, não se tinha conhecimento **dos jovens** e sim resultados de uma avaliação do Programa, que apontava para uma lacuna entre participação dos jovens naquele curso e o ingresso no mercado de trabalho.

para o grupo que o formato americano não se adequava à nossa realidade<sup>12</sup>, seria necessário pensar um jeito próprio de fazer isso.

Meu entendimento era de que havia, por parte daquele comitê organizador, um esforço de dar certos contornos que oferecessem garantias diante do imprevisível das relações humanas. Comecei a levantar questões a respeito do que os preocupava, no que se referia ao matching, e apontar sobre a impossibilidade de termos todas as garantias, em se tratando de pessoas. Na minha opinião, no lugar de um matching perfeito (impossível de ser realizado), deveria existir o compromisso em se manter um grupo de reflexão sobre a experiência, sistematicamente ao longo do ano, que poderia ajudar os trabalhos dos mentores com os jovens.

O que surgia de resposta aos meus questionamentos apontava para uma grande ansiedade diante do desconhecido, tanto os jovens quanto o que estaria por vir dos relacionamentos mentor-jovem. Mesclavam-se fantasias de um jovem pobre, carente, frágil com a de um jovem violento, possivelmente usuário de drogas, com família “desestruturada” (sic) etc. Essas primeiras associações estavam sempre relacionadas a extremos, ou muito frágil, ou muito perigoso. Para o frágil, se pretendia transmitir experiências de como subir na vida, dos desviantes procurava-se o resguardo no amparo legal, que os advogados da empresa já haviam descrito, no manual do Programa<sup>13</sup>.

Como estavam convidando funcionários da empresa a participarem do Programa voluntariamente, sentiam-se responsáveis também pelo que essas pessoas iriam viver nessa experiência. De certa forma, gostariam de assegurar uma boa “temporada” junto ao jovem, com boas trocas entre os dois, com conquistas por parte do jovem, pois, assim, entenderiam que o Programa teria sucesso, se fortaleceria, novos candidatos chegariam a cada ano, contribuindo para o crescimento do voluntariado naquela empresa e, conseqüentemente, mais jovens poderiam se beneficiar.

O que entendo desse começo é que a demanda endereçada a uma psicanalista se apresenta no momento de um impasse acerca de um enigma: como desvendar o mistério de se formar duplas ideais. Não me era possível atender a uma demanda como essa, mas me vi convocada a assumir uma posição diante de um impasse, do qual, naquele momento, já me via cúmplice.

---

<sup>12</sup> Dentre outras coisas, há, nos Estados Unidos, uma grande preocupação com as diferenças raciais, havendo uma longa discussão acerca de se formar duplas de raças distintas ou iguais, e as possíveis implicações de uma ou outra escolha.

<sup>13</sup> Também o apoio da ONG parceira que pré-selecionava os jovens, o que já oferecia certa garantia sobre a origem e situação de vida do jovem.

E é diante de um impasse que um psicanalista pode contribuir, pois ele nos faz pensar tanto em algo que escapa ao controle, para o qual não se consegue as respostas habituais, como para um limite. Pensar sobre o impasse, parece-me profundamente analítico, pois é uma brecha para se perseguir cadeias associativas e – quem sabe – chegar a um sentido mais verdadeiro para a questão.

Foi justamente a partir dessa posição que aceitei ocupar – que o trabalho pôde ter início – uma posição de escuta, que não se punha a responder a uma demanda explícita, mas se interessava em fazer ver onde faltavam questões. E, assim, nasceu o grupo de reflexão com mentores e o outro com os jovens. Estava, também, começando uma construção de como seria possível e viável realizar esses encontros.

Os grupos com os jovens, desde o início, fluíram sem maiores percalços, pois sempre ocorreram nas instituições parceiras, onde a experiência de reflexão em grupo já era habitual. Não era também novidade para os jovens sentarem em roda para conversar livremente sobre algum tema, com objetivo de reflexão. O desafio estava com o grupo de mentores, bastante influenciados pelo modelo corporativo de trabalho, com os quais as reuniões eram informativas, deliberativas, para debater propostas e encaminhar ações; e, uma vez que as reuniões com mentores ocorreriam na empresa, em horário de trabalho, inevitavelmente esse modelo seria tomado de empréstimo para a nossa reunião também.

Inicialmente, as reuniões eram mesmo tratadas como reuniões executivas: os voluntários faziam anotações, traziam seus notebooks; os coordenadores passavam informações, discutiam-se questões organizativas, e o tempo para a reflexão era exíguo. Aos poucos, fui esclarecendo sobre os propósitos do encontro sistemático daquele grupo, da relevância para o trabalho deles com os jovens, e fomos fazendo acordos de como poderíamos trabalhar para que fosse possível criar, realmente, um espaço de reflexão sobre suas experiências.

No entanto, mais do que acordos e contratos, o lugar que escolhi para estar diante daquele grupo foi fundamental, ainda que não exclusivamente, para a forma que foi tomando o trabalho com eles. Um lugar de escuta atenta ao que se mostrasse intrigante ou muito óbvio, reformulando questões, para que os próprios mentores buscassem reconhecer seu saber ainda pouco claro, implicando todo o grupo, e também me implicando com cada caso. Um “fazer saber” como refere Mezan (1995, p.19), ao referir-se à idéia de Regina Chnaiderman sobre a construção do ofício do psicanalista.

Aos poucos, vi um grupo se constituindo, com identificações, transferências e projeções; os participantes iam se reconhecendo nas histórias dos colegas, davam palpites sobre possíveis encaminhamentos das questões que surgiam, além do clima de tensão que se formava, por várias vezes, diante de um ou outro impasse, que angustiava muito.

Nesses momentos, dizia-lhes o que se colocava em questão e relacionava sempre com a natureza do trabalho, comprometendo-os com o que o Mentoring exigia de cada um. Dessa forma, convocava-os a assumir o papel de cuidador, que escolheram desempenhar naquele momento, implicando-os com o seu discurso que evocava um desejo de cuidar, implicando-os todos com o compromisso com os objetos do cuidado<sup>14</sup> e me implicando também com o que o Programa se propunha fazer.

Nas primeiras reuniões, era comum desviarem a atenção para assuntos alheios à temática do encontro, além de buscarem “culpados” para as dificuldades que enfrentavam: ora era a escola que não ensinava adequadamente, ora era a ONG que não colaborava facilitando acesso a computadores e telefones, e até mesmo a empresa que poderia ajudar mais.

Diferente de um trabalho clínico, em que, a priori, o psicanalista já é colocado numa posição a que o analisando atribui um suposto saber e se posiciona, em relação a ele, numa assimetria fundamental para o desenvolvimento da análise; nesse caso até havia uma demanda inicial por uma ajuda específica e, depois, por uma assessoria de uma “especialista”, mas nada muito claro e também ainda não muito compartilhado por todos. Foi a partir de um campo desobstruído, livre para circular as inquietações mais intensas, que foi se configurando uma atmosfera de trabalho com aquele grupo.

Ao longo do primeiro ano, grande parte de meu trabalho foi entender como o grupo poderia desenvolver aquelas ações com os jovens, de que maneira eu poderia auxiliá-los, mas, principalmente, pus-me a escutá-los e a levantar alguns pontos para que questionassem acerca de repetições de modelos que pareciam não caber no âmbito daquela relação.

E o que caberia no âmbito daquela relação? Para mim, também era uma questão que tentava delimitar, e procurava respostas, ao ouvir os jovens, ao ouvir os mentores, e deixando fazerem eco em mim os conteúdos que surgiam.

O estilo desse Programa de Mentoring foi assim se aparentando a um trabalho de orientação, mas com um cuidadoso olhar para a singularidade de cada participante, uma ação que tinha influências do ambiente corporativo, sim, com seus sistemas organizativos e de

---

<sup>14</sup> Esse termo será usado em diversos momentos desta dissertação, tal como propõe Figueiredo (2007), no texto *A metapsicologia do cuidado*, que será examinado no capítulo 4, referindo-se àquele a quem se destinam os cuidados.



planejamento, de objetividade nos planos de trabalho que, para o que se propunha o Programa – orientação para encaminhamento profissional – era muito valioso. No entanto, os mentores foram se permitindo ouvir mais o sujeito, acolher situações aparentemente não relacionadas ao que estava previsto (como um desentendimento familiar, uma perda, uma gravidez inesperada, os medos diante da vida) e se implicando naquelas histórias de vida. E, assim, mais do que meros treinadores de estratégias e transmissores de informações, entendiam que, mesmo que não fosse seu papel tratar de assuntos mais íntimos dos jovens, tais assuntos faziam parte da vida deles e em muitos momentos seriam inevitáveis. Dessa forma, disponibilizaram um campo de relacionamento onde poderia vir a ser um sujeito, com sua história, desejos e sentimentos, e não “um jovem de baixa renda a ser encaminhado”, com todo o peso de preconceito que essa expressão carrega.

Certa vez, encontrei, num texto de Rubens Volich (2000, p.237-245), uma definição para o que seria um educador, que me pareceu bem apropriada ao que tentávamos definir como sendo o papel do mentor:

Educador é todo aquele que é confrontado à curiosidade e à incompreensão do sujeito diante da vida e de suas experiências e que se disponha a acolher a angústia subjacente a tais enigmas, sem necessariamente conhecer as respostas para os mesmos. Enigmas para os quais o sujeito busca sobretudo, acolhimento, tolerância e partilha por um outro para que ele possa reorganizar-se diante dos efeitos perturbadores do não saber, com vistas a tentar chegar à descoberta de respostas para o mesmo.

Oferecer acolhimento, tolerância e partilha a um jovem afetado pelos efeitos do não saber, afetado também pela insegurança real em que vive, onde as perspectivas de futuro se mostram pouco animadoras, é uma tarefa nada fácil para qualquer um e bastante angustiante para os mentores, cujas vidas e profissão estavam bem distantes do campo da educação e do trabalhador social.

E é por isso que o meu trabalho com aquele grupo foi se configurando tal como uma supervisão, aquela familiar ao psicanalista, mas evidentemente não a mesma; chamo de supervisão pela posição que aos poucos ocupei em relação aos mentores. Embora formalmente tenhamos dado, no Programa, o nome de assessoria, prefiro o termo supervisão, nos moldes como conhecemos em Psicanálise, porque, mais do que auxiliar tecnicamente, a partir de um conhecimento especializado, ofereço uma escuta particular e proponho circular questionamentos, confrontar verdades pré-fabricadas acerca dos mais diversos assuntos

pertinentes às suas ações, e fazer ver sentimentos, que são suscitados a partir de uma experiência como essa.

Como propõe Mezan,

[na] supervisão trata-se de sensibilizar o terapeuta iniciante para as peculiaridades do processo psicanalítico, na vertente da escuta e da interpretação, inclusive dos movimentos contratransferenciais. Isto significa fazer junto com o supervisionando um trabalho sobre sua prática, porém sem substituir à sua prática a prática do seu supervisor: não um “faça como eu”, mas um “faça comigo”, nas palavras de Marilena Chauí. (MEZAN, 1995, p. 177, grifo do autor).

Embora eu não esteja supervisionando psicanalistas e, por conseguinte, meus supervisionandos não estarão sendo sensibilizados no ofício da interpretação, sou uma psicanalista supervisionando mentores, portanto, é desde esse lugar que os convoco a um “faça comigo”, auxiliando-os a buscar um saber próprio para esse fazer, sem deixar de estarem atentos ao que os mobiliza da relação (movimentos transferenciais).

Freud, a partir de uma distinção feita por Leonardo da Vinci, para quem a escultura era "per via di levare", e a pintura, "per via di porre", dizia que a psicanálise era uma terapia que se passava "per via di levare". Menezes (1988, p. 32-34, grifo do autor), lembrando essa passagem do texto freudiano, propõe que

a supervisão pedagógica se passaria "per via di porre", porquanto baseada numa concepção modeladora da formação; não "per via di levare", em que o objetivo seria mais uma mobilização, por meio de palavras novas, reintroduzidas em circuitos antes fechados pela pregnância transferencial.

No caso da supervisão que ofereço aos mentores, ela parece ter os dois efeitos, de função modeladora do papel de mentor e de mobilização, uma vez que, ao falarem sobre as questões que surgem a partir da relação com o jovem, novas significações são introduzidas no circuito psíquico.

Há, portanto, uma passagem metodológica do uso do termo e do conceito de supervisão psicanalítica, tal como é praticada entre analistas, para o contexto desse trabalho de voluntariado, que deve ser explicitada.

A escolha em chamar de supervisão deve-se ao fato de se tratar de uma escuta de relatos de “sessões de mentoring” e impressões do mentor a respeito do jovem que está acompanhando, além de seus próprios sentimentos mobilizados a partir dessa relação e desse papel. Não nos colocamos ali como analista e analisando, portanto, o setting habitual da

clínica não seria o mais adequado. Por outro lado, não seria com orientações numa postura pedagógica, de quem transmite conhecimentos específicos com fins de capacitá-los para aquela ação, que acreditava poder ajudá-los em seus trabalhos (embora isso possa eventualmente ocorrer). É numa posição de escuta, procedendo como sugere Menezes (1988, p.32-34.),

a uma certa suspensão, ao menos provisória, de [seus] conhecimentos, entregando-se a uma atividade associativa e elaborativa em sintonia com o que está sendo dito, nesta escuta, como numa sessão de análise, poderá permanecer muito tempo ouvindo nas brumas, até que as idéias comecem a brotar, ocasionais, hesitantes, ao longo do diálogo com o analista [no nosso caso, com o mentor] em supervisão.

Isso feito, de forma que os voluntários, possam encontrar seus próprios recursos para escutar, produzir sentido às suas vivências e proceder no seu trabalho de cuidadores.

E foi dessas supervisões, principalmente, que começaram a surgir conteúdos que me faziam questionar sobre essa posição ética que um voluntário se põe diante de um outro sujeito, sob o lema de fazer o bem. Que dispositivos seriam úteis para que essa ação pudesse se configurar como cuidadora, produzindo efeitos no sujeito favoráveis a sua autonomia, num equilíbrio razoável entre *implicação e reserva*<sup>15</sup>? Sabemos que o voluntário, diante de um outro ser humano em desvantagem social e/ou emocional, tanto pode tentar lançar-se a auxiliá-lo, num processo de uma criação nova na própria vida e diante de si mesmo, quanto usar o sujeito como alvo de projeções e de reparações maníacas ou obsessivas; enfim, é possível que essa relação, pela própria condição de ser um encontro entre humanos, venha a tomar os mais diversos rumos.

O relacionamento caracteriza-se, então, por destinos incertos, que dependerão, entre outras coisas, da história de cada um dos envolvidos e das motivações inconscientes acionadas. Sendo assim, é justo chamar a um questionamento a sacralidade com que são tratadas as ações voluntárias como algo acima do bem e do mal e que, se alguém se propõe ajudar o outro, ele rigorosamente estará fazendo o bem a esse sujeito.

O questionamento caberia a qualquer categoria de cuidadores, um professor, um assistente social, um médico ou um psicanalista, pode, a despeito dos propósitos de sua profissão, cometer extravios de uma ação cuidadora verdadeiramente beneficiadora. E, pelo que vemos, isso está bastante relacionado com sua condição psíquica e ao que no outro o

---

<sup>15</sup> Conceitos de Luis Cláudio Figueiredo, apresentados no capítulo a seguir.

mobiliza. O voluntário é o foco dessa discussão porque, como sua ação não tem relação com ganhos monetários, tende a ser ainda mais recoberta de uma aura de que ele é sempre um benfeitor.

O que a experiência de supervisão a esse grupo de voluntários me fez ver é que haver um espaço de reflexão sobre a ação oferece aos participantes um confronto consigo mesmo e um reconhecimento dos impasses e possibilidades dessa ação, como agir no limite do possível, numa disposição de ajudar o outro genuinamente, mas sem deixar de admitir o mal-estar que essa relação provoca, o quanto desestabiliza e o chama para uma criação conjunta. Nessa perspectiva, a identificação entre os colegas do grupo contribui muito para a idéia que vão definindo sobre o papel de mentor, além do que, o grupo oferece uma continência preciosa para fluxo de emoções que a experiência mobiliza. A configuração grupal intima a um compromisso coletivo com um certo estilo de ser mentor, convoca a uma afinação com o que o Programa prevê e adverte para os riscos dos extravios.

A história foi sendo criada a várias mãos, buscando um estilo de fazer o mentoring, de forma a contribuir verdadeiramente com os jovens e produzir efeitos em todos os envolvidos, como o de se reposicionar diante de uma verdade cristalizada, diante de preconceitos e diante da própria vida. Não raro, os mentores se referem à experiência como um divisor de águas em suas vidas, tendo-os feito repensar a educação dos filhos, o relacionamento no ambiente de trabalho e as escolhas que têm feito para a sua existência. Outros têm bastante dificuldade em avançar com a orientação e o vínculo não se estabelece, casos marcados por frustração ou negação de sua implicação com aquele andamento das coisas.

O que ficou patente, desde o início, para mim, é que o contrato feito com os mentores era pouco claro; algo nele parecia frágil, uma vez que não era cumprido em seus pontos principais, a saber, a regularidade dos encontros do mentor com o jovem e a comunicação sistemática ao Programa sobre o andamento das ações. O primeiro grupo de mentores foi formado por pessoas da rede de relacionamento dos idealizadores, o que pode ter contribuído para a adesão ter se originado num apoio entre colegas e sem um pacto bastante claro a respeito do que teriam que se responsabilizar (até porque, naquele momento, isso não era claro ainda para ninguém). Quando passei a integrar a equipe, notei que as regras do Programa não eram respeitadas com rigor, os mentores faltavam às reuniões comigo, não enviavam os relatórios previstos e alguns até encontravam muito pouco “seus” jovens. Aquilo me intrigou: faltava compromisso, faltava um contrato bem definido e aceito por todos.

Foi nessa ocasião que me ocorreu de, para o ano seguinte, propor um contrato a ser firmado no grupo no momento da seleção, e que essa seleção fosse principalmente uma auto-seleção, em que os mentores seriam esclarecidos a respeito do que ser mentor demanda de cada um (tanto em termos de tempo, quanto emocionalmente), os impasses a que são expostos e os problemas que surgem. Ou seja, desmitifica-se o trabalho de antemão e aqueles que continuam dispostos fazem um acordo ao que chamei de “pacto de grupo”, onde devem estar conscientes de que cabe em suas vidas, ao longo de um ano, uma experiência como aquela. Essas medidas contribuíram bastante para que as pessoas que entraram no Programa estivessem mais motivadas a ajudar o jovem, despojadas de onipotência, com “um pé mais fincado na realidade” e nos limites que o trabalho impõe; todavia, evidentemente continua havendo casos ou momentos de certos casos que se extraviam desse caminho, de maneira que é durante as supervisões em grupo ou individuais que essas questões precisam ser olhadas.

A maioria dos participantes nos últimos três anos tem referido que escolheram se engajar no Mentoring, por saberem que o Programa dispõe de uma estrutura que lhes ofereceria um campo de trabalho com referências e apoio. E é essa mesma estrutura que tenta evitar os desvios, os descaminhos, as ações autocentradas. A estrutura do Programa proporciona tanto continência aos mentores e aos jovens, como se impõe como uma lei que estabelece os limites da ação e a regula, para não haver excessos ou inversões de propósitos. Não há como fazer sua ação voluntária a seu bel prazer, uma vez que há um grupo de referência a quem o voluntário deve se reportar, precisa sustentar uma posição e as escolhas que faz, na direção de seu trabalho.

Isso atesta a necessidade de haver um espaço de escuta, um espaço continente, no qual os voluntários possam dar sentido às suas questões/ações/sentimentos em relação aos objetos dos cuidados e, assim, através da fala e do pensamento, ressignificá-los, reduzindo as chances de atuações.

#### 4. SOBRE ESSE INQUESTIONÁVEL “FAZER O BEM”...

Ao lançar-me nesta tarefa de problematizar as ações voluntárias à luz da psicanálise, deparei-me de início com um impasse: como referir-me aos sujeitos dessa relação?

De um lado, temos o voluntário, aquele que se oferece como agente de cuidados<sup>16</sup>; diante dele, temos um outro sujeito que poderia ser chamado de “beneficiário” da ação, porém, como veremos, nem sempre esse termo seria adequado.

Precisamente o que este texto visa a discutir é a idealização<sup>17</sup> das ações voluntárias, que são socialmente valorizadas e dificilmente questionadas, em seu propósito de “fazer o bem”. As pessoas que se engajam em tais ações são consideradas altruístas, despojadas de interesses pessoais, abnegadas em favor do outro.

A mídia dedica um grande espaço para enaltecer esses sujeitos, com peças publicitárias e reportagens comoventes, e é curioso que não se cogite da possibilidade de essa ação não fazer o bem, por qualquer razão que seja. Há sempre um estado de encantamento e emoção, diante do voluntariado<sup>18</sup>.

Considerando a luta eterna entre Eros e a pulsão de morte, o desejo de ligação, de um lado, e o desejo de destruição e de hostilidade de cada um contra todos, de outro, e a conseqüente instauração do sentimento de culpa, é possível buscar uma compreensão sobre esse reconhecimento, nunca posto em dúvida, das “boas” ações no campo do voluntariado.

A unanimidade nos leva a pensar no conceito de identificação, todos identificados com o ideal de amarmos ao próximo como amamos a nós mesmos. Ideal impossível de ser realizado, como vimos no capítulo 3.1. Parece haver certo apaziguamento no sentimento de culpa, ao imaginar esse ideal sendo (supostamente) realizado pelos “irmãos”.

---

<sup>16</sup> As considerações de Figueiredo (2007) a respeito das diferentes faces do cuidar nos ajudarão, adiante, na compreensão desse papel de cuidador, que também atribuímos ao sujeito voluntário (nesta pesquisa).

<sup>17</sup> Segundo a concepção kleiniana do termo, em seu papel defensivo, que tende a manter separado o objeto bom do mau, e o real, do objeto de vida de fantasia, resultando num conceito de um objeto extremamente mau e de um extremamente perfeito (PETOT, 2003, p.19-20).

<sup>18</sup> Ao longo deste texto, estaremos atentos sobre as ações que têm verdadeiramente produzido efeitos favoráveis a todos os envolvidos; no entanto, o eixo central da pesquisa é apontar para os desvios e propor auxílios possíveis do saber da psicanálise, nesse campo.

Além disso, um cenário social onde imperam a competição e a cultura do narcisismo tende a oferecer uma dose de conforto assistir a ações de solidariedade, como certa vez ouvi de um candidato a mentor (ao ser-lhe apresentado o Programa): “*É tão bom fazer trabalho social, todos se ajudam, são colaborativos, tão diferente do ambiente de trabalho violentamente competitivo*”.

Proponho que pensemos mais atentamente acerca dessas ações e relações, na direção de uma compreensão mais apurada sobre a posição em que se colocam agente e objeto dos cuidados, numa ação voluntária, tomando como guia o texto *A Metapsicologia do cuidado*, de Luis Cláudio Figueiredo (2007, p.13-30), que analisa as diversas faces do cuidar, tendo em vista os mais diferentes cuidadores, profissionais ou não. O autor nos orienta no entendimento das ações de cuidado que vão bem e daquelas que podem produzir efeitos contrários ao que aparentemente se propunham. Seguiremos com esse autor e, depois, retomaremos a questão da adequação ou não em nos referirmos ao objeto dos cuidados como “beneficiário” das ações voluntárias.

Cabe ressaltar que justamente o eixo da problematização é observar o que está em jogo em histórias que apresentam evoluções satisfatórias para o sujeito que recebe os cuidados e, por que não lembrar, também para aqueles que os oferece. Da mesma forma, nos casos em que há extravios importantes do propósito.

Isso é fundamental acentuar, porque, quando me proponho problematizar, significa que isso precisa ser pensado, ser posto em circulação, como meio de se elaborar essas posições. Tanto não devem ser vistas como dogmáticas as posições que vêem o sujeito voluntário como sempre garantido a fazer o bem ao outro, como também não chegaremos a fórmulas ou manuais de verificar o perfil do sujeito que potencialmente fará o bem, em suas ações voluntárias. É um tema que não se fecha ou não se completa, mas que, pela sua própria natureza, deve permanecer em aberto, provocando questionamentos e reflexões.

Segundo Figueiredo (2007, p.13-30), o cuidador se faz presente de duas formas: como presença implicada, quando acolhe, reconhece e interpela; e como presença reservada, que supõe dar tempo e espaço, esperar, manter-se disponível, sem intromissões excessivas. O benefício do cuidado virá do equilíbrio dinâmico entres essas diferentes formas de presença.

O texto nos lembra das variadas maneiras que a humanidade tem demonstrado de receber e ajudar a produzir sentido para os novos membros, e o autor escolhe chamar de “*ética* a esta dimensão da disposição do mundo humano receber seus novos membros” (Figueiredo, 2007, p.2, grifo do autor).

Essa idéia me inspirou particularmente, quando procurava entender o que fazem os voluntários, nesse caso os mentores, com os jovens que acompanham. Um trabalho bastante singular, sem planos a serem seguidos, como normalmente os têm os educadores e freqüentemente os médicos, e que, portanto, nos levava a refletir sobre a posição possível em que um voluntário poderia se colocar, diante do sujeito que se disporia a acompanhar.

Na apresentação do livro *Ética e técnica em psicanálise*, Figueiredo e Coelho Júnior (2000, p.7, grifos dos autores) referem que, para falar da técnica em psicanálise, emergia como plano privilegiado a ética.

Ética entendida como *posição* ou como *lugar* (morada), como postura fundamental, como modo de escutar e falar ao e do outro na sua alteridade – a alteridade do inconsciente. Uma ética compreendida como abertura, respeito, resposta e propiciação ao outro.

Compreendi que assim também poderia ser pensada a posição ou lugar do voluntário, em relação ao sujeito que acompanha e, desse modo, problematizar as possíveis faces do cuidar, na direção de um alerta para a existência de práticas que, ao se engajarem na proteção contra riscos – sociais, de saúde etc. – tornam-se elas em si mesmas o próprio risco.

A dimensão ética proposta como fio de análise, nesse texto, que já aparece em destaque no título do trabalho, segue nessa direção. Novamente, nas palavras de Figueiredo e Coelho Júnior (2000, p.7), trata-se, “[...] de fato, muito mais de uma disposição ao convívio acolhedor, mas nem por isso tranqüilo, com o inesperado e o irreduzível, que caracteriza a alteridade, do que a formulação de regras prescritivas que pudessem modelar o fazer analítico” [aqui no nosso tema, o fazer do voluntário]. Nesse ponto, cabe um alerta de que não se trata de comparar o fazer do analista com o fazer do voluntário, mas pensar essa ajuda ao



outro, esse cuidar do outro a partir de uma posição particular de se colocar diante dele, levando em conta essa alteridade.

Acompanhar o que Figueiredo (2007) propõe como “presença implicada” e “presença em reserva” auxiliará na argumentação em que me empenho e na compreensão das vinhetas que serão apresentadas adiante.

O que me parece essencial para nossa discussão, a esse respeito, é o que é apresentado como a principal tarefa dos cuidados, isto é, “levar o seu objeto a desenvolver as capacidades cuidadoras” (FIGUEIREDO, 2007, p. 23), que possam ser introjetadas. Para que isso ocorra, é necessário que o agente dos cuidados seja capaz, como frisado anteriormente, de um equilíbrio entre presença implicada e presença em reserva.

Considerando o que o autor chama de presença implicada do cuidador, ele ressalta a capacidade de dar continência, para que o sujeito possa lidar com seus medos, angústias, desejos e os mais impensáveis percalços da vida, oferecendo possibilidades de transformação desses conteúdos, de forma a proporcionar-lhes certo sentido e torná-los toleráveis – o que, nesse artigo, Figueiredo chama de *intersubjetividade transubjetiva*<sup>19</sup>.

Outra figura de alteridade mencionada por Figueiredo é a que se apresenta na *intersubjetividade interpessoal*. Trata-se da tarefa de reconhecer, que implica testemunhar e espelhar. Como ele argumenta, “muitas vezes, cuidar é, basicamente, ser capaz de prestar atenção e reconhecer o objeto dos cuidados no que ele tem de próprio e singular, dando disso testemunho e, se possível, levando de volta ao sujeito sua própria imagem” (FIGUEIREDO, 2007, p.18, grifo do autor).

Por fim, ressalta a importância de, além de conter/acolher e reconhecer, o cuidador ser também uma fonte de questões e enigmas, na função de interpelar e intimar para a vida. Dessa maneira, se “desperta [...] a pulsionalidade, um movimento somato-psíquico e uma exigência de resposta; apenas como resposta a esta exigência alguém vem-a-ser” (FIGUEIREDO, 2007, p.19). Aqui está presente o que ele chama de *intersubjetividade “traumática”*<sup>20</sup>, evidenciando a marca da diferença e da incompletude desde sempre presente no outro.

---

<sup>19</sup> Como esclarece Figueiredo (2007, p.16, grifo do autor), refere-se a uma dimensão do Inconsciente que atravessa os limites de cada subjetividade isolada.

<sup>20</sup> Grifo do autor.

O que nessas ações o cuidador oferece, de fato, é o confronto e o limite, expondo o sujeito aos fatos da existência: a morte, a finitude, a alteridade e a lei.

A literatura, por excelência, é capaz de nos oferecer continência e produção de sentido para a compreensão do que se trata tudo isso. E, uma vez que estamos falando aqui de um voluntário nomeado *mentor*, recordemos que esse termo surge na obra de Homero, *Odisséia*, cujo personagem Mentor é o sábio e fiel amigo de Ulisses, rei de Ítaca.

Quando Ulisses<sup>21</sup> parte para a guerra de Tróia, confia ao amigo seu filho Telêmaco, ainda muito jovem. Mentor foi o principal responsável pela educação de Telêmaco e a formação de seu caráter e seus valores. Porém, ele contava constantemente com a ajuda de Palas Atena, a deusa da sabedoria, que por várias vezes assumia a forma de Mentor para iluminar ainda mais o caminho de Telêmaco.

As ações de cuidado de Mentor eram, portanto, temperadas com sabedoria. A história nos conta que, mais do que ser um tutor, que assume as responsabilidades práticas na ausência do pai, Mentor orientava, guiava, inspirava e, acima de tudo, encorajava-o em direção à independência, à autonomia, à construção de um caminho próprio na vida. Não fazia por ele e sim dava continência, reconhecia suas possibilidades, e o instigava a responder às demandas da vida.

Mentor sabia quando deveria aguardar e observar, deixando Telêmaco provar o seu valor. Era momento de mostrar capacidade de liderança e coragem na busca pelo pai e, só então, ascenderia à altura dos homens. Mesmo Atena, que tinha poderes divinos, recuava, pois Telêmaco deveria provar seu mérito por si próprio.

Numa bela passagem, Atena assume a forma de uma ave e observa, passiva, uma luta em que participava o filho de Ulisses, representando, através dessa ação, a medida de sua confiança em Telêmaco. Ela nunca garante a vitória e sempre “deixa ser” Ulisses e seu nobre filho em seus desafios.

---

<sup>21</sup>Esses trechos da obra de Homero foram retirados do livro de Patrícia Bellodi, *Tutoria – mentoring na formação médica*, (2005, p.31-34), onde ela compartilha sua experiência de Mentoring na FMUSP e nos delicia, já no primeiro capítulo, com fragmentos da obra de Homero, pinçados como pérolas, a nos produzir sentido nas ações do Mentoring.

Vemos, aqui, Mentor e Atena mantendo-se em reserva e desapegando-se, eis a “presença em reserva”, apontada por Figueiredo (2007, p. 20). É o deixar ser, confiando na possibilidade de criação do próprio sujeito.

Esta é também uma posição que requer sabedoria e capacidade de renunciar à onipotência, ao desejo de salvar e curar o outro a todo custo, nas palavras do próprio autor. Sabedoria também para que a reserva não seja confundida com abandono, ausência ou indiferença.

Trata-se, enfim de renunciar às fantasias reparadoras maníacas: é preciso saber cuidar do outro, mas também cuidar de si e... deixar-se cuidar pelos outros, pois a mutualidade dos cuidados é um dos mais fundamentais princípios éticos a ser exercitado e transmitido. (FIGUEIREDO, 2007, p.21).

Portanto, implicação e reserva, na medida certa, é o que se aponta como a possibilidade de produzir efeitos úteis ao objeto de cuidados; talvez, nesse caso, ele poderia sim ser considerado beneficiário, ou seja, aquele que usufrui de um benefício ou vantagem, o favorecido<sup>22</sup>.

Porém, nem sempre é assim que ocorre. Ainda no texto de Figueiredo (2007, p.20, 24 e 25), conferimos o que ele denomina os extravios e excessos nas funções de cuidado, nos exageros da implicação, e os usos patológicos das atividades de cuidar.

O autor aponta para o risco do cuidado em excesso e a presença engolfante, que não permite o espaço ao outro e o sufocam. Por sua vez, o reconhecimento ilimitado pode gerar dependência da aprovação alheia. E, por fim, se o outro interpelador se impõe de forma arrasadora, há o risco de o sujeito se ver reduzido à impotência, além de poder sofrer com as severas defesas construídas para continuar vivo. É o que vemos nos casos nos quais tais extravios concorrem para que se funde uma autocrítica arrasadora, ou uma compulsão para a adaptação absoluta às demandas do ambiente (um falso self enrijecido e dominante)<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> Conforme o *Dicionário Aurélio Eletrônico Século XXI*, Versão 3.0 – Novembro 1999.

<sup>23</sup> Mais uma vez, ressalto que estamos focados nas ações e posições subjetivas dos voluntários, enfatizando os riscos de ações potencialmente devastadoras. Porém, a posição subjetiva do sujeito que recebe os cuidados precisa ser considerada com o mesmo rigor, pois é essa comunicação intersubjetiva, de como o sujeito responde a essa presença engolfante, que determinará o impacto que isso terá na vida dele.

São os excessos de cuidado, que levam ao aprisionamento psíquico e à imobilidade do outro, e que nem sempre serão percebidos pelos agentes de cuidados pelo seu entorno e, muito provavelmente, nem mesmo pelo sujeito que recebe tais “cuidados”. São, na verdade, produtores de efeitos extremamente devastadores, ainda que sejam vistos como pessoas dedicadas, empenhadas em favorecer o outro .

Da mesma forma, observamos cuidadores exercendo tiranicamente suas ações com o outro, segundo o seu ideal de perfeição, desconsiderando por completo o sujeito a ser cuidado. O que podemos entender como reparação maníaca, conceito clássico da obra kleiniana, que muito nos ajuda no entendimento desses tipos de cuidadores, tão presentes tanto no âmbito do voluntariado, quanto da saúde, da educação e dos trabalhos sociais. Como esclarece Figueiredo (2007, p.24 e 25, grifos do autor), o

suposto agente de cuidado está movido pela fantasia de negar algum estrago irreparável e intolerável de que se sente culpado e que destruiu seus entes mais queridos e suas relações mais significativas, ao menos no campo de seu mundo interno, de sua imaginação, no plano inconsciente. Não se trata de consertar o que, a seus olhos não tem conserto, mas de realmente negar a existência do dano. Isso poderia ser realizado apenas na fantasia (é o caso de sujeitos distantes, arrogantes, frios e com um senso de superioridade doentio), mas o cuidador imbuído desta fantasia tenta na realidade e diante de um objeto que lhe pareça requerer cuidados exercer tiranicamente o poder de fazer e desfazer o outro segundo seu ideal de perfeição. Ele irá “cuidar” custe o que custar, doa a quem doer, sem nenhuma empatia com a realidade da pessoa a ser cuidada, seus desejos, vontades e sofrimentos.

Entendo que os mais diversos cuidadores de plantão necessitam ser olhados e cuidados (na esperança, aí, por cuidadores adequados a seus propósitos), pois a tarefa de cuidar oferece muitos desvios, que poderão ir dos arroubos de reparação maníaca às perversões no cuidar, como vimos nos excessos de implicação.

Portanto, está clara a impossibilidade de tomarmos definitivamente o termo “beneficiário” da ação como privilegiado para referência ao sujeito que recebe os supostos cuidados. Ao analisarmos os desvios possíveis na função do cuidado, observamos que, nesses casos, a alteridade é desconsiderada ou destruída.

Finalmente, quando as atividades de cuidar se originam de vias sublimatórias, “as tarefas reparatórias poderão ser executadas sem o componente maníaco e onipotente”, suportando as “imperfeições da existência, as perdas e as turbulências da vida sem precisar negá-las magicamente”. Nesse sentido, [...] “cuidar será tanto reparar quanto criar, será fazer novas ligações e produzir novas formas” (FIGUEIREDO, 2007, p.26).

## 5. VOLUNTARIADO: MOTIVAÇÕES, RISCOS E GANHOS

*Make a habit of two things – to help, or at least to do no harm.  
Hipócrates*

Nas ações de voluntariado, de que trata este estudo, estarão sempre em jogo pelo menos duas pessoas, que irão envolver-se diretamente, e, com isso, construir um vínculo, pelo qual circularão, então, desejos, ideais, sentimentos hostis e amorosos. São pessoas cuja aproximação ocorre pela oferta de ajuda de um lado e a carência de outro, atuando num contexto que não implica remuneração, em termos de um pagamento (salário, honorários etc.), embora muitas vezes exista um trabalho profissional, realizado por um médico, um psicólogo, um advogado, por exemplo, atendendo gratuitamente.

Até aqui, já fica claro, que merece ser analisado o fator que motiva essas pessoas a essa ação, quais os riscos em questão, e mais, o que pode sustentar esse tipo de trabalho, garantindo um intercâmbio construtivo para todos e a longevidade da ação.

Em pesquisa coordenada nos EUA por Jean Rhodes e relatada em seu livro *Stand by me: the risks and rewards of mentoring today's youth* (2002, p. 57), verificou-se que metade de todas as relações com mentores voluntários se dissolve dentro de poucos meses e dentre as razões identificadas, nos mentores, para esse rompimento estão o medo de fracassar e a percepção de pouco esforço por parte do jovem, no projeto.<sup>24</sup>

Essa mesma autora refere que a sobrevivência do relacionamento depende largamente das recompensas. No início do trabalho, quando as recompensas são baixas (o mentor não vê investimento do jovem nas ações, por exemplo),

[...] eles acabam se dando conta de que o investimento pessoal necessário para trabalhar com adolescentes [de condições desfavorecidas] ultrapassa suas previsões, particularmente se o envolvimento está o distanciando dos compromissos familiares e do trabalho. (RHODES, 2002, p.57)<sup>25</sup>.

O que a psicanálise nos ajuda a pensar é que o voluntário espera ser investido afetivamente por parte daquele seu objeto de cuidados, ser amado e reconhecido por sua dedicação, e, se isso não ocorre ou demora a ser demonstrado, a tendência é emergirem sentimentos hostis em relação àquele, num movimento psíquico defensivo.

---

<sup>24</sup> Em dados de 2002, aproximadamente dois milhões de jovens, nos EUA, têm um mentor, e os números estão aumentando numa razão sem precedentes (Rhodes, 2002).

<sup>25</sup> Tradução livre, minha.

São casos em que fica evidente o predomínio do autocentramento e o desejo de exaltação e enaltecimento de si mesmo sem limites, no registro do eu ideal, onipotente e majestoso. Não é ao objeto dos cuidados, em sua alteridade reconhecida e aceita, a quem são lançadas as atenções e os investimentos afetivos, e sim ao próprio voluntário, cuidador, que busca o reencontro com amores e gratidões maternas, agora, na relação com o jovem.

É um movimento nada incomum nos nossos dias, em que o narcisismo é imperativo e o espetáculo é a via em que se busca o engrandecimento do eu e a admiração por parte do mundo.

A auto-exaltação desmesurada da individualidade no mundo do espetacular fosforescente implica a crescente volatilização da *solidariedade*. Enquanto valor, esta se encontra assustadoramente em baixa. Cada um por si e foda-se o resto parece ser o lema maior que define o *ethos* da atualidade, já que não podemos, além disso, contar mais com a ajuda de Deus em nosso mundo desencantado.

A solidariedade seria, assim, o correlato de relações inter-humanas fundamentadas na *alteridade*. Para isso, no entanto, seria necessário que o sujeito reconhecesse o outro na *diferença* e *singularidade*, atributos da alteridade. (BIRMAN, 2007, p. 24 e 25, grifos do autor).

Na verdade, a chave para decifrar esse abandono precoce da ação está no funcionamento inconsciente, seus conflitos e ambigüidades. Escutar psicanaliticamente esses voluntários, levantando questões e fazendo apontamentos, pode levar a caminhos com possíveis efeitos terapêuticos, porque pode facilitar a circulação das palavras e promover redes de significação que levem a ampliar a percepção de si mesmo. Dessa forma, temos como desfechos possíveis o voluntário podendo encontrar um novo jeito de participar da vida do sujeito que recebe seus cuidados, criando um estilo de ajuda em que o outro seja considerado ou podendo reconhecer seus limites; pelo menos no momento, para aquela ação, ou, honestamente, admitir que não deseja relacionar-se com aquela pessoa. Outros desenlaces, ainda, poderiam ser pensados, o que interessa é que sejam reflexos de uma percepção mais ampliada do seu mundo interno e de um encontro mais verdadeiro com o seu desejo, dando expressão ao eixo alteritário do sujeito.

Outra questão que se coloca a respeito do voluntariado é que as pessoas que se envolvem com essa ação estão, como a maioria dos seres humanos, preocupadas com seus próprios problemas psíquicos, mal ou insuficientemente resolvidos. O encontro com um outro que revela algum tipo de fragilidade mobiliza-o intensamente, tal como ocorre com um terapeuta, um médico etc., e, como propõe Enriquez (1991, p.89, grifos do autor):

Não podendo tratar os seus próprios conflitos, o risco que corre e que faz com que o [seu objeto de cuidados] também corra é de se apresentar como referência, o único pai (estabelecendo uma ligação “delirante” entre pai real, pai imaginário e pai simbólico), tornando-se, conseqüentemente, um genitor castrador, que não suporta senão a geração do *mesmo*: ou ainda, como mostrou Searls (1975), de provocar um conflito afetivo [na pessoa atendida] e de tender a torná-la doente, louco e sem desejo.

A pessoa que recebe os cuidados, por sua vez, pode se deixar seduzir por esse “pai”, talvez numa ilusão de salvamento, aceitando o lugar de objeto do desejo do outro (o voluntário). Em consonância com isso, a observação das diferentes ONGs que participam do Programa de Mentoring, acima referido, pode ilustrar essa idéia.

As duas instituições parceiras do Programa de Mentoring têm histórias muito diferentes, uma surgiu da própria comunidade, tem como referência pedagógica Paulo Freire, a gestão é bastante horizontal, com participação de todos em assembléias etc. A outra, surgiu também da ação de uma pessoa da comunidade, mas logo foi assumida por um grupo de europeus que vivem no Brasil, executivos também de uma multinacional, que se interessou por transformar aquela ONG num centro de atendimento a crianças e jovens, com muita qualidade. A gestão é bastante verticalizada, a disciplina é bem rígida e aos jovens são oferecidas muitas atividades artísticas e pedagógicas, mas não há espaço para participação dos jovens em qualquer nível.

É fácil concluir que temos universos bastante distintos para observar o impacto da experiência na vida dos diferentes grupos. Numa oportunidade, em especial, isso se evidenciou. Os jovens das duas instituições assistiam a uma palestra de um alto executivo da empresa na sede da companhia em São Paulo, quando um jovem da ONG mais democrática fez a seguinte pergunta: “*Com esse programa, vocês têm interesse mesmo em investir no desenvolvimento das comunidades ou é mero marketing social?*”. Nos encontros de grupo seguintes, por mim coordenados conversamos sobre a palestra, as perguntas etc. Os jovens participantes da instituição com características mais democráticas não fizeram nenhum comentário a respeito da pergunta, discutiram várias coisas que foram faladas ali, mas aquela pergunta, em especial, não recebeu deles nenhum destaque. Por outro lado, na reunião com os jovens da outra ONG, esse foi o tema principal, eles ficaram muito assustados, impressionados, o que pode ser resumido na fala de um deles: “*Nossa, eu pensei que ele [o executivo] iria acabar com o projeto ali mesmo, que medo!*”.

Bem, nos dois ambientes, os jovens participam de muitas atividades de ótimo nível, mas, como esse “serviço” é comunicado a cada um, isso faz toda a diferença em como os



diferentes grupos vão se desenvolvendo. Aqueles que o recebem como uma caridade, algo de alguém que tem mais para quem é carente, estão mais vulneráveis a serem invadidos pelos ideais desse voluntário, que pouco está atento à singularidade do sujeito que está diante de si. Os jovens que, embora vivam também dentro de uma imensa carência, mas têm a oportunidade de serem reconhecidos como sujeitos, sendo ouvidos, sendo “autorizados” a expressar seus desejos, sentindo-se respeitados como cidadãos, podem se beneficiar muito da ação dos voluntários que se empenham no desenvolvimento daquele grupo.

Parece que há que se ter uma especial atenção aos trabalhos dos voluntários, esses indivíduos que trazem em si motivações bastante diversas e que tendem tanto para a vida quanto para a destrutividade, como é próprio das pulsões. É o que mais uma vez sinaliza Enriquez (1991, p. 89):

Todo desejo de formar, de gerar, encontra como plataforma o desejo inverso de deformar, de destruir, de esfacelar o outro. Qualquer pai formula inconscientemente votos de morte para os seus filhos. O profissional do social, obcecado pela questão da filiação, tem mais chances que qualquer outro de efetivá-los.

Birman (2007, p. 46 a 48), ao analisar o mal-estar na atualidade, relaciona o desamparo produzido pela modernidade, conseqüência da ruptura com as referências da sociedade tradicional, com as construções masoquistas e perversas, posições subjetivas complementares e muito presentes na nossa sociedade.

Ele chama a essas construções subjetivas de “*assassinatos de alma*”, produzidos por ideais fálicos que tentam apaziguar utopicamente a angústia do sujeito, e que impedem que o “sujeito possa se constituir a partir da experiência limite do desamparo” e fazem “obstáculo para que um estilo singular de existência possa se constituir numa individualidade” (BIRMAN 2007, p. 46, grifo do autor).

São idéias que precisam ser analisadas, ao se pensar nessas relações de ajuda e cuidado, meio privilegiado para se evidenciar essas posições subjetivas, tendo em mente o que nos disse Freud sobre a ambivalência, sobre o funcionamento pulsional e o campo propício que se cria na assimetria característica desses relacionamentos.

Na posição masoquista, como assinala Birman (2007, p. 47), o sujeito se oferece ao outro cegamente porque não suporta viver a angústia do desamparo. O outro, ainda que cruel, lhe dá proteção contra a dor e a solidão que o desamparo produz. Não é difícil localizar, tanto nas estruturas que acompanhamos na clínica, onde quase que invariavelmente está presente o

masoquismo, quanto em situações cotidianas em que vemos sujeitos em busca de um senhor para seguir incondicionalmente.

O masoquista encontra seu par complementar no perverso. É ele que, crendo na sua auto-suficiência e, não suportando qualquer diferença, se enlaça na oferta do masoquista, oferecendo-lhe a proteção que demanda para o seu desamparo (BIRMAN, 2007, p. 48).

Estamos falando, então, que os movimentos de voluntariado circulam numa sociedade que perdeu suas referências tradicionais e ainda não encontrou um substituto para lidar com seu desamparo, inevitável e repulsivo. E nessa sociedade, com frequência, vemos formas de subjetivação complementares que negam a diferença, a singularidade e evidenciam a pobreza erótica e a mediocridade simbólica, nas palavras do autor. Masoquismo e perversão podem se encontrar numa relação de cuidados, e o que Birman (2007, p. 49 e 50) propõe ao analista, que todo o tempo lida com a questão da diferenciação em sua clínica, me parece bastante útil também para os voluntários e os cuidadores mais diversos atentarem:

Para que isso possa se realizar [a ruptura com a homogeneidade, com as ilusões de beleza da falicidade], contudo, sem que o sujeito seja objeto de um pequeno assassinato, necessário é que a figura do analista possa sustentar sua leveza, desgarrando-se do peso mortífero das idealizações fálicas e do não-universalismo de suas escolhas singulares. Em contrapartida, na medida em que o apego ao falo não é ultrapassado na cena psicanalítica, pode-se vislumbrar a produção de subjetividades masoquista e perversa.

Enfim, eis o grande desafio para o voluntário, em sua função cuidadora: romper tanto com a onipotência quanto com as amarras narcísicas, além de suportar fazer face ao desamparo que irá confrontá-lo na realidade daquela relação, o que remeterá irremediavelmente ao seu desamparo primordial, doloroso de ser reeditado. Um esforço psíquico nada simples de ser realizado e, considerando que, via de regra, os voluntários são pessoas que não possuem eles próprios uma experiência analítica pessoal, estamos falando de vivências que se encontram no fio da navalha.

## 6. IMPASSES E POSSIBILIDADES NAS HISTÓRIAS DE VOLUNTARIADO

*A matéria prima de um caso não é um conhecimento,  
mas o que resiste ao saber, à técnica e à teoria.*

*D. R. Fernandez*

### 6.1 Joana e Renata

Tendo feito essas reflexões acerca da questão central deste trabalho, seguiremos na reconstrução de histórias de voluntariado que possam nos servir de material de análise e sirvam de apoio para pensar os fenômenos que se fazem presentes. Tomaremos como exemplar o caso de uma jovem e sua mentora, que estiveram juntas durante o ano de 2006.

A indicação de Joana, pela ONG parceira, chegou com a observação dos educadores de que, dado seu histórico de vida, acreditavam que ela seria especialmente beneficiada com a experiência de ter um mentor.

Joana tinha 18 anos, no início de 2006, e cursava o 3º ano do Ensino Médio. Órfã de pais e tendo se desentendido com seus irmãos mais velhos, vivia de favor na casa de uma amiga, que não lhe cobrava aluguel, apenas deveria ajudar na limpeza da casa em troca da moradia e alimentação. Joana não trabalhava, mas recebia uma bolsa da ONG, no valor de R\$ 60,00, pela sua participação em outro projeto social<sup>26</sup> ali desenvolvido.

Mesmo vivendo essa realidade, nos limites da sobrevivência – ao que tudo indicava -, Joana não se interessava pelas orientações dos educadores da ONG, na direção de encaminhá-la para oportunidades de emprego. Eles referiam que se preocupavam com sua falta de autonomia financeira e também com o fato de ela não dispor de familiares que pudessem (ou quisessem) sustentá-la. Essa situação, no ambiente em que ela vivia - uma região conhecida como zona de prostituição e tráfico de drogas -, mostrava-se bastante grave, colocando-a numa situação de risco, potencialmente.

Certa vez, Joana foi encaminhada a uma oportunidade de emprego, cuja sócia do negócio era conhecida dos diretores da instituição. Ela iniciou o trabalho, mas, pouco tempo depois, foi demitida, em decorrência de uma situação que nunca ficou muito esclarecida. Disseram que ela havia sido grosseira no trato com colegas e clientes. A dona da loja, algum tempo depois, chegou a comentar que julgava que estivesse pondo em risco a sua segurança ao ter aquela jovem como funcionária. A razão disso ela nunca deixou claro.

---

<sup>26</sup>Muitos projetos sociais oferecem uma bolsa auxílio em dinheiro para viabilizar a participação do jovem, evitando, assim, o rompimento com o projeto, antes de seu término, por razões financeiras.

Conversar com Joana, segundo os educadores, não era uma tarefa muito simples, pois ela era sempre muito sorridente e simpática, mas nunca respondia aos questionamentos sobre sua situação de vida. Não resistia, aparentemente, às orientações, mas, também, ao que tudo indicava, não fazia uso delas.

O que preocupava a todos era esse potencial risco em que Joana vivia: sem condições de se sustentar adequadamente, sem uma família de referência e vivendo numa região onde as ofertas ilícitas eram bastante predominantes.

Durante o processo seletivo do Mentoring, ela se fez ver como uma jovem comunicativa, interessada e solícita. Algo me intrigava em seu jeito de se apresentar para nós, havia certa “malandragem”, como se imaginasse que havíamos sido informadas da particularidade de seu caso. Parecia que fazia um jogo de “vender-se” bem, para ser selecionada. O que víamos era, de fato, uma atitude bastante ativa nas dinâmicas propostas, o que me fez pensar que ela “pedia” para ser uma dentre os escolhidos.

É provável que possa ter havido sim algum tipo de comunicação entre educador e ela, quando foi indicada para a seleção, ressaltando as vantagens que poderia ter daquela experiência. No entanto, não parecia tratar-se desse tipo de saber, mas de uma não ingenuidade diante do mundo, de saber que há um jogo a ser jogado e de que contará apenas com ela mesma.

Joana era uma jovem diferente dos demais jovens com quem havíamos trabalhado até então. Mesmo vivendo em condições sócio-econômicas muito precárias, os jovens habitualmente indicados pelas ONGs parceiras vivem com seus familiares ou parentes próximos e revelam uma grande preocupação com geração de renda.

É sempre difícil selecionar os jovens, pois é uma tarefa impossível avaliar questões tão subjetivas como as que estão definidas no seu perfil, ainda mais em tão pouco tempo. O perfil é em si mesmo arbitrário, surge de uma necessidade de dar contornos e objetividade a uma experiência humana que, por natureza, é de difícil objetivação. A estratégia que utilizo para a seleção é convocar os jovens a falarem, através de dinâmicas onde eles têm que conversar em subgrupos, sobre questões pertinentes ao Programa, e depois darem suas opiniões. Na ocasião, peço também que reflitam sobre características pessoais<sup>27</sup>, que podem ajudá-los a aproveitar o programa, e as que podem dificultar o seu aproveitamento.

---

<sup>27</sup>Uso esse termo com a intenção de que falem, cada um deles, em seu próprio nome, ou seja, quem eu sou, o que reconheço de possibilidades em mim, com quais questões pessoais tenho que me haver na vida. Em geral, eles não têm dificuldade em dizer que são intolerantes ou preguiçosos, ou muito envergonhados, ou que não são muito pontuais. O que se pretende é criar uma possibilidade de se pensar acerca de quem se é e o que se faz com isso.

Na verdade, o que é chamado de seleção – e que de fato acaba sendo – é um momento em que procuramos confrontar os jovens com situações que podem ocorrer (e muito freqüentemente ocorrem) no Programa e o nível de exigência imposto, tais como o compromisso com as tarefas, o quanto que exige de trabalho e de tempo do jovem, dificuldade de comunicação por falta de telefone, internet etc. Eles debatem e dramatizam cenas de episódios críticos, que ocorreram nos anos anteriores, propondo um encaminhamento para a questão que ali é colocada (a vinheta é oferecida sem o desfecho da história real e sem evidenciar ou atribuir qualquer valor para o problema central em questão).

É mais uma estratégia de colocá-los em contato com a realidade da experiência que, até então, é apenas idealizada. Ao final da atividade, peço que informem se continuam dispostos a participar, se acreditam que o formato desse programa caberá na vida de cada um deles, ao longo do ano. É já uma forma de convocá-los a assumir uma posição diante dessa escolha. Sempre há os que dizem não, imediatamente após finalizado esse processo<sup>28</sup>.

É fato que a seleção, inevitavelmente, acaba privilegiando aqueles que conseguiram se revelar mais. Isso é um limite atual com o qual temos que nos haver. Portanto, sabemos que contará muito a impressão que foi passada a respeito de responsabilidade, compromisso, entusiasmo com os propósitos do Programa, reconhecimento de aspectos de sua vida que gostariam de desenvolver mais etc.

Para ajudar nessa escolha, conversei com o educador da ONG, que acompanhou aqueles jovens no projeto que freqüentaram anteriormente. A idéia é ouvir dele suas impressões sobre como foi a participação daqueles jovens ao longo do ano, que pontos são bem favoráveis para o seu melhor aproveitamento e que outros demandarão atenção. Assim, jovens que não conseguiram se expor tanto no grupo poderão ser selecionados, por uma argumentação desse educador, que assegure que se trata de um jovem que muito provavelmente se comprometerá com as atividades. Esse processo seletivo está em constante revisão, no intuito de buscar maior adequação e transparência. No que se refere ao presente texto, não cabe avançar nessas discussões.

Joana, nossa personagem que auxiliará no desenvolvimento dessa argumentação, foi, então selecionada, pelas razões de como ela se apresentou na seleção e também pelas informações dos educadores. O que parecia era que sua iniciativa e comprometimento se adequavam ao perfil pensado para os jovens participantes. Não há como negar que tanto eu

---

<sup>28</sup> Já houve caso do jovem dizer que não “cabe em sua vida”, naquele ano e no ano seguinte, retornar para o processo seletivo, afirmar seu interesse e acabar sendo selecionado.

quanto o coordenador do Programa ficamos sensibilizadas em recebê-la para esse trabalho, tendo em vista toda sua história.

Além disso, imaginei que receber Joana poderia ser uma oportunidade de ver esse trabalho se ampliar. Ser confrontado com uma pessoa que revelava um histórico de vida diferente daquele conhecido pelo Programa, poderia produzir reflexões na equipe de coordenação e nos próprios mentores, sobre as possibilidades de ajuda ao outro, impasses, limites e alcance do Programa.

No entanto, fiquei atenta que deveria identificar um mentor que já tivesse experiência anterior no Mentoring e que mostrasse disponibilidade para conversarmos sistematicamente nas supervisões, de forma a produzir reflexões acerca do que essa relação mobilizaria na dupla.

As histórias de carências são normalmente impactantes para os mentores, mas a pertinência do jovem a uma família parece que os conforta, como se a ajuda do mentor pudesse ser mais facilmente delimitada, dentro do campo profissional. Imaginei que a ausência de família nessa história poderia ser um tanto perturbadora, como se ele não tivesse onde se apoiar para trabalhar com a jovem.

Ocorreu-me também que, em especial com Joana, os acordos deveriam ser muito bem marcados, tais como a participação nos grupos comigo e contatos com a mentora, para que se configurasse claramente o enquadre do Programa.

Parecia-me que em sua vida faltava um enquadre que lhe oferecesse referência, que sua pertinência à instituição, sua assiduidade e solicitude tinham a ver com buscar esse lugar de referência, mas que também se opunha, talvez como se opusesse a seus pais, se existissem.

De fato, ao longo do ano fez-se necessário reafirmar esses acordos durante todo o tempo. Ela se esquecia da reunião, ou queria sair mais cedo, ou chegar mais tarde etc.

Ao fazer o “matching”, indicamos Renata para acompanhá-la, devido à sua experiência como mentora no ano anterior ter sido reconhecida, tanto pela jovem que ela acompanhou, quanto por ela mesma, e também pelos demais mentores, como tendo sido bastante favorável para todos.

Renata acompanhou uma jovem em 2005 (sua primeira vez como mentora), com quem estabeleceu uma relação afetiva muito rapidamente. A jovem era bastante comprometida em buscar alternativas para sua vida, já trabalhava como temporária numa empresa de eventos e fazia planos de ingressar numa universidade. Vinha se esforçando para conseguir um emprego em que fosse registrada.

O trabalho teve como eixo a orientação a respeito de como viabilizar seus projetos, fazendo planejamento, tendo persistência etc. Uma questão que esteve muito presente foi o incentivo, pois é bastante comum nesses grupos o desânimo diante de tantas adversidades. Enfim, ter uma pessoa adulta interessada nela, disposta a conversar, dar idéias, orientação e sempre reafirmando a aposta de que ela seria capaz de alcançar seus projetos, foi a marca dessa relação de mentoring.

Quando Joana soube que sua mentora seria a Renata, ficou eufórica, pois era muito amiga dessa jovem, por ela acompanhada em 2005. Joana conhecia as conquistas da amiga (que atribuía em parte ao Programa), como tendo se decidido por um curso superior, conseguido o primeiro emprego e finalmente ingressado na universidade com bolsa de estudos.

Naquele momento da descoberta de sua mentora, é possível que Joana tenha se identificado com a amiga e idealizado seu percurso junto a Renata, tal como um “vir a ser deste mesmo sujeito”, que lhe oferece uma perspectiva de futuro, como assinala Costa. (1988, p. 151-74).

Renata se reconhece, e é também vista pelos seus pares, como uma pessoa bem sucedida em sua profissão. Fala de si mesma como alguém muito organizada e planejada, valoriza muito sua disciplina no uso de sua agenda e orgulha-se de ter conquistado tudo o que tem, por seu empenho e obstinação.

A organização, planejamento e disciplina são características marcantes dessa mentora, que também tem um humor bem aguçado e faz graça de si mesma acerca desse seu estilo. Muito ligada à família, define claramente limites no que se refere ao tempo que lhe é reservado, recusando-se a encontrar-se com a jovem em horários fora do período dito comercial (que, aliás, é isso mesmo que o Programa estabelece).

O trabalho da dupla se inicia, então, em março de 2006. Como de hábito, a mentora procura conhecer a história de vida da jovem e seus projetos, seus interesses etc. Logo, Renata se surpreende com o fato de Joana não priorizar a busca por trabalho. Renata fica bastante impressionada ao ouvir de Joana que ela se sustenta com R\$ 60,00 por mês. Casa e comida ficam por conta da família que a acolhe. Durante a semana alimenta-se na instituição e seu dinheiro é utilizado para artigos de uso pessoal.

Nos primeiros encontros, Joana conta muito sobre suas “baladas”, o que surpreende também a mentora, dada sua falta de dinheiro. Joana justifica que sempre os amigos

viabilizam sua saída. Ainda nessas conversas iniciais, Joana conta sobre seu interesse em um rapaz e “usa” a mentora como confidente e ouvinte de seus dramas sentimentais.

A mentora escolhe adotar um estilo de relacionamento mais próximo, de certa forma, deixando a jovem dar o tom das conversas e do caminho a seguirem. Renata refere que procura inclusive usar um vocabulário mais “juvenil”, com gírias etc.

Certo dia, enquanto a mentora estava numa conferência telefônica, em seu trabalho, a jovem liga para o seu celular. Renata atende e explica sua impossibilidade de falarem naquele momento e pede para retornar mais tarde. Joana não se satisfaz com a justificativa e argumenta que é muito importante. Mesmo assim, a conversa não pode ser continuada.

Após vinte minutos, Joana volta a ligar, insistindo na urgência do assunto. Ainda em conferência, Renata, novamente, não pôde atendê-la. E assim foram mais umas três ou quatro vezes, até que, ao final, as duas puderam finalmente conversar. Renata fica sabendo, então, que o rapaz em quem Joana estava interessada enfim declarou-se e iniciaram o namoro. Joana argumentou que estava ansiosa para contar-lhe, por isso a insistência. Renata ficou bem surpresa com a razão da urgência, mas acolheu, incentivou, não deixando de explicar-lhe como funciona seu trabalho: muitas reuniões, conferências telefônicas, o que freqüentemente iria impedi-la de atender sua ligação. No entanto, se comprometeria em retornar imediatamente, assim que se liberasse.

Segundo relato da mentora, a jovem ficou “emburrada” com o limite dado e passou a enviar mensagens via “msn” com imagens de carinhas tristes. Daí em diante, as conversas da dupla seguiram sempre nesse tom. A jovem procurava insistentemente pela mentora, chegando a ligar cinco, seis vezes para o celular, caso Renata não o atendesse, e a mentora ficava sem saber como se conduzir, pois suas tentativas de impor limites não haviam tido muito sucesso.

Em conversa com Renata,, ela me diz que tentou entrar num papel de “amiga”, falando a mesma língua, para conseguir a aproximação, mas sente-se agora muito invadida, conta que a jovem a incluiu no “orkut”, com uma frase chula para caracterizá-la. Além disso, passou a convidá-la para as baladas (preferencialmente funk), com uma naturalidade que a deixava perplexa.

Chega o mês de maio, e Joana escreve uma mensagem para Renata, carregada de afetividade, lembrando o dia das Mães e elegendo-a para receber sua homenagem, uma vez que já não tinha sua própria mãe. Renata contou-me, posteriormente, que ficou profundamente tocada com o episódio, chorou muito, bastante compadecida pelo fato de



Joana não ter mais sua mãe, lembrou de seus filhos, do quanto são muito apegados, e sua reação foi querer dar-lhe acolhimento.

A mentora me contava nas supervisões que, cada vez mais, se via invadida pela jovem e sem saber como evitar isso, sem ser rude, ou melhor, podendo contribuir para que a menina pudesse estabelecer relacionamentos mais construtivos para sua vida.

Nas conversas com a educadora da ONG, eu ouvia muitas histórias de piedade dos profissionais em relação à Joana, muitas concessões acabavam sendo feitas, acreditavam que o melhor era que ela estivesse sempre por ali, já que não tinha família, porém a impressão que passavam para mim era de uma relação mais assistencialista do que um projeto educativo para a autonomia. Uma história, especialmente, chamava a atenção para como Joana envolvia os profissionais da instituição. Ela trabalhava algumas horas como voluntária em um departamento da ONG, junto a uma Assistente Social. O que causava surpresa é que essa profissional tornou-se íntima da jovem, trocando confidências, deixando pouco claro o limite da relação, enfim numa confusão de papéis que ia tornando muito difícil qualquer tipo de ação (profissional) com a jovem.

Eu suspeitava que os profissionais da ONG, impactados pela situação de vida de Joana, apressavam-se a fazer encaminhamentos (emprego, psicoterapia, cursos etc.) para tentar solucionar “seu problema”, mas pouco se punham a conhecer mais verdadeiramente tal jovem. O excesso de encaminhamentos me fazia pensar numa impossibilidade de se escutar o sujeito.

Nesse momento, a análise de Miriam Debieux Rosa (2002, p.44) parece oportuna:

A comunicação deficiente dá margem a estereótipos e preconceitos; a diferença favorece relações de poder (nos moldes da relação patrão-empregado), a posse da verdade ou a relação pedagógica sugestiva, de apoio ou orientação, sem levar em conta a possibilidade de o sujeito construir suas próprias respostas. O resultado é que essas pessoas são mais uma vez excluídas, agora por parte daqueles que deveriam escutar não pessoas de uma classe social determinada, mas o sujeito.

Elena Nicoletti (2000, apud ROSA, 2002, p.44) alerta para o risco de se ignorar os diversos determinantes da pobreza extrema, responsabilizando o sujeito pela mesma, supondo uma decisão ali onde há uma lógica de mercado, ou vitimizar o sujeito, o que dificulta o seu reconhecimento como desejante, capaz de reconhecer-se em suas determinações inconscientes, em seu lugar, no desejo do Outro. Isso acaba por criar um impasse paralisante, que gera desânimo e confronto com a impotência.

Enfim, a urgência em solucionar problemas de sobrevivência, que, até onde pude entender, só existiam para os educadores, deixava escapar o sujeito, deixava escapar oportunidades de interrogar Joana no seu desejo, algo que lhe permitisse explorar suas possibilidades de existir.

O que parecia é que Joana buscava, na instituição e depois no Mentoring e em Renata, referências, limites, de alguma figura que ocupasse o lugar das leis, das regras, em quem ela pudesse se referenciar sobre como se conduzir na vida.

Nas reuniões de grupo comigo, Joana mostrava-se muito articulada, com muitos relacionamentos; conquistava pessoas que a convidavam para participar de diversas atividades (no bairro, na escola etc.), tal como assumir a regência de um coral (o que entendi ser algo bastante informal, que contaram com a sua ajuda, devido a seu talento e experiência com o canto coral). Era considerada uma boa companheira de grupo, incentivadora dos colegas e interessada pelos percursos de cada um, no Programa. No entanto, no aspecto pessoal, ela se resguardava bastante, evitando sempre entrar em detalhes sobre algum acontecimento em sua vida. Causava-me também a impressão de que ela falava no grupo o que sabia que era o esperado por mim e pelo Programa; novamente o jogo a que me referi quando relatei o processo de seleção. Joana se mostrava, a todos, como uma jovem muito inteligente e difícil de lidar, pois ela “levava todos na conversa”, com seu jeitinho esperto, prestativo etc.

Procurei, então, interrogar Renata, a respeito do que pensava acerca do comportamento de Joana, e como se processava nela toda aquela história, fato que me levou a crer que havia sido um impacto a diferença entre as duas jovens (de 2005 e de 2006) e que isso a assustou. Havia também um projeto da mentora para encaminhar profissionalmente a jovem (escolher cursos, fazer entrevistas para empregos etc.) e ter que se deparar com questões mais complexas, tais como delimitar com firmeza os horários de contato entre as duas, acolher a demanda afetiva que logo se apresentou, e mesmo todo o tempo reafirmar o campo de atuação do Programa, tudo isso a desestabilizou. Contava-me, francamente, do quanto a mobilizavam todas essas questões e do quanto se sentia sem parâmetros para abordá-las. Revelava, também, que impor limites era sempre um esforço grande em sua vida pessoal e, portanto, deparava-se, claramente, com esse desafio diante de uma jovem que infringia regras, todo o tempo.

Tentei ressaltar para Renata que sua posição de adulta, com regras muito claras e definidas, seria a sua forma de ajudar Joana naquele momento. Precisavam circunscrever o

seu campo de trabalho, para que pudessem construir uma possibilidade de ação dentro do previsto no Programa. No entanto, suspeitei que não seria uma tarefa fácil para a mentora.

A reação imediata de Renata foi me dizer “*mas eu não sei fazer isso, não sei lidar com essas situações*”.

Eis a questão que eu me coloco, acerca do meu papel no Programa, ou mesmo acerca de um psicanalista atuando em campos fora da clínica. Eis por que entendo que o meu papel está mais identificado com o de uma supervisora, tal como esse termo é entendido no campo psicanalítico (já mencionado), aquela que escuta as inquietações trazidas pelo mentor e propõe reflexões e perguntas que possam ampliar a possibilidade de entendimento da questão<sup>29</sup>.

Muitas vezes, acredito ser necessário indicar uma direção para o trabalho, como fiz nesse caso, servindo como referência, a partir de minha própria escuta, oferecendo uma nova possibilidade de compreensão do caso. Porém, a resposta reativa de Renata me alertou do quanto ela estava sendo mobilizada pela relação, e que meu trabalho com ela deveria ser mais de interrogá-la acerca dessas questões, para que ela mesma pudesse se escutar e se situar diante de seus impasses.

Aos poucos, ao longo das nossas conversas, fui-me dando conta de que Renata fora encontrando caminhos, ainda que à custa de muita angústia, de como se posicionar naquela relação com Joana, tendo em vista seu papel de mentora. Entendi que, na verdade, ela foi reconhecendo seu próprio saber a esse respeito.

Mais uma vez, encontro-me em um lugar possível de uma psicanalista junto a pessoas que se propõem cuidar voluntariamente de outras. Diante de uma inquietação, um sentimento de paralisia e impotência, a “não resposta” parece propiciar o reconhecimento em si mesmo de possíveis caminhos a trilhar, num contexto transferencial estabelecido entre o voluntário e eu, a psicanalista. Não responder a seu pedido com orientações pedagógicas, do como fazer, e sim levantar questões, fazê-la ouvir suas próprias falas, escutando-a e deixando-a falar seguindo a regra fundamental da análise da atenção flutuante/livre associação, pareceu-me a direção possível para a supervisão desse caso, que tanto me convocava a orientar como a criar possibilidade de a mentora se reposicionar, diante das questões que nela eram mobilizadas.

---

<sup>29</sup> É bastante claro que, considerando que estamos orientando pessoas leigas, nas tarefas de cuidar, que trazem quase que exclusivamente suas experiências pessoais para essa prática, é necessária certa direção no trabalho, não tanto para que não se permita construir criativamente um estilo desse cuidar, mas não tão pouco que os deixem sem ferramentas ou instrumental para pensar e planejar essa prática.

Muitas vezes, percebo que os mentores querem falar comigo, compartilhar alguma angústia da relação com o jovem, vindo com um pedido de solução, opinião, direção, o que muito frequentemente eu não tenho ou não posso oferecer. Porém, noto que, ao falarem comigo, parecem se implicar subjetivamente com a relação e com o propósito do trabalho. A construção de um discurso a ser encaminhado a uma psicanalista (considerando as possíveis fantasias que habitam o imaginário social sobre esse profissional) já comporta sua dose de potencial esclarecedor, o falar (e se escutar, falando) proporciona a possibilidade de novas significações para as questões que os inquietam e/ou os paralisam.

Depois de algumas conversas, Renata não demandou mais nenhuma supervisão extra, além das reuniões de grupo<sup>30</sup>. Nesses momentos, inclusive que o grupo se envolvia bastante com sua história, os participantes davam sugestões e procuravam ajudá-la a lidar com a questão.

O grupo de supervisão ocupa um lugar onde podem circular opiniões, impressões, preconceitos, enfim os diversos discursos a respeito dos jovens e desse papel de “cuidador voluntário”. Escutarem-se uns aos outros, escutarem-se a si mesmos e falar significa posicionar-se a respeito do que lhes ocorre sobre o jovem e sobre a relação.

Um aspecto particular que eu observava no grupo é que os pares se sentiam aliviados (ou privilegiados) por serem mentores de jovens “menos complicados”. E Renata desfrutava (ainda que de forma velada) desse lugar de alguém mais forte ou mais experiente, a quem fora confiada uma tarefa árdua.

Essa questão é bem interessante de se pensar, tendo em vista que esse programa tem seu habitat num ambiente corporativo, que é essencialmente competitivo, que estimula os funcionários a aceitarem desafios, diante dos quais não se deve demonstrar fragilidade. Assim, não podemos desconsiderar que o caso de uma jovem “difícil” seja tomado como um desafio a ser vencido, para cuja solução se devem encontrar estratégias, todas em geral no plano comportamental, tais como exercícios, tarefas, recompensas etc. Contar ao grupo sobre seus impasses como mentora acaba tendo também um tom de heroísmo por aceitar tal desafio.

O que me interessa ressaltar é que, em um grupo como esse, a atenção está sempre mais focada nas realizações, nas conquistas e, diante das dificuldades, fórmulas costumam ser apresentadas como maneira de barrar uma possível reflexão mais detida sobre o sentido do que se apresenta diante de nós, num funcionamento típico das sociedades de massas apontado

---

<sup>30</sup> Durante um tempo, parece que ela foi encontrando um estilo de lidar com as situações que foram surgindo. Não que a relação tenha ficado em calmaria, mas parece que foi sendo descoberto um jeito possível de “navegar naqueles mares”.

por Birman (2007, p. 46-48), em que as fórmulas funcionam como estratégia de homogeneização das individualidades, de evitamento do desamparo, cerceando a simbolização que permitiria a singularização da experiência.

É nesse ponto que fica novamente clara a importância dos dispositivos desenvolvidos para preparar os mentores para seu trabalho e para acompanhá-los ao longo do ano. São sempre situações de grupo nas quais eles são convidados e incentivados a expor suas dúvidas, compartilhar inquietações, sentirem-se no direito de não possuir estratégias pré-estabelecidas para suas ações, poderem não dar conta de tudo, aceitarem o limite próprio dos processos humanos, a incompletude. Mas, principalmente, interrogarem-se sempre sobre o que os move na direção de determinada ação, sobre o que é possível e sobre a importância de escutar e dar tempo e espaço para “*deixar ser*” seu objeto de cuidados (FIGUEIREDO, 2007 p.22, grifo do autor).

É um exercício de igualmente deixar-se cuidar, pelo grupo, pela psicanalista e pelo próprio jovem, renunciando à onipotência. Como afirma Figueiredo (2007, p. 21), “reconhecer a finitude e o limite deixará o cuidador muito mais sensível aos objetos de seu cuidado e muito menos propenso a exercer tiranicamente seus cuidados [...]”.

E, evidenciando a não linearidade, a imprevisibilidade dessas ações, recebemos, em torno do mês de outubro daquele ano, algumas informações trazidas por uma educadora da ONG. Ela procurou-me para conversar sobre suas preocupações com Joana. Contou-me que a jovem vinha aparecendo com roupas novas frequentemente e apresentando um comportamento que ela chamou de vulgar, tanto na postura quanto na fala, além de, mais recentemente, adotar um estilo insinuante de vestir-se.

Sua preocupação era clara: a região onde eles estão localizados é um reduto de prostituição e tráfico, de sorte que não raro jovens da instituição acabam sendo atraídos para esse caminho que se afigura como sedutor e de fácil ganho financeiro. Ela temia que Joana houvesse se envolvido com prostituição, em especial por ser uma jovem bonita, charmosa e muito atraente.

A educadora confidenciou-me que iria conversar com ela, mas que julgava importante me colocar ciente da situação, para decidirmos juntas como agir, uma vez que Joana participava do Mentoring.

Dias se seguiram até que ela voltou a falar comigo, comunicando que estava tudo resolvido: havia tido uma conversa franca com Joana e esta lhe assegurara que não estava envolvida com nada daquilo, argumentando (conforme relatou a educadora): “[..] *inclusive*

*se eu quisesse já teria me envolvido, pois convite não faltou. Sabe a M. (colega com quem morou no início de 2006)? Pois é, outro dia ela me convidou para participar de um assalto a um Mitsubishi, eu só tinha que seduzir o cara para um lugar e os rapazes iriam assaltá-lo, enquanto eu saía fora. Me ofereceram R\$2mil”.*

Fiquei me perguntando qual foi o entendimento da educadora dessa situação, pois ela relata com bastante tranquilidade e segurança que estava tudo resolvido, quando tínhamos diante de nós uma história de um convite a um assalto, que, àquela altura, já não importava se havia sido efetivado ou não, mas aquela jovem estava afirmando que, dentre seus relacionamentos próximos, havia assaltantes, com os quais parecia ter intimidade suficiente para ser convidada a participar de seus planos, ou seja, estávamos diante de uma situação real de alto risco para ela e para todos aqueles com quem ela se relacionava. E a instituição não era capaz de perceber isso ou optava por não perceber, numa atitude de negar a real possibilidade daquela jovem envolver-se com problemas graves.

Propus então uma reunião com a jovem, em que estivessem presentes a educadora e a coordenadora da instituição, para que expuséssemos a Joana a gravidade da situação, não no sentido de acusá-la ou insistir para que ela confessasse qualquer coisa, mas dizer-lhe que comportar-se de forma a levantar suspeitas acerca de sua moral ou idoneidade viria a lhe trazer problemas, inclusive para sua permanência nos programas parceiros da instituição, tal como o Mentoring.

Claramente eu me vi nesse momento convocada a encarnar o papel da lei diante de Joana, inclusive como representante das regras do Programa. Tratava-se de uma jovem que vinha dando muitas evidências de que burlar regras não lhe era incomum, pois freqüentemente as desconsiderava, negando-as, como se não existissem.

Que poderia eu, naquele enquadre, diante daquela jovem? Que entendimento poderia construir a respeito daquela história?

Estávamos vivendo uma cena onde a lei, tal como entendida pela psicanálise, da qual tem seu representante o superego, portador das imagos paternas introjetadas, parecia ter sua existência negada por Joana.

E essa condição a fazia expor-se a riscos cada vez maiores, como um sujeito sem fronteiras que não pode se conter, reconhecendo o limite dado pela cultura, o da “lei primordial [...] que superpõe o reino da cultura ao reino da natureza” (KAUFMANN, 1996, p.141). Compondo essa cena, junto a Joana, estavam adultos pouco confiantes em seus papéis,

que acabavam não podendo oferecer referências próprias daqueles que marcam as diferenças de gerações e também a castração simbólica.

Durante a reunião, Joana não se contradisse a respeito do que já havia falado anteriormente. Após abordarmos a conversa com ela, da forma como eu propus, ela disse que reconhecia que seu comportamento havia mudado, mas não sabia o porquê – e começou a chorar. A reação das educadoras presentes foi de desconforto, de sorte que passaram aos aconselhamentos, infrutíferos, em minha opinião.

Entendi a cena como havendo uma jovem em risco real e uma instituição movida pelo furor de salvá-la a todo custo. A direção que decidi tomar foi me posicionar em nome do Programa e das regras acordadas com os jovens, o que se trataria de marcar os limites, minha presença implicada convocando ao confronto com as regras da cultura. A função analítica naquele momento era de dar continência a Joana, impondo a Lei e os limites via enquadre que meu lugar de analista me concedia.

Reafirmei a razão de ser do trabalho no Mentoring e que, portanto, havia na sua vida naquele momento pessoas com quem ela poderia contar, caso desejasse. Por outro lado, fui enfática em lembrá-la de que tal reputação poria em risco sua participação no Programa. Mais uma vez, ela estava sendo confrontada com a impossibilidade de ter tudo, pois cada uma das opções impunha perdas e ganhos, e a escolha só poderia partir dela.

O enquadre daquele encontro não me pareceu favorável a avançar na conversa. As educadoras oscilavam entre a piedade e a tirania, ora insistiam para que ela retornasse a freqüentar a igreja, ora faziam terror quanto aos riscos que supunham evidentes.

Como se tratava de uma situação que acabaria envolvendo a todos que com ela se relacionavam, disse-lhe que sua mentora precisaria ficar ciente de toda aquela situação, mas deveria saber da própria Joana. Aproveitei para relembrar os objetivos do Programa e das regras de funcionamento.<sup>31</sup> Ressaltei mais uma vez que era fundamental que ela trabalhasse com sua mentora o que estava no escopo do Programa, ou seja, as questões relativas a emprego, estudo etc.

Joana contou tudo à mentora, na minha presença. Renata foi franca quanto a seus sentimentos, de medo, de impotência e “sentir-se sem chão”, diante daquela história. Durante a fala, Joana disse que entendeu que estava se metendo “numa furada” e decidiu se afastar daquelas pessoas, repetindo igualmente a questão dos acordos que fizemos.

---

<sup>31</sup> Objetivos de encaminhamento profissional e, dentre as regras, a dupla não deve se falar fora do horário comercial.

Dias depois, a mentora contou-me que a jovem lhe dissera, após eu sair: “*Me saí bem, né? Consegui não falar nenhuma gíria, nem palavrão, na frente da Rachele.*”.

Essa fala me fez supor que, diante de mim, esboçava-se em Joana uma tentativa de contenção, de impedir-se de condutas impróprias à vida em sociedade.

Teria eu encarnado transferencialmente o papel da lei, das referências que cuidadosamente ela se punha a seguir, ainda que de forma irreverente? Nesse momento, que sentido é possível atribuir a essa fala de Joana dirigida à mentora?

A liberdade de fazer esse tipo de graça com a mentora fez-me pensar na precária diferença de gerações, naquela relação. Joana coloca Renata como uma igual (com o consentimento da mentora). A ausência dos pais (simbólicos) é reencenada na relação com a mentora.

Eugene Enriquez (1990, p.213-214), no texto *A ordem das gerações*, discute a relação pais e filhos na sociedade moderna<sup>32</sup> e afirma que o problema não é os pais transmitirem saberes aos filhos, o problema é que eles saibam, assumindo seus lugares, simbolizar os valores que permitem viver em sociedade. Posição nada fácil de ser ocupada e sustentada.

O papel de mentor é, a princípio, entendido como transmissão de saberes, e aos poucos podemos ajudá-los a reconhecer que podem e devem assumir posições que auxiliem os jovens em sua passagem ao “mundo” adulto, sendo referência de valores e regras sociais.

Esse episódio é rico em fazer pensar sobre o possível lugar do analista nesse campo, seus recursos de trabalho, seus impasses e sua potência. O trabalho num contexto ampliado para fora da clínica pode muito mais facilmente nos capturar para ações que nos destituem de uma posição tão valiosa que é do campo transferencial<sup>33</sup>. A todo o tempo esse enquadre precisa ser delimitado, e isso se dá preferencialmente pelo discurso, essa comunicação que se opera quando se responde ou não a uma demanda, e por uma posição que se escolhe estar tanto de escuta quanto daquele que põe questões em circulação.

Dentre os impasses que essa história nos traz, está o fato de o cuidador se colocar facilmente numa posição de piedade, de consolo ou mesmo de querer aplacar angústias, obliterar faltas com verdades pré-fabricadas ou recursos ilusórios. Há um risco de ser engolfado pela fragilidade aparente do outro e se identificar com ela, impedindo assim uma atitude mais firme, de continência sem se deixar invadir, de estar junto sem ser um só, de

---

<sup>32</sup> A análise que Enriquez faz da relação pais e filhos nos é útil aqui, porque há semelhanças com a relação mentor-jovem, ainda que com limites.

<sup>33</sup> Tal como se processa no contexto clínico em que a análise ocorre na transferência com o analista.



permitir que o objeto do suposto cuidado trilhe seu próprio caminho, por sua própria conta e risco.

Penso que os recursos da psicanálise muito podem contribuir nas ações de voluntariado, da mesma forma que podem cooperar com os trabalhos dos médicos e dos professores. Trata-se, em todos os casos, de pessoas “cuidando” (supostamente) de pessoas e, portanto, um terreno propício para projeções, identificações, transferências, que se não discriminadas ou de certa forma compreendidas, podem levar ao fracasso dos propósitos do trabalho da dupla.

Experimentar estar nesses lugares com a bússola analítica e investigativa, que se lança a articular o saber psicanalítico com os fenômenos que se apresentam na sociedade, no nosso caso o voluntariado, segue o caminho iniciado pelo próprio Freud e sonhado por ele como uma das possibilidades para a psicanálise e que, posteriormente, Laplanche veio a chamar de psicanálise extramuros (MEZAN,2002 p. 419).

## **6.2 Marco e Leonardo**

Uma outra face dessas questões podemos observar em Marco, um mentor de 36 anos que entrou muito motivado para o Programa, referindo, durante o processo seletivo, uma história de vida com muitas lutas, em razão de dificuldades financeiras e conquistas importantes, no campo profissional. Ao se apresentar na dinâmica de seleção, fica visivelmente emocionado, ao fazer referência ao seu percurso de vida, aos obstáculos enfrentados e ao se recordar de como os superou.

Leonardo é um jovem de 18 anos, pouco falante, mas bem entrosado com os colegas. Seu estilo pessoal de se vestir e se produzir compõe-se com o uso de vários *piercings* e roupas de skatista. Desde o início de sua participação no Programa, declara seu interesse pela carreira militar, especificamente aeronáutica.

Em sua primeira supervisão comigo, o mentor apresentou uma grande preocupação com o fato de o jovem não se “soltar” muito, no relacionamento com ele, pouco falando e acatando tudo o que ele propunha. Marco achava que o jovem se colocava diante dele tal como “numa relação hierárquica” (expressão do mentor), posicionando-se como estando abaixo dele, nessa hierarquia. Incomodado com isso, Marco tentou evitar que o jovem soubesse de suas viagens ao exterior, da marca de seu carro, sempre no intuito de poupá-lo de

um constrangimento<sup>34</sup>, mas, segundo ele, “*acabou não dando certo, ele ficou sabendo da viagem e viu o meu carro*”.

O mentor não se conformava igualmente com a escolha do jovem, dizia que seu estilo era mais para “o rebelde” do que para uma carreira com um regime tão rígido quanto a militar. Ao mesmo tempo em que não se via no direito de interferir na escolha de Leonardo, não conseguia ver essa opção com bons olhos.

Ao longo de nossa conversa, ele relembra que, quando jovem, inscrevera-se num concurso para a Polícia Militar por influência de um amigo, acabou sendo aprovado e ingressara nessa carreira. Após um dia de trabalho, desligou-se, ao se dar conta do que o esperava – a rigidez do regime, a ideologia predominante não afinada com a sua etc.

Aquela experiência parece tê-lo mobilizado muito; uma passagem tão curta pela carreira, mas provavelmente com um significado intenso, a ponto de ele não conseguir separar esse sentido pessoal que tal vivência produziu, os sentimentos a ele associados, dos possíveis sentidos que teria a idéia de tal carreira, para Leonardo.

Produziu-se uma identificação com o jovem, pelo elemento comum “carreira militar”, que parecia ser relacionado a registros importantes em sua vida psíquica. Saber do interesse do jovem por ingressar na aeronáutica paralisou-o de tal modo, que não houve espaço sequer para investigar qual a razão de tal escolha, se era uma decisão já fundamentada com conhecimento da área ou apenas um interesse movido por suas imaginações acerca da profissão, idéias criadas a partir de conteúdos do seu universo cultural, de sua vida imaginativa e de informações diversas.

Marco se coloca bastante avesso a hierarquias e regras rígidas, e logo de início subverte uma regra que ficara bem clara, desde o treinamento dos mentores: a da proibição de o mentor fazer qualquer tipo de contribuição financeira ou presentear os jovens com objetos que não sejam livros, revistas etc.<sup>35</sup>. Ele fornece ao jovem, a título de empréstimo – segundo afirmou – um celular que estava sobrando em sua casa. O jovem provavelmente contou a alguns colegas sobre seu “presente”, história que repercutiu em outra dupla (informação que tive posteriormente a essa conversa com Marco): uma jovem pouco entrosada com sua mentora, ainda, chegou ao primeiro encontro cobrando também um celular para ela. Vemos aqui que os sentimentos de inveja, rivalidades e os aspectos narcísicos transitam no conjunto

---

<sup>34</sup> Essa preocupação era exclusivamente do mentor, não havendo referência de falas do jovem que nos levassem a supor esse possível constrangimento.

<sup>35</sup> Essa regra tenta garantir que a relação mentor-mentorado se dê apenas no campo da orientação.

do grupo, não somente na dupla mentor-jovem, constituindo um aspecto a se ter em conta, para manejar, no âmbito das supervisões, pois são fatores que irão influenciar nos relacionamentos mentor-jovem.

Entendi que a identificação com Leonardo o impedia de deslocar sua atenção para o jovem, de forma que todas as suas falas, questionamentos e apontamentos dirigiam-se a si mesmo, sem levar em conta o seu “objeto de cuidados”.

Durante nossas reuniões de supervisão, eu questionava Marco sobre os reais interesses de Leonardo, o que já sabia sobre o jovem e o que o levava a ficar tão impactado com aquele interesse pela carreira militar. Marco não tinha respostas muito claras, porém reconhecia que havia investigado pouco tal interesse de Leonardo e seguia me contando sobre o seu quase ingresso na vida militar e o mal-estar que vivera, naquele momento.

A partir dessa conversa, sugeri que Marco procurasse ouvir mais Leonardo sobre a razão de sua escolha profissional e tentasse ajudá-lo a entender melhor tal carreira, as exigências, as etapas necessárias a serem superadas etc. Seria necessário se distanciar de suas próprias experiências, para relacionar-se com a história de Leonardo como uma história particular com desejos próprios e razões que são somente dele.

Essa vinheta é rica em demonstrar o quanto é mobilizante um encontro entre jovem e mentor. Uma aparentemente despreziosa expressão de um interesse do jovem é capaz de confrontar o mentor com lembranças que possivelmente ficaram sem sentido ou com um sentido de difícil elaboração para o mentor. Diante desse impasse, como fica a ação cuidadora do mentor? Esse caso evidenciava uma paralisia no avanço dos propósitos do Programa, pois a alteridade do jovem não era considerada, dado o desconforto que o assunto provocou em Marco. Haver um espaço de reflexão e acolhimento, que intime o mentor a se posicionar diante de um outro e não diante de si mesmo, parece favorecer o andamento das ações numa direção mais útil a todos.

Na mesma supervisão, reportando-me ao episódio do empréstimo de um celular, apontei a Marco a infração que cometera, conversamos sobre isso e orientei que ficasse atento às conseqüências que disso poderiam advir. Ele entendeu, porém não se constrangeu, argumentando que se tratara apenas um empréstimo.

Essa questão da infração se insere em um aspecto ainda não muito bem resolvido, dentro do Programa, que se refere justamente ao cumprimento dessa regra específica de o mentor não ajudar financeiramente ou presentear o jovem. Os membros do comitê concordam com essa regra e acham que assim é mesmo melhor, porque, dessa forma, o Programa

oferecerá orientação, incentivo, apoio, inserção num novo ambiente de relacionamentos, e acreditam que tudo isso é mais duradouro do que contribuições financeiras. Todavia, vez por outra, surge uma necessidade específica de um jovem e um ou outro mentor subverte a regra, pagando uma inscrição em um curso ou concurso, fornecendo dinheiro da passagem para freqüentar um curso/treinamento que tenham conseguido ou mesmo presenteando o jovem. Logicamente que a notícia circula no grupo, abrindo precedentes para novas infrações.

É curioso como as regras são definidas, mas não são levadas à risca; há sempre um precedente a ser aberto, numa tendência de circunscrever a relação aos dois, à dupla, como se não houvesse o Programa como uma instituição, com suas normas, os acordos grupais, a renúncia ao desejo: é como impedir um terceiro na relação. E exatamente por ser bastante tentador configurar-se como uma relação dual, alienante, que os grupos e a supervisão operam como dispositivos que barram essa tendência, introduzindo um terceiro elemento.

Deparar-se com as carências dos jovens inquieta muito os mentores, de sorte que obliterar essas faltas com dinheiro e presentes configura uma maneira de aplacar a angústia que é mobilizada neles. Além disso, está presente uma atitude mais imediatista a que estão bem acostumados, no seu cotidiano. Constantemente são convocados a dar respostas rápidas às questões que se impõem no dia-a-dia de trabalho, acabam deixando de praticar uma escuta, uma reflexão mais cuidadosa, antes da decisão por ações a serem tomadas.

Três meses após essa supervisão, Marco vem à reunião de grupo com mentores (ele havia faltado à primeira, ocorrida dois meses antes). Sua queixa é de que não reconhece nenhum valor em suas ações com o jovem, a ponto de achar “que não está fazendo nada”. Peço que ele conte o que os dois têm feito – encontros, tarefas, visitas etc. Ele então relata que se vêem rigorosamente a cada quinze dias, os dois são pontuais e têm procurado alternar os locais de encontro, ora na empresa, ora em um centro cultural, ora na própria ONG. Durante as reuniões, o mentor conversa sobre assuntos variados, oferece artigos diversos relativos a temas de profissão e atualidades, e pede que o jovem escreva uma redação para entregar-lhe na reunião seguinte. Leonardo cumpre sempre os prazos e aceita as críticas do mentor com relação aos textos por ele produzidos. No entanto, o jovem continua pouco falante (mas envolvido com as tarefas) e o mentor não vê nessas ações algo significativo para a vida dele. Quando ouve dos outros mentores histórias de visitas a profissionais, estágios conquistados, de jovens freqüentando cursos, ele sente que suas ações são inócuas.

Depois que ele me conta tudo que está fazendo, digo-lhe: “E você acha isso pouco? Dedicar-se a esse jovem quinzenalmente, durante uma hora, interessado em oferecer materiais

que o ajudem a fazer escolhas em sua vida, dar-lhe orientações, enfim, colocar-se à disposição dele?”<sup>36</sup>.

Ele se surpreende com meu questionamento e se cala.

Nesse momento, é sua instância crítica que lhe cobra realizações grandiosas, na direção de realizar um ideal próprio, impedindo-o tanto de auxiliar o sujeito a desenvolver-se com autonomia, quanto de ele próprio reconhecer suas ações bem encaminhadas junto ao jovem.

É por essa razão que o interrogo – “E você acha pouco?” –, fazendo-o confrontar-se com suas palavras e, além disso, minha fala cumprindo a função de espelhar suas realizações. Na direção de uma orientação que a supervisão se propõe, sugeri que conversasse com o jovem no encontro seguinte sobre suas inquietações acerca do trabalho com ele, e perguntasse suas impressões, algo como um balanço das atividades da dupla e possíveis direções a serem trilhadas.

Essa atitude que tomei, na supervisão, visou a ajudá-lo a reconhecer valor no trabalho que vinha desenvolvendo e também mostrar-lhe que os ganhos nesse campo nem sempre são palpáveis – tais como estágio, trabalho, curso etc. –; orientação que me parece fundamental, dado que estamos lidando com um grupo de pessoas que vivem numa cultura corporativa, por excelência, guiada por metas e objetivos mensuráveis.

Nesse caso, o relato do interesse do jovem pela carreira militar mobilizou no mentor sentimentos relativos à sua experiência, no início da juventude, sentimentos que possivelmente não foram bem elaborados por razões que desconhecemos, mas que parecem relacionados a questões superegóicas, visto que a preocupação do mentor esteve pautada na questão da hierarquia, tanto do regime militar a que o jovem poderia vir a se submeter – e ele próprio chegou a experimentar – quanto na própria relação do jovem com ele, com sua hipótese de haver uma diferença de nível hierárquico na percepção do rapaz.

Marco negava a rigidez e o formalismo que a imagem do militar evoca e, em suas atitudes, procurava certa irreverência, seja na aparência, seja ao emitir opiniões e idéias. Contudo, é numa lógica superegóica que ele se apresenta na relação com o jovem, preocupado com o que o jovem pensaria dele, de que ele é muito mais “endinheirado” que o jovem (culpa pela condição econômica que alcançou?), insatisfeito com os resultados de seu trabalho como mentor (“estou correspondendo às expectativas do jovem, do programa, de quem mais quero agradar?”), enfim, tão aflito em atender a tantas expectativas, que tinha dificuldade em

---

<sup>36</sup> Já haviam entrevistado um mentor que teve um percurso na carreira militar e estavam também planejando visitar uma instituição militar.

conhecer o seu companheiro de jornada no Mentoring e de reconhecer-se como uma figura importante na relação com o rapaz<sup>37</sup>.

Sua tentativa em esconder informações sobre suas viagens e marca de seu automóvel, que curiosamente não foi eficaz, faz-nos igualmente levantar questões: por que ele precisaria esconder essas informações do jovem? Por outro lado, por que ele precisaria que o jovem soubesse disso, dando-lhe o devido valor? Falhar na tentativa de sigilo não seria para que o jovem se surpreendesse e assim valorizasse sua posição social, suas realizações?

O trabalho de supervisão com os dois grupos vai-se operando dessa forma; escutá-los sobre as relações vai produzindo em mim questões e, por vezes, estranhamentos, porque algo do infantil daqueles sujeitos se apresenta na transferência que, de alguma forma, se estabelece comigo, dado o papel que tenho no Programa.

Escutar o que dizem esses mentores para além dos relatos conscientes abre a possibilidade de questioná-los sobre o que estão dizendo, apontar a existência de um outro independente deles, com quem estão se relacionando, que tem uma história própria e desejos singulares, os quais precisam ser considerados no plano de ação da dupla. Um trabalho que necessariamente eles têm que se implicar, estando em jogo sua própria subjetividade. Talvez por isso os mentores ora se sintam tão gratos a esses momentos de supervisão, ora fiquem bastante incomodados e saiam desanimados, ora, ainda, sequer apareçam nos grupos.

Em conversa posterior com Leonardo, este me contou bem entusiasmado sobre a relação com o mentor, satisfeito com a regularidade dos encontros e com as tarefas que vinham realizando. Leonardo disse que havia bastante sintonia no modo de ser dos dois. Quanto à carreira militar, não sabia muito bem qual a razão da escolha, mas estava pensando em mudar de opção, em virtude da difícil concorrência, nos concursos de ingresso. Talvez a área de Tecnologia da Informação fosse mais interessante. A questão da hierarquia não aparece em seu discurso, nem com admiração nem com aversão, na verdade nem mesmo aparece, exceto para expressar a opinião do mentor sobre a área.

Enfim, o que é mais importante para o jovem, nesse momento, são as informações para tomada de decisão, o incentivo para seguir um caminho escolhido, estratégias para superar as adversidades, temas reconhecidamente trabalhados pelo mentor, porém sem o devido reconhecimento de valor, de sua parte.

Uma particularidade dessa relação importante para se ressaltar é que o jovem parecia uma pessoa que se posicionava diante de sua vida de forma bem realista, não tendo criado

---

<sup>37</sup> Nas reuniões comigo, o jovem sempre falava do trabalho com o mentor com entusiasmo e tranquilidade, às vezes me fazendo suspeitar de que não se tratava da mesma pessoa referida pelo mentor.

mitos de salvação, ao entrar no Programa, nem se desvalorizava diante do outro. Era de fato pouco falante, porém esse era seu estilo, não parecia ser uma inibição. Esse ponto é relevante, porque entendo que, nesse caso, esse jovem ajudou o mentor a ajudá-lo também. Como não eram significativas, para ele, as questões que tanto angustiavam o mentor, acabavam não encontrando eco e, como o jovem apresentava suas demandas, o mentor pôde, com a ajuda da supervisão, reposicionar-se e buscar uma direção de orientação focada em Leonardo.

### ***6.3 Um Fragmento de Supervisão em Grupo***

Dentre as supervisões em grupo com mentores e sua diversidade de conteúdos, escolhi trazer o fragmento de uma, em particular, que ocorreu em 2005 com o grupo da filial do interior. Trata-se do primeiro momento em que o grupo se reuniu, após o início dos trabalhos com os jovens que acompanhava<sup>38</sup>. Aqueles mentores eram também pioneiros naquela filial (a sede de São Paulo havia iniciado, sozinha, seu projeto-piloto, em 2004).

Esse grupo havia participado do treinamento inicial, quando foram abordados diversos conteúdos e se ouviram depoimentos de mentores e jovens participantes de 2004. A coordenação do Programa, entusiasmada com a sua primeira edição, elegeu duas duplas (mentor e jovem) para falarem de suas experiências, durante o treinamento, que tinham se destacado pelo entrosamento entre si e pelos resultados obtidos, dentre os quais o ingresso na universidade, com bolsa de estudos.

Vale ressaltar que as duas jovens (dessa dupla mentor/jovem) já haviam tido uma vivência anterior, em projetos sociais, que lhes proporcionara um importante desenvolvimento, tanto no seu posicionamento crítico, quanto na fluência verbal e iniciativa na busca de oportunidades. Uma delas já trabalhava, antes de iniciar no Programa, e custeava um curso pré-vestibular que freqüentava pelo segundo ano, determinada a ingressar no curso de Sociologia numa boa universidade (meta que alcançou, em 2005).

Os mentores iniciantes saíram do treinamento bastante motivados com os resultados do primeiro ano do Programa e entusiasmados com o perfil dos jovens participantes, acreditando que também alcançariam sucesso, ao final de 2005.

No interior, a parceria se deu com uma ONG local, com características bastante diferentes daquela da capital. A instituição paulistana particulariza-se por investir bastante na

---

<sup>38</sup> O Programa havia começado fazia um mês.

autonomia dos jovens, adotando uma gestão participativa. A outra ONG tem sua origem num bairro afastado, onde os terrenos foram invadidos por algumas famílias, muitas das quais migrando para o local devido à proximidade de um presídio da região. Os primeiros moradores eram parentes dos detentos e escolheram aquela área para facilitar as visitas. A partir dessa situação, novas invasões ocorreram e o bairro surgiu desordenadamente e sem infra-estrutura básica, que foi sendo implantada posteriormente, ainda de forma precária, não atendendo ainda a todas as necessidades dessa população.

A rede pública não consegue assistir adequadamente toda a população local e a instituição complementa o atendimento, recebendo crianças em sua creche e jovens em projetos sócio-educativos. O estilo de trabalho da ONG muito freqüentemente reveste-se de assistencialismo em relação aos usuários dos serviços, e não é prevista a participação da comunidade na gestão, como no caso da ONG da capital. Tais características parecem influenciar no perfil dos jovens que atendem: menos autônomos e mais submetidos a uma hierarquia.

Essas informações iniciais são relevantes para o entendimento e análise do conteúdo trazido pelos mentores, durante a supervisão.

Ao iniciarmos a reunião, esclareço ao grupo o funcionamento de nosso trabalho, enfatizando a necessidade de escutarmos atenta e respeitosamente as falas de todos, para que se sintam à vontade, ao compartilhar as suas experiências como mentores, sejam elas conquistas, sejam dificuldades. Ressalto que devem falar livremente o que sentirem vontade, na seqüência que preferirem.

Sandra começa o seu relato dizendo-se bastante ansiosa, querendo saber se está no caminho certo. Refere que ela e a jovem estão afetivamente bastante envolvidas. Sandra, muito falante, conta da redação que pediu à jovem que fizesse sobre si mesma e sobre a estratégia que adotaram, para se organizar, usando um caderno onde registrarão cada passo dos trabalhos.

Na redação, a jovem comenta que está muito satisfeita com Sandra, o que deixa a mentora entusiasmada. A mentora surpreende-se, ao verificar que os interesses da jovem são muito discrepantes um do outro (tecnologia e gastronomia).

Essa jovem é casada e tem uma filha de um ano; ela diz à mentora que não sabe se continuará vivendo com o marido. Sandra conta, no grupo, que a jovem ora diz que só está esperando as coisas se ajeitarem para ela separar-se dele, ora ela diz afetuosamente que gosta



de cozinhar para o marido. A mentora não consegue entender ainda o posicionamento de sua jovem.

Marta interrompe a fala de Sandra, dizendo que a pessoa que ela própria acompanha é muito amiga da jovem de quem Sandra é mentora. Segundo Marta, elas estão sempre juntas e conversam muito, de maneira que também sabe um pouco sobre ela e dá o seu palpite sobre o casamento da moça.

De um comentário a respeito do relato de Sandra, Marta prossegue falando de seus primeiros contatos com sua jovem, o que faz Sandra silenciar-se.

Marta, aparentemente bem ansiosa (falando muito, fazendo graças, enfim, bem agitada), relata que tem por característica querer resolver tudo rapidamente, reconhece essa característica em si mesma e diz que faz um esforço enorme para evitar isso.

Conta que levou Verônica (“sua” jovem) a um grande *shopping* novo, na cidade, pois a jovem manifestou interesse em conhecê-lo. Marta preocupou-se com a roupa que iria vestir nesse encontro (uma preocupação de adequação tanto social quanto no que se refere à diferença de gerações), perguntou à própria filha a que restaurante poderia levar a menina. Chegando ao *shopping*, fez um *tour*, mostrou-lhe as lojas etc. Enquanto isso, Verônica, durante a conversa, insistia em contar-lhe sobre a casa de sua mãe que, construída precariamente, estava sempre sujeita à entrada de água, em dias de chuva. Marta segue contando sobre o encontro com a jovem, acrescentando que Verônica expressara seu desejo em ler determinado livro. Márcia, que adora ler, ficou instigada a incentivá-la e lembrou que poderia conseguir emprestado com um parente seu. Porém, ao passar por uma livraria, lá estava o livro com 30% de desconto, de sorte que decidiu comprar. No seu relato, ela considera que isso foi um erro<sup>39</sup> e, para não deixar uma impressão para a jovem de estar lhe oferecendo presentes sem objetivos relacionados com o Programa, faz um acordo com a jovem, combinando que o presente seria um incentivo para que desenvolvesse o hábito de ler.

Mais adiante, elas estavam passando por uma doceria e Marta resolveu convidar Verônica a experimentar uma sobremesa diferente, a garota havia lhe contado do seu interesse por culinária; ofereceu-lhe inclusive a receita, para que fizesse depois para o seu namorado. Marta nos diz que considera nesse momento ter sido novamente inadequada.

Pergunto o que a fazia pensar assim.

---

<sup>39</sup> Como havia um alerta, no treinamento, para não se oferecer presentes aos jovens (nessa época, ainda não era claro para o grupo se livro seria considerado um presente) e ela se viu infringindo tal regra, suponho que quis reconhecer seu erro, fazendo mea-culpa antes de possivelmente vir a ser advertida.

Ela diz que achava que estava oferecendo coisas materiais, sendo que era outra a proposta do Programa.

Digo-lhe: “Você disse que Verônica estava lhe contando sobre a casa de sua mãe... o que você pensou sobre isso, ela lhe falou mais alguma coisa?”

Marta diz que achou que era o momento de terem uma tarde agradável e também não se sentiu muito à vontade para dar continuidade àquele assunto. Ela disse: “*Não esperava ouvir aquilo*”.

Eu continuo: “Verônica escolheu compartilhar com você uma angústia que estava vivendo: o seu sentimento de desamparo. Havia um desejo de ser acolhida. No entanto, essa história te pegou de surpresa, ocorrendo logo no primeiro encontro e imagino que isso tenha te perturbado justamente pela sensação de impotência (o que se poderia fazer de ordem prática, diante daquilo?). Lidar com tantas carências como a dos jovens com quem trabalhamos é muito mobilizante e há uma tendência a querer preencher essas faltas de alguma forma.”

Marta, em seu afã de salvamento, de se arvorar em oferecer presentes, experiências etc., desconsiderava totalmente o sujeito que estava diante de si, que nesse caso claramente pedia para ser escutado e acolhido. Desde o momento do treinamento, Marta mostrava-se muito participativa e suas falas eram carregadas de idéias (geralmente grandiosas), para serem implementadas junto aos jovens. Seu posicionamento sugeria que tinha certezas sobre os caminhos para solucionar os problemas de falta de oportunidades de estudo e trabalho, típicos daquela população de jovens. A idéia que me ocorria era de uma pessoa de muita ação, mas que parecia pecar na compreensão do que subjetivamente circulava naquele campo, faltando-lhe pensamento, reflexão, além do uso da sua própria intuição.

Suas ações, segundo ficava claro nos seus relatos, eram impetuosas, e depois ela se dava conta de que “excedera” e, diante do grupo e das regras do Programa, sentia-se culpada pelo excesso, por esse transbordamento.

Tal situação parece referir-se ao que assinala Segal (1982, p 213), acerca da reparação maníaca, quando salienta que “o amor pelo objeto aparente de preocupação é superficial e irreal. O objeto está aí para desviar a atenção da situação interna”. O que é bem arriscado de ocorrer, nesse tipo de trabalho de “fazer o bem”.

Os mentores escutam minhas observações em silêncio e surgem comentários sobre as carências que observaram, naquele contexto em que vivem os jovens.

Josué ressalta que foi abordado pelo presidente da ONG, que lhe pedira uma doação de “tonner” para a impressora da instituição. Lia conta que a coordenadora pedagógica, em nome da instituição, pediu-lhe doação de equipamentos. André também teve experiência semelhante<sup>40</sup>.

Inicia-se uma discussão acalorada a respeito do fato de a empresa descartar equipamentos em ótimo estado, quando é feita a atualização das máquinas dos funcionários. Queixam-se de não haver uma política de doação para as pessoas e/ou instituições carentes. Surgiu, nessa ocasião, um furor no grupo por essa causa, numa evidente identificação com o desamparo dos jovens. E, mais uma vez, a paralisia ocorre e sobrevém a desconsideração pelo outro, com suas motivações e interesses próprios. Agarram-se a uma suposta falta qualquer e entram numa eletrizante ação defensiva – maníacas e obsessivas.

Aposto-lhes que, apesar de legítima a indignação deles (e que talvez pudesse mesmo ser construído um espaço para se pensar e propor alternativas para reaproveitamento dos equipamentos descartados), o que estava em questão no grupo, naquele momento, em que tratávamos da relação deles com os jovens, era que discutir essas desigualdades e indignar-se com a postura da empresa seria uma maneira de dizer o quanto era difícil deparar-se com as carências com as quais eles estavam lidando junto àqueles jovens e que precisariam enfrentar, ao longo do ano.

Silenciaram, e meu entendimento foi de que os ânimos se abrandaram, de sorte que se puseram a refletir um pouco mais sobre o que neles mobiliza aquela experiência com um contexto tão diferente daquele com o qual estão habituados.

Em seguida, disseram que era difícil ter tão próximas deles tamanhas dificuldades e carências e, muitas vezes, não sabiam como conduzir o trabalho.

Pretendia com minha intervenção alertá-los de seu lugar no Programa e, intimando-os a responder ao que essa posição exigia, como ser capaz de se discriminar naquela relação e lidar com os limites da situação e da própria vida, pensando ações realistas e viáveis para cada impasse.

A partir da questão trazida pela Marta, apontei ao grupo que seria preciso entender a real demanda do jovem. Nesse caso, por exemplo, a mentora preocupou-se em levá-la ao *shopping*, dar-lhe o livro, oferecer-lhe uma sobremesa especial. No entanto, Verônica insistia

---

<sup>40</sup> É interessante observar a forma como se conduzem os dirigentes da instituição, em relação aos funcionários da empresa, logo no início do relacionamento, numa falta de cerimônia em pedir doações, a despeito de terem sido esclarecidos os objetivos do Programa e quais os limites do relacionamento do Programa com o ONG. A instituição se coloca também como carente diante da “poderosa” empresa, que então pode provê-la. Parece identificar-se com as carências de seus usuários.

em contar-lhe o seu drama, estava lhe confiando uma intimidade muito sofrida. Apostou na escuta e no acolhimento – que não ocorreu.

Estávamos num grupo de mentores iniciantes, tudo era novo e causava muita ansiedade. Havia muito caminho a percorrer: tanto aquelas duplas mentor-jovem, que iriam descobrir um jeito de estar juntos, naquele projeto, quanto nós, no grupo de supervisão, iríamos igualmente ainda buscar afinação ou lidar com as variações sonoras. Era de fato um momento privilegiado para indicar os pontos cegos e orientar aqueles voluntários em aspectos fundamentais para que aquele relacionamento fluísse.

Chamo a atenção de todos para o exercício imprescindível de um mentor: ouvir o que o jovem tem a dizer e, com base nesse procedimento, pensar, junto com ele, um projeto de ação dentro do que propõe o Programa.

Vitor intervém, explicitando que os jovens com os quais estão lidando são bem diferentes daqueles que estiveram no treinamento, dando depoimentos<sup>41</sup>. Surge uma queixa, nesse momento – compartilhada por vários membros do grupo – de que foi “vendida” uma idéia de como seriam os jovens participantes do Programa e, pelo que estavam percebendo, os jovens acompanhados por aquele grupo mostravam-se bem distintos daqueles que se apresentaram no dia do treinamento, salvo uma ou outra exceção. Vitor prossegue contando sobre Caio (o jovem que ele acompanha), suas impressões sobre as dificuldades do jovem. Vitor parece aflito, mas ao mesmo tempo demonstra-se capaz de enfrentar esse desafio, revelando-se atento e parcimonioso nas ações, ainda que confidencie ao grupo que se sentia muito inseguro e ansioso, diante do que viu.

Observo que o grupo está assustado frente à nova experiência que praticamente não oferece uma situação estruturada, a qual possa ser referência ou padrão de conduta, apresentando uma dura e cruel realidade social, o que faz emergir em todos um forte sentimento de impotência, sentimento inaceitável num ambiente corporativo altamente competitivo. Como defesa, busca-se um bode expiatório, o culpado por esses jovens que lhes foram indicados, argumentando sobre o que chamaram de “propaganda enganosa” do início do treinamento.

Por um lado, há fundamento em suas falas, porque de fato a coordenação quis apresentar o melhor resultado de sua primeira edição, o que não traduzia o resultado de todo o

---

<sup>41</sup> Penso que os mentores, não se sentindo em condições de lidar com as carências daqueles jovens, tendem a fugir da questão, buscando culpados para justificar suas dificuldades de ação. Como se dissessem: “Esses jovens são diferentes dos que nos prometeram!”

grupo, nem havia sido o perfil da maioria dos jovens, mesmo em 2004. Isso inclusive foi corrigido nos anos posteriores pelo comitê, que entendeu que é preciso preparar os mentores para a dura realidade que irão enfrentar.

Por outro lado, os mentores ingressaram num programa social com o objetivo de auxiliarem jovens de contextos desfavorecidos economicamente a criarem melhores possibilidades para suas vidas, portanto não deveriam ficar tão surpresos assim com as histórias dos jovens. Isso nos leva a pensar que, mesmo sabendo sobre as condições daqueles jovens, tê-las diante de si, tão próximas, gera muita angústia e há uma tendência a tentar evitá-las.

Quanto ao jovem Caio, apresentei ao Vitor minhas impressões sobre ele, ressaltando que entendia a razão de sua ansiedade, pois víamos que Caio era um jovem com muitas dificuldades e carências, e que o trabalho a ser realizado com ele implicaria uma disponibilidade grande de Vitor para identificar a melhor forma de ajudá-lo, sem metas muito grandiosas<sup>42</sup>, tais como ingresso em universidade. Ajudá-lo a se reconciliar com os estudos, para que ele concluísse o ensino médio seria uma meta importante, nesse momento, por exemplo. Como já havia enfatizado anteriormente, seria fundamental investir na aproximação com o jovem, entender seu modo de vida, suas expectativas, para traçar um plano de trabalho.

Vanda toma a palavra, dizendo que se preocupa com Andréa, porque a acha imatura e um pouco lenta, talvez preguiçosa. Vanda apresenta-se timidamente no grupo, numa função mais de ouvinte. Foi interrompida por duas vezes em que tentava falar, não se esforçando para retomar a palavra.

Em princípio, ela achava que não poderia ser mentora, porque só agora estava cursando a universidade, e ter curso superior era um dos critérios de recrutamento dos mentores. A coordenação do Programa avaliou, porém, que ela teria condições de participar, dada sua longa experiência profissional e de vida (tinha em torno de 38 anos) e, por isso, foi selecionada (na verdade, houve uma insistência da coordenação para que ela participasse)<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> Posteriormente, reconhecemos que houve um equívoco na seleção desse rapaz para o Programa, pois ele não atendia à maioria das condições previstas para um jovem participar, tais como certo nível de autonomia e comprometimento com as ações do Programa. Além disso, desde o início, faltou aos compromissos estabelecidos com o mentor e agia como se tivesse ingressado na atividade por insistência da ONG e não por interesse próprio. Seu desempenho escolar era sofrível e já não tinha mais motivação em continuar freqüentando a escola.

<sup>43</sup> É importante ressaltar que, como se trata de um Programa de Voluntariado, não há uma procura muito grande dos funcionários da empresa por se tornarem mentores. Os coordenadores e membros do comitê fazem, por conseguinte, um trabalho de convencimento com os colegas, para que se possa conseguir um número razoável de candidatos para existência do Programa. Essa questão vem sendo discutida com o diretor de Responsabilidade Corporativa da empresa, a quem o Programa está subordinado, no sentido de se buscarem estratégias de divulgação interna do Mentoring e de outras ações sociais da empresa.

Penso que continua não se sentindo no direito de pertencer àquele grupo, tendo dificuldades de tomar a palavra para fazer seu relato, a despeito de ter muitas dúvidas e querer obter orientação sobre como conduzir seu trabalho. A meu ver, Vanda se identifica com a jovem na imaturidade e no ritmo lento das ações.

Josué, em seguida, se diz bem entusiasmado com Vinícius. O jovem tem interesse por leitura e tem aceitado bem o material e as sugestões que leva para ele. Conta com euforia o andamento de suas ações, salientando que não está tendo dificuldades. O grupo se surpreende e o toma como modelo, como aquele que deve ter a fórmula mágica de como ser mentor.

Roberto fala pouco e acredita que está caminhando bem. Evita se expor, conta superficialidades, diz que ainda não tem muito que relatar. Faço algumas perguntas, mas as respostas são monossilábicas, levando-me a supor que ele não quer falar.

Bianca inicia seu relato, dizendo que procurou “*fazer a lição de casa ‘certinho’*”, obedecendo à regra de não presentear os jovens, contudo agora se sente frustrada, porque não deu um ovo de páscoa a Amanda, achou que não poderia (comenta isso, porque a Marta deu livro etc.). Confessa-se encantada por Amanda.

Prossegue, enfatizando que se segurou muito e que isso foi bem difícil para ela, acha que não fez nada ainda, porque está seguindo a orientação de ir devagar, conhecer melhor. Conta sobre o seu estilo de ser, bastante programada, planejada, e a respeito de seu entusiasmo pelo fato de a jovem corresponder a sua expectativa, já que ela também tem um funcionamento semelhante.

Ao longo da reunião, Lia tenta falar algumas vezes acerca de seu jovem e não consegue a vez. Foi a última a falar. Conta que sua preocupação com Lucas é de que ele “escorrega” muito, as combinações que fazem, os acordos de tarefas, o cumprimento disso, ele sempre tem um argumento a respeito e não atende (descreve várias situações). Lia confessa que já está chegando ao seu limite de tolerância e disse que, na próxima vez, dará “uma dura” nele.

Pergunto-lhe o que imagina estar acontecendo com Lucas e por que razão ele “escorrega”. Ela acredita que ainda não conseguiu se impor, deixar claros os limites da relação, confessa que é muito difícil para ela fazer isso. Entendo um claro pedido do “faça comigo”, referido por Mezan (1995, p. 177), a que nos reportamos em outra parte deste texto.

Digo-lhe que parece haver um pedido de limite, por parte de Lucas, a fim de que ele saiba até onde pode ir. Seria importante estar atenta como e em que situação Lucas se comporta dessa forma. Sugeri que lhe dissesse o que tem observado sobre como ele tem

agido, frisando que ela percebe o que ele vem fazendo<sup>44</sup>, além de estabelecer os acordos de trabalho.

Ao longo da supervisão, vão sendo mobilizadas rivalidades entre os participantes, inveja, idealizações, que precisam ser manejadas de forma a produzir um campo livre para a criação do pensar sobre fazer o mentoring.

Em dado momento, Vitor fala: *“Isso parece uma terapia de grupo, estou me sentindo mais leve”*.

O grupo concorda com ele, surpreso com o clima que se configurou naquela reunião. Marta afirma: *“Você é tão centrada, que bem que me faz ter você aí na frente”*.

Na verdade, vi Marta muito ansiosa em se expor, durante todo o tempo da reunião, procurando liderar assuntos alheios ao tema do encontro, esquivando-se de revelar suas dificuldades<sup>45</sup>. Podemos até pensar, a partir de sua fala, que estivesse nascendo uma possibilidade de confiança comigo, naquele momento, mas o que eu percebia era que minha presença ainda soava (para ela) mais como um elemento perturbador do que apaziguador, como ela procurava me dizer com suas palavras.

Dentre os pontos que nos chamam a atenção, nessa primeira reunião com este grupo, está o fato de terem ficado tão perturbados com as carências desses jovens. O que é curioso é que eles aderiram a esse Programa justamente para lidar com jovens em condições socioeconômicas desfavorecidas, portanto, em tese, seriam jovens que apresentariam carências. Qual a razão da surpresa?

O confronto com a carência do jovem mobiliza psiquicamente o mentor, provocando um reviver de uma situação de desamparo primordial, em que o medo de se ver em tal situação pode ser bastante destabilizador. É o confronto com algo inapelável, porque marcado para sempre no psiquismo humano, conforme assinala Birman (2007, p.37):

[...] o registro psíquico do desamparo é algo de ordem *originária*, marcando a subjetividade humana para todo o sempre, de maneira indelével e insofismável. Enfim, o sujeito é desamparado por vocação, não por acidente histórico-evolutivo, como nos ensinou Pontalis<sup>46</sup> em enunciado conciso e pleno de ressonâncias mito-poéticas.

---

<sup>44</sup> Durante o processo seletivo, a educadora da ONG havia compartilhado conosco sua preocupação com esse jovem, que vinha driblando sempre os educadores em todas as atividades de que participava, sempre deixando de cumprir os acordos e as regras estabelecidas, tudo com um “jeitinho” sedutor, que acabava envolvendo os adultos, os quais não o repreendiam.

<sup>45</sup> Ela até se referia a erros seus, porém não havia um tom de expor dificuldades e sim de reconhecer um suposto erro, para não dar margem a um aprofundamento, a um questionamento maior.

<sup>46</sup> Pontalis, J. B. *Après Freud*. Paris, Gallimard, 1968. Apud Birman, 2007

Como defesa, os mentores tendem a projetar no Programa (ou nos jovens, ou em um outro qualquer) as dificuldades e as falhas que não querem aceitar em si mesmos, tais como as dificuldades em ser mentor, os desafios e superações que isso lhes impõe e as falhas inerentes à condição humana, que muitos deles, numa posição onipotente, se recusam a reconhecer.

A supervisão em grupo tem sido o espaço privilegiado onde todas essas questões podem emergir e serem ressignificadas, favorecendo assim um *mentoring* mais afinado com o que se propõe o Programa, com ações menos aut centradas e mais fincadas no real, promovendo assim experiências de muito aprendizado para todos. Não sem o custo dos participantes terem que se haver com questões pessoais, muitas vezes dolorosas, abrir mão de defesas que garantem certo domínio de algumas situações e outros movimentos psíquicos e grupais que desestabilizam e convocam a um novo posicionamento, diante da própria vida, mas que, ao que tudo indica, tem contribuído muito para o trabalho, na opinião dos próprios mentores e dos jovens.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um recente artigo, publicado num jornal paulistano, põe em debate a questão das adoções de crianças feitas por um importante casal de atores norte-americanos, todas nascidas em regiões devastadas por guerras, epidemias e outras tragédias, em diferentes regiões do planeta. São passos que têm sido seguidos por inúmeros outros *pop stars*, os quais se engajam em lutas, em causas de minorias desamparadas e vilipendiadas. O autor (COUTINHO, 2008), de forma sagaz, procura entender esse movimento atual envolvendo ações altruístas de celebridades e, em determinado estágio do texto, refere-se à exibição excessiva dessas ações na mídia, como um meio de se destacar, num mundo democratizado onde os bens materiais – diz ele – se tornaram mais acessíveis a “qualquer milionário anônimo”. Na polêmica análise do autor, “[um] órfão cambojano não é fácil, nem está à venda na Quinta Avenida: exige esforço, disponibilidade e, finalmente, o triunfo pio que a estrela de Hollywood gosta de exhibir perante as lentes fotográficas. O caçador e o seu troféu.”

A surpresa desse texto é a ousadia do articulista em polemizar ações que são unanimemente reconhecidas como altruístas e benevolentes. Tive o cuidado de procurar na internet a repercussão desse artigo, nos dias que se seguiram à sua publicação. Foi bombástica. Li em torno de vinte comentários e apenas um se referia como um bom texto, mas, ainda assim, se opunha à maior parte de suas idéias. Os demais reagiram com ira, saindo em defesa de seus ídolos e acusando o autor de inveja, despeito e coisas que o valham.

Se tomarmos o que a psicanálise nos ensina acerca dos mais diversos temas abordados ao longo deste trabalho, talvez o impacto não seria tão grande, e as frases desse autor poderiam ser escutadas para além do viés moral ou identificatório, possibilitando descobrir que não se trata de um absurdo, mas de que há algo de irredutível ao apelo da razão que sempre escapa e revela o homem em sua natureza mais primordial. Nossos interesses principais são mesmo egoístas – e isso não é bom nem mau, na verdade, apenas é assim, já nos disse Freud. Ou melhor, tem seu lado bom e seu lado mau, se quisermos. O narcisismo é um aspecto importante para nos constituirmos, para zelarmos por nós mesmos, para realizarmos coisas na vida. Por outro lado, a exclusividade do eixo narcísico tende a comprometer, e muito, a vida civilizada.

De qualquer forma, o que quero ressaltar é esse traço constitucional do sujeito e, em razão disso, cai por terra a crença idílica de que o homem é bom e que, quando se põe a praticar “o bem”, como é dito, recebe a distinção da mais absoluta confiança em suas

intenções. Está certo querer fazer ações que possam ajudar outras pessoas a superarem momentos difíceis, a servir-lhes como mediadores para atravessarem períodos da vida de desesperança. Isso tudo é de grande importância e tende a ajudar bastante o projeto civilizatório.

Todavia, é preciso compreender que, uma vez que as coisas no mundo psíquico funcionam dessa maneira como aqui foram analisadas, há que se trazer à baila esses questionamentos, fazer circular essas idéias, quebrando convicções e falsos ideais, apostando que, dessa forma, pode-se construir projetos mais apoiados no real e contar com voluntários mais implicados com os propósitos de uma ação social, que é auxiliar o outro, a partir de seu (do outro) próprio desejo.

A análise proposta pelo articulista do jornal aponta para o uso do fazer o bem como meio de se distinguir num mundo globalizado e, conseqüentemente, a necessidade de fazer o bem e **mostrar** a quem, de forma a se obter reconhecimento social por isso. Uma clara estratégia de proteger-se do desamparo tão discutido no presente trabalho.

Uns dirão: “*Mas não há nada de mais mostrar as boas ações*”. Decerto que não, e não é isso que está em questão. Apenas a notícia suporta a tese da condição humana e, dado que as coisas são desse jeito, proponho que criemos campos de reflexão sobre isso.

É o que tenho procurado fazer, ao longo desses anos, no Programa de Mentoring: instigar, surpreender, provocar, confrontar certezas muitas vezes, fazê-los discriminar melhor seu desejo e se implicar com ele, com suas escolhas e, mais ainda, praticar olhar e ouvir o objeto de seus cuidados como um outro em sua singularidade, com desejos, interesses, histórias que o marcam como um ser diferente, um diferente que traz novas perspectivas, que convoca a novas criações, que, enfim, pode – e muito – construir uma trajetória de grande respeito e realizações, nessa pareceria.

Fazer a versão escrita dessa experiência impôs-me a tarefa de traduzir impressões, sentimentos; obrigou-me a fundamentar hipóteses, confrontar minha prática com o que a tradição psicanalítica construiu, teoricamente. De fato, o exercício foi em especial notável em sua possibilidade elaborativa e de construção de um lugar. À medida que surgiam as palavras e as idéias, um campo ia-se definindo, um campo fértil de possibilidades para a psicanálise, para a prática e para a pesquisa psicanalítica.

Trata-se de uma pesquisa num terreno praticamente virgem, que permite muitos desdobramentos, tanto psicanalíticos, quanto sociológicos, econômicos e políticos. É, na

verdade, um tema transdisciplinar, que pede uma visão ampla do fenômeno, sob o risco do reducionismo nas análises.

O foco que escolhi foi estritamente o do exame da constituição subjetiva do sujeito, para que pudéssemos fundamentar, através da psicanálise, os fatos que intrigam no campo do voluntariado. E, dessa forma, propor estratégias de ação desse campo do saber junto às pessoas que se engajam em trabalhos voluntários, atendendo a outros humanos.

Como vimos, as motivações inconscientes presentes nas ações de voluntariado podem ser tanto altruístas quanto egoístas, mesmo que aparentemente se mostrem benevolentes, no sentido cultural, ainda que à primeira vista dêem mostras de serem solidárias. A psicanálise é irreduzível em sua afirmação de que o ser humano é movido originalmente por pulsões egoístas e que suas ligações com o mundo se dão a partir dessa moção primeira. Nessa perspectiva, com as alterações da pulsão, as quais ocorrem ao longo do desenvolvimento do sujeito, algumas delas vão se transformando de egoístas em altruístas, o que se dá graças ao esforço imposto pela civilização. Portanto, subjaz em todo movimento do sujeito em relação ao outro uma motivação egoísta, que pode prevalecer.

Deduzimos, portanto, que é um cuidar de si mesmo que se coloca como propósito primeiro, numa ação dita solidária. Há pessoas em que a transformação da pulsão ocorreu num sentido em que o eixo narcísico de seu ser parece ter sido suplantado pelo eixo alteritário, o que podemos pensar em desdobramentos bastante favoráveis para todos, em ações voluntárias sustentadas dessa maneira, apesar de não parecer ser o estilo predominante.

Nosso estudo evidenciou o quanto pode ser devastador, para o objeto dos cuidados, uma ação movida por motivações egoístas, onipotentes, que busca reparações maníacas enlouquecidamente, enfim, que desconsidera por completo a singularidade do sujeito que recebe os “cuidados”, os “*assassinatos de alma*” referidos tanto por Birman (2007), quanto por Figueiredo (2007).

Quando não ocorre essa violência velada, pode ainda acontecer o abandono da ação, como dissemos, o que também provoca grandes estragos. São crianças, idosos, doentes, pessoas em situações de abandono e vulnerabilidade, ou mesmo vivendo os impactos da desigualdade social, que criam uma enorme expectativa diante da boa vontade de uma criatura que se oferece como voluntária, numa proposta de criar um laço, de ajudá-las a superar um período difícil ou mesmo uma intensa situação de penúria. De repente, sem a menor explicação, essa pessoa desaparece ou se distancia. Penso que aquelas pessoas poderiam ter sido poupadas de mais esse abandono.

A psicanálise é um saber que tem influenciado os mais variados campos da cultura, de sorte que a teoria das pulsões, o postulado do inconsciente, a teoria do narcisismo e dos ideais, enfim, são construções teóricas que serviram de referência para o entendimento do funcionamento psíquico individual e coletivo. Ela não poderia ficar à parte de um movimento que tem crescido tanto na sociedade atual, como é o caso do movimento do voluntariado.

Este trabalho procurou analisar os pontos que me pareceram fundamentais, nas questões do voluntariado, como as motivações inconscientes que levam o sujeito às ações voluntárias, a baixa fidelização do voluntário, as conseqüências que podem advir dos extravios de uma direção verdadeiramente altruísta – finalmente, pôr em questão a idealização cultural do “fazer o bem”. A psicanálise se revelou operante na compreensão desses diversos pontos, mostrando-se competente como um saber referencial para essas análises e dando claras evidências de que pode, e muito, contribuir em projetos de voluntariado, pelo seu modo particular de intervir, que escuta o paradoxal, entendendo que há um saber inconsciente que o determina, uma intervenção endereçada ao real, que convoca o sujeito a se implicar com o que diz e o que faz, tarefa mediada pela transferência que cria um campo propício para circularem os afetos, nomear sentimentos e ressignificar vivências que geram angústia, enfim, encontrar novas posições que possam permitir, a todos, seguir com mais fluência.

Trata-se de uma dimensão ética que pode nortear sobretudo os trabalhos dos voluntários a estar com o outro, reconhecendo-o como **outro**, ajudando-o a partir da perspectiva **dele**, dos desejos **dele**, numa disposição de recebê-lo, apostando na possibilidade de ele próprio ajudar-se, de ele próprio fazer suas escolhas, mas com a sabedoria de não se fazer omissos, além da cooperação nesse cuidar mútuo, que muito pode contribuir para uma sociedade melhor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### *Obras de Sigmund Freud:*

FREUD, S.(1910-11). *Puntualizaciones psicoanalíticas sobre un caso de paranoia (Dementia Paranoides) descrito autobiograficamente (Schreber)*. Obras Completas. Buenos Aires: Amorrortu.1979. v. XII. Apud MIGUELEZ, O. *Narcisismos*. São Paulo: Escuta, 2007, p. 77 e 78.

\_\_\_\_\_ (1912). *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise*.

\_\_\_\_\_ (1914). *Sobre o narcisismo: uma introdução*.

\_\_\_\_\_ (1915a). *Reflexões para os tempos de guerra e morte*. Trad. sob direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1990. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud).

\_\_\_\_\_ (1915b). *Pulsões e Destinos da Pulsão*. In Escritos sobre a psicologia do inconsciente / coordenação geral da tradução Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

\_\_\_\_\_ (1921). *Psicologia de grupo e a análise do ego*. Trad. sob direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1990. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud).

\_\_\_\_\_ (1923). *El yo y el ello*. Obras Completas. Buenos Aires: Amorrortu.1979. v. XIX. Apud MIGUELEZ, O. *Narcisismos*. São Paulo: Escuta, 2007, p. 132.

\_\_\_\_\_ (1930). *O mal estar na civilização*.

\_\_\_\_\_ (1940 [1938]). *Esboço de Psicanálise*. Trad. sob direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1990. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud).

### *Demais Autores:*

BELLODI, P.; MARTINS, M. A. *Tutoria: Mentoring na Educação Médica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

BIRMAN, J. *Mal-estar na Atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COSTA, J. F. Narcisismo em tempos sombrios. In: BIRMAN, J. (org.). *Percursos na história da psicanálise*. Rio de Janeiro: Taurus, 1988, p. 151-74. Apud MATHEUS, T. C. *Ideais na adolescência: falta (d)e perspectivas na virada do século*. São Paulo: Anablume: FAPESP, 2002.

COUTINHO, J. P. Santa Angelina. *Folha de S. Paulo*, Ilustrada, 15/07/2008.

ENRIQUEZ, E. O Trabalho da Morte nas Instituições. In: KAES, R. (org.). *A Instituição e as Instituições* São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.

ENRIQUEZ, E. *Da Horda ao Estado: Psicanálise do vínculo social*. Trad. T. C. Carreteiro e J. Nasciutti. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FERNANDEZ, D. R. (1999). Language Du cãs : Modèles et modalités. Apud FÉDIDA, P. (ed.) *le cas en controverse*, Paris; PUF. Apud SOUZA, E. L. A.. (*A Vida entre parênteses*) – o caso clínico como ficção. In *Psicologia Clínica* vol. 12, n. 1, 2002.

FERREIRA, A. B. H. *Dicionário Aurélio Eletrônico Século XXI*. v. 3.0, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, nov/1999.

FIGUEIREDO, L. C.; COELHO JÚNIOR, N. *Ética e Técnica em Psicanálise*, São Paulo, Escuta, 2000.

FIGUEIREDO, L. C. A metapsicologia do cuidado. *Psychê*. Ano XI, nº 21, p. 13-30, São Paulo – jul-dez/2007.

KAUFMANN, P. *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MANUAL DE PROCEDIMENTOS DO MENTORING, 2003. Arquivo digital particular.

MENEZES, L. C. Notas sobre a supervisão psicanalítica. *Percurso: Revista de Psicanálise*. V. 1 nº1, p.32-34, 1988.

MEZAN, R. *Pode-se ensinar psicanaliticamente a Psicanálise?*. In: \_\_\_\_\_ *A Vingança da Esfinge: ensaios de psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MEZAN, R. *Interfaces da Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MIGUELEZ, O. *Narcisismos*. São Paulo: Escuta, 2007.

NASIO, J. D. *O Prazer de ler Freud*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1999.

NICOLETTI, E. “Alojar o desamparo”. In: *Clínica do Desamparo*. Buenos Aires: Revista Psicoanálisis y el hospital, vol. 17, 2000.

NIETZSCHE, F. W. *Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres*. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PETOT, J. M. *Os Mecanismos de Reparação Maníaca e a Posição Maníaca*. In: \_\_\_\_\_ *Melanie Klein II*, São Paulo: Perspectiva, 2003.

PICHON-RIVIÈRE, E. *O Processo Grupal*, São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PONTALIS, J. B. *Après Freud*. Paris, Gallimard, 1968. Apud BIRMAN, J. *Mal-estar na Atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RHODES, J. *Stand by me – the risks and rewards of mentoring today’s youth*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

ROSA, M. D. Uma escuta psicanalítica das vidas secas. *Textura Revista de Psicanálise*. Ano2 / No.2/2002. (Publicações das Reuniões Psicanalíticas).

SEARLS, H., L’effort pour rendre l’autre fou. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 12, 23-48. 1975. Apud ENRIQUEZ, E. O Trabalho da Morte nas Instituições. KAES, R (org). *A Instituição e as Instituições*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991, p. 89.

SEGAL, H. Reparação Maníaca. In \_\_\_\_\_ *A Obra de Hanna Segal: uma abordagem kleiniana à prática clínica*. Rio de Janeiro: Imago, 1982.

SOUSA, E. L. A. (A Vida entre parênteses) – o caso clínico como ficção. *Psicologia Clínica*. Vol. 12, nº1, 2002

VASSALO, C. Fazer o bem compensa? *Revista Exame*, abril/1998.

VOLICH, R. M. O cuidar e o sonhar: por uma outra visão da ação terapêutica e do ato educativo. *O Mundo da Saúde*, ano 24, v. 4, jul/ago 2000, p. 237-245. Disponível em: [www.estadosgerais.org/grupos virtuais](http://www.estadosgerais.org/grupos_virtuais). Acesso em 15 mai. 2008.

[www.portaldovoluntariado.org.br](http://www.portaldovoluntariado.org.br)